



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável – PPG-CDS

Dissertação de Mestrado

**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO
DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS
DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO**

Julio Cesar Spindola Itacaramby

Brasília
2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Júnior
Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Fabiano Toni
Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável

Professor Doutor José Luiz de Andrade Franco
**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável**

JULIO CESAR SPINDOLA ITACARAMBY

**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO
DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS
DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. André de Almeida Cunha.

Área de concentração: Território, Meio Ambiente e Sociedade.

Brasília
2023

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável – PPG-CDS
Dissertação de Mestrado

JULIO CESAR SPINDOLA ITACARAMBY

**UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO
DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS
DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável. Área de concentração: Território, Meio Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. André de Almeida Cunha.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André de Almeida Cunha – Presidente
PPG-CDS/CDS/UnB

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco – Membro Interno
PPG-CDS/CDS/UnB

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues – Membro Externo
UFRRJ

Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento – Membro Suplente
PPG-CDS/CDS/UnB

Brasília, 14 de junho de 2023.

AGRADECIMENTOS

À natureza, fonte de toda inspiração destes estudos, da minha paz de espírito e gozo das benesses da vida.

À Isabelle, por todo o apoio incondicional e pelos cuidados ao Ian enquanto estive dedicado aos estudos. E ao Ian, pela oportunidade de ser seu pai e aprender, na prática, o conceito de “manter os recursos naturais para as gerações futuras”.

Ao professor e orientador, André Cunha, pela amizade, ensinamentos, motivação, e instigação para obtenção de alto nível de qualidade na pesquisa.

À CAPES e CNPq pela bolsa e recursos de apoio para realização das atividades de campo.

Ao Instituto Semeia pela bolsa que possibilitou minha participação no *Seminar on Planning and Managing Tourism in Protected Areas* realizado pela *Colorado State University* em 2019, sendo uma experiência que serviu de grande inspiração e motivação para realização destes estudos.

Ao ICMBio pelo apoio institucional e operacional para realização das atividades de campo em suas unidades.

A todos os gestores e visitantes que contribuíram para as entrevistas realizadas.

Ao casal, Leticia e Dennis, do incrível Projeto Entreparkes, pela inspiradora sagacidade e perspicácia de seu Projeto, e também pela contribuição direta com as figuras de localização dos parques nacionais.

A todos familiares, mestres e amigos que contribuíram, direta ou indiretamente, com minha formação acadêmica e humana.

*“Vivendo se aprende; mas o que se aprende,
mais, é só a fazer outras maiores perguntas”.*

Guimarães Rosa

RESUMO

Um dos instrumentos mais importantes para a conservação da biodiversidade são as áreas protegidas. Mas somente a gestão efetiva dessas áreas pode garantir os seus resultados positivos esperados. A demanda pelo turismo nessas áreas tem crescido significativamente nas últimas décadas, especialmente no Brasil. Incorporar a demanda crescente traz consigo a necessidade de uma atenção especial à gestão da visitação, para potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos. O ecoturismo é uma forma de turismo diferenciada que, a partir de um conjunto de princípios, almeja conciliar a visitação em áreas naturais com a conservação da natureza e o bem estar das populações locais. Considerando que o ecoturismo, em sua forma ideal, pode ser uma ferramenta para solução da problemática entre o aumento da demanda por turismo nas áreas protegidas e a necessidade de garantir a proteção da biodiversidade, esta pesquisa realizou uma análise da gestão da visitação dos parques nacionais brasileiros, a partir da percepção dos atores-chave sobre o ecoturismo. Foram realizadas 409 entrevistas com visitantes e gestores de dez parques nacionais brasileiros. Utilizou-se a metodologia *Importance Performance Analysis* (IPA), com a aplicação de questionários estruturados com perguntas fechadas e respostas em escala *Likert* sobre a percepção de importância e performance de oito princípios do ecoturismo e quinze atributos de gestão da visitação definidos a partir do referencial teórico. A percepção de importância dos princípios do ecoturismo foi semelhante para ambos atores-chave e foi próxima ao máximo da escala, sendo os mais importantes os relacionados a minimização dos impactos ambientais, estímulo à consciência ambiental, benefícios diretos para conservação e respeito a cultura local. A percepção de performance foi variada entre atores e princípios, sendo a percepção de performance dos gestores mais baixa que a dos visitantes. Já a performance dos princípios tidos como mais importantes foram as mais baixas no ranking. A análise IPA indicou, para ambos atores, uma necessidade de concentração dos esforços de gestão nos princípios de minimização dos impactos ambientais, de estímulo à consciência ambiental, e de benefícios diretos para a conservação da natureza, os quais estão relacionados à dimensão ambiental do ecoturismo. Verificou-se ainda que os princípios relacionados à dimensão socioeconômica demonstraram maior dificuldade para formação de opinião e avaliação dos atores-chave, e indicam necessidade de melhoria no monitoramento e divulgação de indicadores associados. Uma das principais conclusões é a necessidade de qualificação da experiência da visitação nos parques nacionais brasileiros, especialmente a partir dos princípios do ecoturismo relacionados à dimensão ambiental. Também, que uma experiência mais qualificada é desejada pelos atores-chave, mas ainda não atendida a contento. A qualificação baseada no estímulo à consciência ambiental e na geração dos benefícios diretos para a conservação têm grande potencial para se tornar um instrumento para melhorar a efetividade da gestão dessas áreas protegidas. Ao final, são feitas recomendações aos órgãos gestores para fomento à pesquisa sobre gestão da visitação, incorporação dos princípios do ecoturismo em sua base filosófica e prática, e priorização dos esforços para atendimento dos princípios do ecoturismo relacionados à dimensão ambiental.

Palavras-chave: Ecoturismo. Visitação. Parques Nacionais. Áreas Protegidas. Gestão.

ABSTRACT

Protected areas are one of the most important tools for biodiversity conservation. But only the effective management of these areas can guarantee the expected positive results. The demand for tourism in these areas has grown significantly in recent decades, especially in Brazil. Incorporating the growing demand brings with it the need for special attention to visitation management, to maximize the positive impacts and minimize the negative impacts of tourism. Ecotourism is a differentiated form of tourism that, based on a set of principles, aims to reconcile visits to natural areas with nature conservation and the well-being of local populations. Considering that ecotourism, in its ideal form, can be a tool for solving the existing problem between the increase in demand for tourism in protected areas and the need to guarantee the protection of biodiversity, this research carried out an analysis of the management of visitation at Brazilian national parks, based on the perception of key actors on ecotourism. 409 interviews were conducted with visitors and managers of ten Brazilian national parks. The Importance Performance Analysis (IPA) methodology was used, with the application of structured questionnaires with closed questions and answers on a Likert scale about the perception of importance and performance of eight ecotourism principles and fifteen attributes of visitation management defined from the theoretical references. The perception of the importance of ecotourism principles was similar for both key actors and was close to the maximum of the scale, with the most important being those related to minimizing environmental impacts, stimulating environmental awareness, direct benefits for conservation and respect for local culture. Perception of performance varied between actors and principles, with managers' perception of performance being lower than that of visitors. The performance of the principles considered most important were the lowest in the ranking. The IPA analysis indicated, for both actors, a need to concentrate management efforts on the principles of minimizing environmental impacts, stimulating environmental awareness, and direct benefits for nature conservation, which belong to the environmental dimension of ecotourism. It was also found that the principles of the socioeconomic dimension demonstrated more difficulty in forming an opinion and evaluation of the key actors, in a way that indicates the need for improvement in the monitoring and dissemination of associated indicators. One of the main conclusions is that it is necessary to qualify the experience of visiting Brazilian national parks, especially based on the principles of ecotourism of the environmental dimension. Also, that a more qualified experience is desired, but not yet satisfactorily met. Qualification based on stimulating environmental awareness and returning direct benefits to conservation has great potential to become an instrument to improve the effectiveness of the management of these protected areas. At the end, recommendations are made to the governing bodies to encourage research on visitation management, incorporation of ecotourism principles into their philosophical and practical basis, and prioritization of efforts to meet the principles of ecotourism in the environmental dimension.

Keywords: Ecotourism. Visitation. National Parks. Protected Areas. Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização dos 74 Parques Nacionais brasileiros.....	39
Figura 2 –	Quantidade de parques registrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, por esfera administrativa.....	40
Figura 3 –	Comparativo do aumento real da visitação e do aumento da visitação por causa da melhoria no esforço de monitoramento – período 2016-2019.....	47
Figura 4 –	Gráfico com o número de visitas em Parques Nacionais – período 2009-2021.....	48
Figura 5 –	Localização dos Parques Nacionais selecionados para coleta de dados da pesquisa.....	55
Figura 6 –	Escala numérica para resposta do Bloco IV do formulário de entrevista.....	64
Figura 7 –	Escala numérica para resposta do Bloco V do formulário de entrevista.....	64
Figura 8 –	Quadrantes padrão para o gráfico Importance Performance Analysis.....	66
Figura 9 –	Porcentagem do gênero dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas <i>in loco</i> , realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378).....	68
Figura 10 –	Porcentagem do gênero dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31).....	69
Figura 11 –	Frequência e porcentagem das faixas de idade dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas <i>in loco</i> , realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378).....	70
Figura 12 –	Frequência e porcentagem das faixas de idade dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31).....	70
Figura 13 –	Frequência das faixas de escolaridade dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas <i>in loco</i> , realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378).....	71

Figura 14 –	Frequência das faixas de escolaridade dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31).....	72
Figura 15 –	Frequência e porcentagem das faixas de renda mensal dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas <i>in loco</i> , realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378).....	73
Figura 16 –	Frequência e porcentagem das faixas de renda mensal dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31).....	74
Figura 17 –	Frequência e porcentagem dos tamanhos de grupos dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas <i>in loco</i> , realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378).....	75
Figura 18 –	Gráfico de análise de importância e performance dos princípios do ecoturismo para os visitantes.....	80
Figura 19 –	Gráfico de análise de importância e performance dos princípios do ecoturismo para os gestores.....	84
Figura 20 –	Gráfico de análise de importância e performance dos atributos de gestão para os visitantes.....	91
Figura 21 –	Gráfico de análise de importância e performance dos atributos de gestão para os gestores.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Princípios do ecoturismo adotados para a pesquisa.....	24
Tabela 2 – Categorias de áreas protegidas da <i>International Union for Conservation of Nature</i>	30
Tabela 3 – Grupos e categorias de Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.....	35
Tabela 4 – Fases de criação dos Parques Nacionais brasileiros, por intervalos de anos dos atos legais de criação.....	38
Tabela 5 – Oportunidades e desafios para a gestão do turismo em Áreas Protegidas.....	42
Tabela 6 – Atributos de gestão adotados para a pesquisa.....	44
Tabela 7 – As dez Unidades de Conservação mais visitadas – ano 2019.....	47
Tabela 8 – Categorias de Índice de Atratividade Turística e seus respectivos parâmetros.....	48
Tabela 9 – Ranking de visitação de Parques Nacionais, com informações sobre classes de Índice de Atratividade Turística, região geográfica e bioma.....	49
Tabela 10 – Categorias do Índice de Atratividade Turística, quantidade de Parques Nacionais por categoria e porcentagem do total de visitas – ano 2019.....	53
Tabela 11 – Parques Nacionais selecionados para coleta de dados da pesquisa.....	54
Tabela 12 – Resultados do cálculo amostral.....	57
Tabela 13 – Número de entrevistas realizadas por Parque Nacional.....	58
Tabela 14 – Perguntas do Bloco IV do formulário de entrevista.....	60
Tabela 15 – Perguntas do Bloco V do formulário de entrevista.....	61
Tabela 16 – Codificação dos princípios do ecoturismo.....	76
Tabela 17 – Percepção de importância e performance dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes.....	78

Tabela 18 – Percepção de importância e satisfação dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de satisfação e importância para os gestores.....	82
Tabela 19 – Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os princípios do ecoturismo entre visitantes e gestores.....	86
Tabela 20 – Codificação dos atributos de gestão.....	87
Tabela 21 – Percepção de importância e satisfação dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes.....	89
Tabela 22 – Percepção de importância e performance dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os gestores.....	94
Tabela 23 – Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os atributos de gestão entre visitantes e gestores.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	- Altamente Intensiva
art.	- Artigo
CDB	- Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS	- Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEP	- Comissão de Ética em Pesquisa
CF	- Constituição Federal
CNUC	- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COP	- <i>Conference of the Parties</i>
Dr.	- Doutor
E	- Extensiva
EUA	- Estados Unidos da América
ha	- Hectare
I	- Intensiva
IAT	- Índice de Atratividade Turística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
inc.	- Inciso
IPA	- <i>Importance-Performance Analysis</i>
IUCN	- <i>International Union for Conservation of Nature</i>
LAC	- <i>Limits of Acceptable Change</i>
N	- Amostra
N/A	- Não sei avaliar ou não tenho opinião
nº	- Número
NPS	- <i>National Park Service</i>
OMT	- Organização Mundial do Turismo
P	- Primitiva
PNAP	- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PPG-CDS	- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável
Prof.	- Professor
SISBIO	- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SM	- Salário Mínimo
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SP	- Semi-primitiva
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIES	- <i>The International Ecotourism Society</i>
UC	- Unidade de Conservação
UF	- Unidade da Federação
UnB	- Universidade de Brasília
UNEP	- <i>United Nations Environment Programme</i>
USP	- Universidade de São Paulo
VERP	- <i>Visitor Experience and Resource Protection</i>
VIM	- <i>Visitor Impact Management</i>
WCMC	- <i>World Conservation Monitoring Centre</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 ECOTURISMO	20
2.1.1 Os princípios do ecoturismo	22
2.1.2 A ética ambiental e o ecoturismo.....	25
2.2 PARQUES E ÁREAS PROTEGIDAS.....	28
2.2.1 Parques Nacionais e áreas protegidas no Brasil.....	32
2.3 TURISMO E VISITAÇÃO EM PARQUES E ÁREAS PROTEGIDAS.....	40
3 MÉTODOS	45
3.1 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO	45
3.2 COLETA DE DADOS	56
3.2.1 Amostra	56
3.2.2 Entrevistas com atores-chave	57
3.2.3 Formulários de entrevistas	59
3.3 ANÁLISE DE DADOS	65
3.3.1 Importance-Performance Analysis.....	65
4 RESULTADOS.....	68
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES).....	68
4.2 PERCEPÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO PELOS ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES)	76
4.2.1 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos visitantes	77
4.2.2 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos gestores	81
4.3 DIFERENÇAS ENTRE PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA E PERFORMANCE SOBRE OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO ENTRE OS DIFERENTES ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES)	85
4.4 PERCEPÇÃO DOS ATRIBUTOS DA GESTÃO DA VISITAÇÃO PELOS ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES).....	87
4.4.1 Percepção dos atributos de gestão pelos visitantes.....	88
4.4.2 Percepção dos atributos de gestão pelos gestores.....	92
4.5 DIFERENÇAS ENTRE PERCEPÇÃO DE IMPORTÂNCIA E PERFORMANCE SOBRE OS ATRIBUTOS DE GESTÃO ENTRE OS DIFERENTES ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES)	97
5 DISCUSSÃO	101
5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES).....	101
5.2 PERCEPÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO PELOS ATORES-CHAVE (VISITANTES E GESTORES)	102
5.2.1 Percepção sobre o princípio da satisfação do visitante (P1).....	103
5.2.2 Percepção sobre o princípio da atividade em áreas naturais conservadas (P2).105	

5.2.3 Percepção sobre o princípio da minimização dos impactos ambientais (P3).....	107
5.2.4 Percepção sobre o princípio do estímulo à consciência ambiental (P4)	108
5.2.5 Percepção sobre o princípio dos benefícios diretos para a conservação da natureza (P5)	110
5.2.6 Percepção sobre o princípio dos benefícios diretos para a população local (P6)	112
5.2.7 Percepção sobre o princípio do respeito à cultura local (P7)	113
5.2.8 Percepção sobre o princípio do apoio aos direitos humanos (P8)	115
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	116
6 CONCLUSÕES	118
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICES.....	136
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	137
APÊNDICE B – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA.....	139
APÊNDICE C – REGISTROS DAS ATIVIDADES DE CAMPO NOS PARQUES NACIONAIS	147
APÊNDICE D – ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO: A CONTRIBUIÇÃO DOS <i>GRUPOS DE AMIGOS</i> NAS PARCERIAS PARA O ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS	176

1 INTRODUÇÃO

A humanidade está cada vez mais próxima das consequências desastrosas e, por vezes, irreversíveis da crise global da biodiversidade (Maxwell et al., 2020). As perdas de biodiversidade em conjunto com as mudanças climáticas são uma das maiores emergências planetárias da nossa era (WWF, 2022).

Um dos instrumentos mais importantes criados para a conservação da biodiversidade, em meio a esse contexto de crise global, são as áreas especialmente protegidas por Lei, conhecidas como Áreas Protegidas (Watson et al., 2014). Mas somente a gestão efetiva dessas áreas pode garantir os resultados esperados, justificando, assim, sua criação e implementação. Logo, o sucesso da conservação com base nas Áreas Protegidas, a longo prazo, depende não somente de atingir as metas globais de quantidade de área definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), mas de uma melhoria na qualidade de sua gestão, para atender aos objetivos de conservação da biodiversidade (Maxwell et al., 2020).

A demanda pelo turismo em áreas naturais e, especialmente, em Áreas Protegidas, tem crescido significativamente nas últimas décadas (Balmford et al., 2009; Balmford et al., 2015; Ministério do Meio Ambiente [MMA] & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio], 2020). No entanto, a efetividade da gestão da visitação dessas áreas não seguiu a mesma tendência de crescimento. Os recursos humanos e financeiros disponíveis para a gestão de Áreas Protegidas com visitação tem se mostrado inversamente proporcional ao aumento do fluxo de visitantes (Appleton et al., 2022; Balmford et al., 2015; Eagles, 2014; Instituto SEMEIA, 2023; Lindberg & Hawkins, 2005).

No Brasil, foram registrados mais de 15 milhões de visitas em Unidades de Conservação (UCs) federais em 2019. Trata-se de um recorde histórico, que representa um aumento de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, sendo que 14% desse total corresponde a uma melhora no monitoramento da visitação e 6,4% a um aumento real da visitação (MMA & ICMBio, 2020).

Portanto, incorporar a demanda crescente por visitação nas Áreas Protegidas traz consigo a necessidade de atribuir uma atenção especial à gestão da visitação, para potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos (Andrade et al., 2020; Eagles & McCool, 2002; Leung et al., 2018; Lindberg & Hawkins, 2005).

A visitação é uma das principais formas de interação do ser humano com as áreas protegidas e também um grande desafio para a gestão dessas áreas, que objetivam, prioritariamente, a conservação da natureza (Dudley, 2008; Eagles & McCool, 2002). Por conseguinte, seus impactos devem ser monitorados e gerenciados, visando minimizar os danos e maximizar os benefícios. Recursos suficientes devem ser direcionados para o planejamento das atividades de visitação, com o intuito de promover uma experiência de qualidade, particularmente do ponto de vista educativo e da proteção dos recursos naturais (Leung et al., 2018).

O ecoturismo é um fenômeno que evoluiu junto com o movimento ambientalista global para se tornar uma forma de turismo diferenciada, que almeja conciliar a visitação em áreas naturais com a conservação da natureza e o bem estar das populações locais (Donohoe & Needham, 2006; Fennell, 2001; Fennell, 2002; Honey, 2001; Lindberg & Hawkins, 2005; Pires, 2008; Wallace & Pierce, 1996; Wearing & Neil, 2014). Para assegurar essa conciliação, diversos princípios foram construídos para orientar que as práticas do ecoturismo pudessem ser genuínas e verdadeiramente alinhadas com suas bases filosóficas e éticas (Blamey, 2001; Fennell, 2002; Honey, 2001; Pires, 2008; Wallace & Pierce, 1996; Wearing & Neil, 2014; Wearing & Schweinsberg, 2019).

Portanto, se o ecoturismo, em sua forma ideal, pode ser uma ferramenta importante para a solução da problemática existente entre o aumento da demanda por turismo nas Áreas Protegidas, a garantia de proteção da biodiversidade e a melhoria da efetividade das Áreas Protegidas na conservação da natureza, a presente pesquisa buscou investigar a seguinte pergunta: como os principais atores envolvidos na gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros percebem os princípios do ecoturismo e sua aplicação na gestão da visitação?

A partir dessa pergunta, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros de acordo com os princípios do ecoturismo. Já os objetivos específicos foram:

- Analisar como os diferentes atores-chave (visitantes e gestores) percebem a importância dos princípios do ecoturismo e a respectiva satisfação com esses princípios na prática da gestão da visitação dos Parques Nacionais;
- Identificar quais são os princípios que tiveram menor desempenho e necessitam de maior atenção no gerenciamento da visitação; e

- Sugerir recomendações para o aprimoramento da gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros, baseado nos princípios do ecoturismo.

Para atingir os objetivos apresentados, este trabalho foi estruturado em seis capítulos, dedicados a introdução, referencial teórico, métodos, resultados, discussão, e conclusões.

A seguir, no primeiro capítulo, apresenta-se um arcabouço teórico que embasou as reflexões para elaboração da pergunta de pesquisa e também para construção da sua respectiva metodologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os referenciais teóricos dos principais temas relacionados à esta pesquisa, quais sejam: ecoturismo, seu conjunto de princípios, e sua ética ambiental; Áreas Protegidas e os parques; e, a gestão do turismo em Áreas Protegidas.

Dessa forma, o capítulo está dividido em uma seção para cada tema elencado e subdivido em tópicos para alguns temas específicos. Inicialmente, será feita uma apresentação dos principais referenciais teóricos acerca do conceito de ecoturismo, seu histórico, seu conjunto de princípios e sua interface com a ética ambiental.

2.1 Ecoturismo

A definição de *ecoturismo* é redigida e interpretada de forma subjetiva pelos seus múltiplos atores (Cunha et al., 2018; Honey, 2001). Uma corrente entende o ecoturismo como uma filosofia e um subconjunto de atividades turísticas baseadas na natureza que venham atender a uma série de princípios orientadores. Mas, outra corrente entende o ecoturismo apenas como sinônimo de turismo na natureza, ou, em outras palavras, como um nicho de mercado turístico em que as atividades são realizadas em ambientes naturais (Honey, 2001; Wearing & Neil, 2014).

O ecoturismo tem sido objeto de diversas definições e até mesmo de narrativas históricas distintas. Porém, a maior parte das referências convergem para uma forma de turismo pensada para criar uma alternativa ao turismo de massa, que emergiu ao longo do século XX e passou a apresentar nítidos problemas e impactos indesejados a partir da década de 1950 (Honey, 2001; Pires, 2008).

Numa fase inicial, a busca por uma antítese ao turismo massificado se traduziu no conceito de turismo alternativo, que buscava se diferenciar a partir da operação realizada em menor escala e em destinos alternativos. Como ainda havia outras divergências ideológicas em relação ao turismo de massa, ao longo do debate, surgiram novas contribuições tipológicas, sendo que o termo que se tornou mais fluente e popular para o turismo alternativo em ambientes naturais foi o *ecoturismo* (Ribeiro & Nascimento, 2016).

Embora grande parte das publicações indiquem que o termo *ecoturismo* foi cunhado por Héctor Ceballos-Lascuráin, em 1983, para definir viagens para áreas naturais conservadas com o objetivo de contemplar a natureza e os elementos culturais ali presentes, há referências que indicam que o termo e suas respectivas definições podem ter surgido duas décadas antes (Fennell, 2002).

A *The International Ecotourism Society* (TIES), considerada a primeira organização global sobre o tema, definiu, em 1990, o ecoturismo de forma breve e sucinta como: “viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local” (Honey, 2001, p. 06).

Já o pesquisador canadense e atual editor chefe da revista *Journal of Ecotourism*, David A. Fennell, definiu o ecoturismo como uma forma especializada de turismo, distinta das demais formas de turismo de natureza. Segundo Fennell (2002), o *ecoturismo* é:

Uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto; é não-predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala); ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (p. 54).

Após mais de 30 anos de sua popularização mundial, o ecoturismo já coleciona mais de 85 conceitos diferentes para o termo (Fennell, 2001). Por um lado, é compreensível por se tratar de algo complexo e muito heterogêneo, mas, por outro, ainda há muita confusão sobre o seu real significado. E isso dificulta o seu emprego em muitas ocasiões, principalmente quando aplicado à realidade da gestão de áreas protegidas (Donohoe & Needham, 2006).

Há margem também para apropriações equivocadas do termo por alguns atores do setor turístico, para promover práticas com pouca ou nenhuma relação com suas origens e bases filosóficas (Donohoe & Needham, 2006). A indefinição do que seja o ecoturismo acaba por contribuir negativamente para a falta de uso adequado, padronização e consenso sobre os conceitos e conjunto de princípios que orientam suas práticas (Donohoe & Needham, 2006).

No âmbito acadêmico, o ecoturismo ainda é considerado uma área do conhecimento com relativamente pouca pesquisa (Fennell, 2002), principalmente no âmbito brasileiro (Cunha et al., 2018; Singh et al., 2021). Os trabalhos publicados nos últimos 20 anos sobre ecoturismo no Brasil, trazem, com frequência, uma abordagem mais ampla, sendo comum a utilização equivocada do termo *ecoturismo* como sinônimo de turismo de natureza (Cunha et al., 2018).

Portanto, será que existe mesmo uma linha divisória entre o ecoturismo e as demais formas de turismo baseado na natureza? Como veremos a seguir, não há uma linha exata, mas sim, um conjunto de princípios que foram construídos para se aplicarem a qualquer atividade turística que se relacione com a natureza. Ou seja, o ecoturismo não se define necessariamente só por sua epistemologia ou escala de operação, mas sim, pela orientação ética de seu conjunto de princípios aplicáveis para todas as suas atividades (Cunha et al., 2018; Donohoe & Needham, 2006; Lindberg & Hawkins, 2005).

2.1.1 Os princípios do ecoturismo

As origens do conceito de ecoturismo estão diretamente relacionadas com um conjunto de princípios que o distinguem de outras formas de turismo. Assim como sua definição epistemológica, ao longo do tempo, diversos autores propuseram diferentes conjuntos de princípios, que foram evoluindo conforme o debate e as pesquisas avançaram (Donohoe & Needham, 2006).

Um dos primeiros trabalhos a listar um conjunto de princípios foi publicado por Nicholas D. Hetzer, em 1965 (Dolnicar et al., 2013). Nesta publicação, o termo *ecoturismo* foi utilizado para definir viagens nas quais os turistas tinham como principal atrativo a natureza. O autor listou quatro princípios para o que considerava uma forma mais responsável de turismo, a saber:

- 1) Impacto ambiental mínimo;
- 2) Impacto mínimo e respeito máximo pelas culturas anfitriãs;
- 3) Máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião; e
- 4) Satisfação "recreacional" máxima para os turistas participantes (Hetzer *apud* Fennell, 2002; Hetzer *apud* Higham, 2007).

Desde então, outros autores também contribuíram para a construção e consolidação desses princípios. George Wallace e Susan Pierce publicaram, em 1996, um artigo científico relevante com base em estudos e práticas do ecoturismo na Amazônia brasileira, listando uma série de princípios que consideravam imprescindíveis para orientar práticas de ecoturismo que fossem verdadeiras (Wallace & Pierce, 1996):

- 1) Minimização de impactos negativos ao meio ambiente e à população local;
- 2) Aumento da consciência e compreensão dos visitantes sobre sistemas naturais e culturais e envolvimento subsequente;
- 3) Contribuição para a conservação e gestão de áreas protegidas e outras áreas naturais;
- 4) Maximização da participação da população local na gestão do turismo;
- 5) Direcionamento de benefícios econômicos e outros tipos de benefícios às populações locais, que possam complementar suas práticas tradicionais; e
- 6) Oferecimento de oportunidades especiais para as pessoas, que vivem nas localidades que são atrativas para os turistas visitarem, aprenderem e desfrutarem as áreas naturais protegidas.

Martha Honey, em seu livro *Ecotourism and Sustainable Development*, sugeriu uma expansão do entendimento do que é ecoturismo para além do seu conceito e sim para o atendimento a um conjunto de princípios que possam definir uma atividade genuinamente ecoturística. Para essa autora, o ecoturismo deve atender à sete princípios, quais sejam:

- 1) Envolver viagens para destinos naturais;
- 2) Minimizar os impactos;
- 3) Estimular a consciência ambiental;
- 4) Proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação;
- 5) Proporcionar benefícios financeiros e empoderamento para a população local;
- 6) Respeitar a cultura local; e
- 7) Apoiar os direitos humanos e os movimentos democráticos (Honey, 2001).

Ainda na esteira de relacionar os principais conjuntos de princípios já propostos, vale registrar que David A. Fennell, em uma análise do conteúdo de 85 definições de Ecoturismo, encontrou cinco variáveis mais frequentemente citadas, a saber: (i) Áreas naturais; (ii) Conservação; (iii) Cultura; (iv) Benefícios para comunidades locais; e, (v) Educação (Fennell, 2001).

Considerando os objetivos desta pesquisa, de analisar a percepção do ecoturismo dentre os atores-chave da gestão da visitação em Parques Nacionais, foi adotado um conjunto de princípios que pudesse embasar os procedimentos metodológicos, com base no conjunto de princípios apresentados. Portanto, para os fins desta pesquisa, houve o entendimento que os sete princípios sugeridos por Honey (2001), atendem às cinco variáveis mais citadas nas diversas definições de ecoturismo estudadas por Fennel (2001) e, para uma maior riqueza de abrangência, poderiam somados também ao princípio da satisfação do visitante, proposto tanto por Nicholas D. Hetzer (1965) como por Newsome et al. (2012). Dessa forma, a Tabela 1, ilustra os princípios do ecoturismo que são adotados como referência para esse estudo.

Tabela 1

Princípios do ecoturismo adotados para a pesquisa

Princípios do ecoturismo
Satisfação do visitante.
Atividade em áreas naturais conservadas.
Minimização dos impactos ambientais.
Estímulo à consciência ambiental.
Benefícios diretos para a conservação da natureza.
Benefícios diretos para a população local.
Respeito à cultura local.
Apoio aos direitos humanos.

Adaptado de Hetzer *apud* Fennell (2002), Honey (2001), Newsome et al. (2012) e Wallace & Pierce (1996).

Toda essa construção histórica de princípios corrobora a afirmação de que nem toda viagem para áreas naturais pode ser considerada ecoturismo. Ou seja, para além do debate sobre os princípios, há uma nítida intenção, desde os pensadores mais

pioneiros, de distinguir o turismo baseado na natureza do ecoturismo (Wearing & Neil, 2014). A relação da humanidade com os ambientes naturais remonta às bases éticas e filosóficas que fundamentam a reflexão sobre esses princípios. Aliás, para Wearing e Schweinsberg (2019), “não é possível separar a atividade do Ecoturismo da filosofia do Ecoturismo” (p. 20).

Também não é mera coincidência que o ecoturismo tenha surgido quando já havia um entendimento científico de que a conservação da natureza é essencial não só para o bem estar e para a sobrevivência humana, mas também de que a natureza possui valor intrínseco. E que todas as espécies e todos os elementos a compõe têm o direito de existir, independentemente da sua utilidade para os humanos (Franco, 2015; Nash, 1989; Wearing & Neil, 2014).

Essa reflexão mais ampla sobre a relação humanos-natureza compõe o campo da ética ambiental (Nash, 1989), que será brevemente exposta a seguir, com o objetivo de trazer um referencial para a discussão da análise dos princípios do ecoturismo elencados na gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros nos capítulos finais da dissertação.

2.1.2 A ética ambiental e o ecoturismo

O estudo da ética ambiental pode ser analisada, a partir da perspectiva da ética ambiental humanística, ou antropocêntrica, onde a humanidade é considerada o centro do universo e toda a natureza está à sua disposição, mas também da perspectiva da ética ambiental naturalista, ou ecocêntrica, onde a espécie humana é compreendida como uma espécie em meio às demais espécies e sua relação com a natureza deve respeitar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e os processos que caracterizam a evolução biológica (Rolston, 1988).

O entendimento sobre a valoração dos elementos da natureza é uma questão balizadora para situar as diversas perspectivas no âmbito do panorama ético ambiental. A valoração da natureza, apenas de forma utilitária, está em um dos extremos do espectro, o antropocêntrico. Já a valoração da natureza a partir de seus valores intrínsecos, está situada no outro extremo deste espectro, o ecocêntrico (Rolston, 1988; Wearing & Neil, 2014).

A valoração da natureza selvagem (*wilderness*), espaços com pouca ou nenhuma presença humana, por seus valores intrínsecos é relativamente recente em nossa história, estando associada ao florescimento do pensamento romântico, a partir do século XVIII (Franco, 2015; Franco et al., 2021).

A positivação do conceito de *wilderness*, nos Estados Unidos da América (EUA), foi realizada por pensadores como Henry David Thoreau e John Muir. Tratava-se de uma quebra de paradigma na percepção da *wilderness* como algo negativo, para um novo sentimento de que ela deveria ser admirada e respeitada por sua beleza e sublimidade, e também por seu caráter transcendente. Thoreau e Muir representam a emergência de uma tradição na qual a natureza adquire valor intrínseco, para além dos valores de contemplação e lazer para os humanos. Esses dois pensadores estão fortemente associados ao movimento para a criação de áreas protegidas, a partir do século XIX, especialmente os Parques Nacionais (Franco, 2015; Franco et al., 2021).

Dando continuidade a essa tradição, Aldo Leopold consolida o ponto de vista ecocêntrico, ao defender que a humanidade respeite o mundo natural e o direito que os seres da natureza têm de “florescer”. Para ele, a humanidade deveria compreender que cada organismo individual está inter-relacionado com uma comunidade maior, inserido em ecossistemas com seus elementos bióticos e abióticos. A atribuição de um valor intrínseco aos seres e aos processos que preservam a integridade, conectividade, e beleza desses sistemas se constitui, desse modo, como um imperativo da ética ambiental de Leopold (Franco, 2015; Franco et al., 2021; Wearing & Neil, 2014).

Por outro lado, o antropocentrismo é o paradigma mais difundido na história da humanidade, onde a perspectiva, mais instrumental, é de que a natureza se configura basicamente como um conjunto de recursos disponíveis para o uso dos humanos. Esta visão utilitarista entende que as considerações econômicas devem estar em primeiro plano, independente das suas consequências e impactos sobre a natureza (Franco et al., 2021; Wearing & Neil, 2014). Godfrey-Smith (1979) resumiu as justificativas mais comuns em quatro categorias, quais sejam: (i) a “catedral”, onde a natureza é valorada por oferecer um local para deleite estético ou para um templo espiritual; (ii) o “silo”, onde a natureza é valorada pelo seu estoque de diversidade genética; (iii) o “laboratório”, onde a natureza é valorada para pesquisas científicas; e, (iv) o “ginásio de esportes”, onde a natureza é valorada para o turismo e recreação.

Embora alguns autores entendam que algum tipo de motivação utilitária seja inevitável, ou quiçá até benéfica para a natureza, outros chamam a atenção para o fato de que seria a base filosófica do antropocentrismo o que impede o estabelecimento de soluções ecologicamente sustentáveis na relação humanidade-natureza. Eles defendem a necessidade de uma perspectiva ética mais ampla, uma perspectiva baseada no ecocentrismo (Kopnina et al., 2018).

No cerne dos debates sobre a gestão do ecoturismo estão as questões de como lidar com os recursos naturais. O Ecocentrismo e outras filosofias ambientais trouxeram, ao longo do tempo, diferentes interpretações de como utilizar de forma mais equilibrada os recursos naturais (Wearing & Schweinsberg, 2019). Ao buscarmos a identificação da ética ambiental dos princípios do ecoturismo pode-se vislumbrar que alguns dos seus princípios, como p.e., proporcionar benefícios diretos às populações locais, teria um viés mais utilitarista e antropocêntrico. Por outro lado, o princípio de trazer contribuições diretas para a conservação da natureza traz um viés mais ecocêntrico. Nesse sentido, Franco et al. (2021) refletem que algumas práticas do ecoturismo podem ser permeadas por valores de uma ética ecocêntrica, como p.e., a utilização de ferramentas de interpretação e educação ambiental para valoração da natureza por seu valor intrínseco e da contribuição direta para conservação da natureza.

Para além dessa dicotomia entre os dois extremos, há autores que entendem que dentro desse espectro há também oportunidade para diferentes pontos de vista ainda pouco explorados. E o ecoturismo, por se tratar de um fenômeno complexo, não deveria ser limitado pelo escopo das ideologias de um extremo ou de outro (Wearing & Schweinsberg, 2019), mas sim, incentivado em suas boas práticas. Ademais, desde o surgimento do paradigma da sustentabilidade, no qual há um entendimento de que os recursos naturais são limitados e de que deve haver preceitos éticos regulatórios para que o seu uso não esgote as possibilidades de uso pelas gerações futuras (Meadows et al., 2005), o conceito ou preceito ético da sustentabilidade tem sido utilizado como um “termo mediador”, apesar de, por vezes, camaleônico. Configurando-se, portanto, como um posicionamento mais ao centro do espectro entre o ecocentrismo e o antropocentrismo (Wearing & Schweinsberg, 2019).

Assim, ao vislumbrarmos as diferentes visões do espectro da ética ambiental e também que o ecoturismo é um fenômeno complexo que contém aspectos ora

antropocêntricos e ora ecocêntricos, vale trazer à baila que a filosofia do ecoturismo também é comumente criticada por ser utópica ou uma teoria distante da prática (Honey, 2001; Wearing & Neil, 2014). Apesar dos exemplos que genuinamente atendem aos seus princípios ainda representarem uma parte pequena das experiências ecoturísticas, as atividades e modelos de gestão da visita que impliquem no fortalecimento desses princípios se constituem como uma abordagem necessária para desafiar a visão antropocêntrica dominante (Franco et al., 2021).

Nesse sentido, Wearing e Neil (2014) entendem que:

É importante expressar clara e resolutamente, a importância do ecocentrismo para o ecoturismo no que diz respeito ao gerenciamento. O ecocentrismo como abordagem para o manejo pode demonstrar que as áreas protegidas não estão sendo conservadas, preservadas ou protegidas para alguém, mas que devem continuar existindo, pois possuem um valor intrínseco. Essa abordagem é um desafio para a visão de mundo dominante, essencialmente adotada pelos economistas de recursos, que apoiam a ideia de que o mundo não-humano só é valioso na medida que é valioso para o homem (p. 30).

Trata-se, portanto, de fortalecer a percepção de que as Áreas Protegidas devem ser criadas, sobretudo, para preservar a natureza selvagem, em razão de seus valores intrínsecos, e não apenas para mantê-las a serviço da humanidade e/ou a mercê de seus interesses econômicos (Franco et al., 2021; Honey, 2001; Wearing & Neil, 2014).

Considerando que o ecoturismo é comumente praticado em áreas protegidas e que possui uma relação direta com as atividades de manejo de algumas dessas áreas, na próxima seção será apresentado um referencial teórico sobre as áreas protegidas e a categoria parque, popularmente conhecida pela prática do ecoturismo e que é o escopo desta pesquisa.

2.2 Parques e áreas protegidas

A criação de espaços naturais especialmente protegidos é presente na cultura humana desde às civilizações pré-agrícolas. Um dos registros mais antigos são do

século IV a.C., quando foram designadas áreas para conservação de espécies silvestres na Índia. As florestas para essa civilização eram consideradas sagradas e, por isso, o seu uso era restrito. Desde então, há diversos registros de proteção de determinadas áreas visando algum objetivo de gestão dos recursos naturais dentro dos limites estabelecidos (Davenport & Rao, 2002).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos EUA, é um dos principais marcos para a era moderna de áreas protegidas. Para chegar neste marco, muitos pensadores contribuíram aos aspectos filosóficos que embasaram essa ideia. Dentre as principais justificativas, estavam a valorização e apreciação estética das paisagens naturais, os avanços das Ciências Naturais, e a atribuição de um valor intrínseco à natureza (Franco et al., 2015).

À época, a justificativa de criação do Parque Nacional de Yellowstone, e da maior parte da primeira geração de parques do século XIX, estava principalmente ligada à proteção da beleza cênica do local para desfrute da sociedade e a um caráter mais utilitarista e antropocêntrico. Desde então, as justificativas e os princípios orientadores para criação de novas áreas, e também para a gestão das áreas anteriores, foram incorporando também os valores intrínsecos e uma ética mais ecocêntrica. Essa dicotomia acabou formando duas correntes de pensamento: os preservacionistas, mais ecocêntricos, e os conservacionistas, mais antropocêntricos (Franco et al., 2015).

Com a evolução do debate, principalmente pautado pela ciência da biologia da conservação, é possível perceber que o foco das Áreas Protegidas se deslocou da proteção da beleza cênica e da natureza selvagem (*wilderness*) para a conservação da biodiversidade (Franco, 2013). Como consequência dessa evolução, as Áreas Protegidas são consideradas atualmente os instrumentos mais importantes para implementação de estratégias de conservação de ecossistemas e da biodiversidade, seja por governos nacionais, instituições internacionais e seus respectivos tratados globais (Dudley, 2008).

Para consolidar esse instrumento, de forma a abranger as mais diversas correntes de pensamento, a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) (Dudley, 2008), definiu as áreas protegidas como:

Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, por meios legais ou outros meios eficazes, para atingir a conservação da natureza de longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (p. 8).

Considerando ainda que essa estratégia já foi adotada em diversos países, e respectivos sistemas políticos, legais e culturais, se fez necessário também criar um entendimento comum sobre os diferentes formatos para designação de áreas protegidas (Dudley, 2008). Os membros da IUCN trabalharam para criação de um sistema de categorias de manejo de áreas protegidas, o qual tem sua versão resumida atualizada na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2

Categorias de áreas protegidas da International Union for Conservation of Nature

Categoria	Objetivo(s) de Gestão
Ia – Reserva natural estrita	Áreas estritamente protegidas, destinadas a conservar a biodiversidade e, possivelmente, características geológicas/geomorfológicas, onde a visitação, o uso e os impactos humanos são limitados e controlados estritamente para garantir a proteção dos valores de conservação. Servem como áreas de referência indispensáveis para pesquisa científica e monitoramento.
Ib – �rea silvestre	áreas grandes, não modificadas ou ligeiramente modificadas, que mant�m seu caráter e influencia naturais, sem habitação humana permanente ou significativa, protegidas e geridas para preservar sua condição natural.
II – Parque nacional	Grandes áreas naturais ou quase naturais que protegem os processos ecológicos de grande porte, juntamente com o complemento de espécies e ecossistemas característicos da área, que também proporcionam uma base para oportunidades espirituais, científicas, educativas, recreativas e de visita que sejam ambiental e culturalmente compatíveis.

(continua)

Tabela 2

Categorias de áreas protegidas da International Union for Conservation of Nature

Categoria	Objetivo(s) de Gestão
III – Monumento natural	Áreas destinadas a proteger um monumento natural específico, que podem ser um elemento do relevo, uma montanha submarina, uma caverna ou mesmo uma característica viva, como uma mata antiga. Costumam ser áreas bastante pequenas e ter alto valor de visitação, histórico ou cultural.
IV – Área de manejo de habitats/espécies	Áreas com objetivo específico de conservação de determinadas espécies ou habitats. Muitas áreas protegidas da Categoria IV necessitam de intervenções de manejo regulares e ativas para cumprir seus objetivos.
V – Paisagem terrestre/marinha protegida	Uma área onde a interação entre pessoas e natureza ao longo do tempo produziu um caráter distinto e valores ecológicos, biológicos, culturais e estéticos importantes, e onde salvaguardar a integridade dessa interação é vital para conservar a natureza e sustentar outros valores.
VI – Áreas protegidas, com uso sustentável dos recursos naturais	Áreas protegidas que conservam ecossistemas e habitats, junto a valores culturais associados e sistemas tradicionais de manejo de recursos naturais. Geralmente são grandes, com a maior parte em condição natural e uma parte sob manejo sustentável de recursos naturais. O baixo nível de uso não industrial de recursos naturais, compatível com a conservação da natureza, é considerado um dos principais objetivos dessa área protegida.

(conclusão)

Adaptado de Borrini-Feyerabend et al. (2013).

O último *Relatório Planeta Protegido 2020*, elaborado pelo *United Nations Environment Programme* (UNEP), indicou que “22,5 milhões de km² (16,64%) de ecossistemas terrestres e aquáticos e 28,1 milhões de km² (7,74%) de águas costeiras e do oceano estão dentro de áreas protegidas documentadas” (United Nations Environment Programme [UNEP], 2021). Os especialistas avaliaram que o alcance da meta estabelecida para o ano de 2020 foi positivo, mas que a eficácia e a qualidade

da gestão dessas áreas ainda precisam melhorar (UNEP, 2021). Já em 2022, a *Conference of the Parties 15 (COP15)* da CDB concluiu o mais recente acordo sobre o tema, definindo novas metas de alocação de, no mínimo, 30% da superfície planetária sobre proteção até 2030, afim de evitar o rápido declínio de espécies em curso no momento (UNEP, 2022).

Embora as novas metas pareçam ambiciosas, ainda há uma corrente que entende que elas ainda não sejam suficientes. Hoje há, por exemplo, uma coalização internacional de cientistas e organizações da sociedade civil denominada “a natureza precisa de metade”, que defende, com base em premissas científicas, a proteção de 50% do planeta até 2030 (Kopnina et al., 2018; *Nature Needs Half*, 2022).

Considerando o foco desta pesquisa nos Parques Nacionais brasileiros, a próxima seção será dedicada especificamente ao contexto desta categoria de área protegida que é mais popularmente conhecida no Brasil e no mundo atualmente.

2.2.1 Parques Nacionais e áreas protegidas no Brasil

Originalmente, a palavra “*parc*”, em francês e inglês arcaicos, designava uma área para proteção de animais de caça, que eram protegidas por ordem dos reis europeus (Davenport & Rao, 2002). Já o termo contemporâneo *Parque* é atribuído ao artista e explorador estadunidense George Catlin, que defendia a criação de “um parque da nação, contendo homens e animais, todos na selvageria e frescor de sua beleza natural” (Davenport & Rao, 2002, p. 54).

O modelo de parques abertos ao público, e com características especiais de proteção, surgiu nos EUA, no século XIX. Em 1832, o termo ganhou popularidade a partir de uma carta que Catlin publicou para descrever seu desejo de que as áreas que havia visitado no interior do país se tornassem um parque, com proteção legal do governo. Diversos outros ativistas e pensadores da época, como John Muir, Henry Thoreau também apoiaram o conceito, que então se tornou realidade em 1864, com a criação do Parque Estadual de Yosemite e, posteriormente, do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 (Eagles & McCool, 2002; Franco et al., 2015).

O modelo se difundiu e foi adotado em todo o mundo. Foi considerada inclusive, a melhor invenção estado-unidense de todos os tempos pelo historiador Wallace Stegner (National Park Service [NPS], 2022). De acordo com a plataforma *Protected*

Planet, já existem quase 6.000 parques (Categoria II) catalogados, distribuídos em todos os continentes e em mais de 150 países (*Protected Planet*, 2022).

Conforme exposto na seção anterior, os parques foram criados inicialmente para proteção da beleza cênica natural para desfrute da civilização humana, justificativas as quais evoluíram e passaram por uma profunda mudança. Porém, dentro do contexto de Áreas Protegidas existente hoje, os parques ainda são a categoria mais associada à presença humana para lazer e recreação. Por essa razão, os parques são a categoria de Área Protegida mais conhecidas do público geral e também são uma marca mundialmente conhecida, com poder de atração de muitos visitantes (Kinker, 2005; Rodrigues, 2009).

A criação do Parque Nacional do Itatiaia, no ano de 1937, é um dos principais marcos da Política Nacional de Áreas Protegidas (Franco et al. 2015). Porém, vale registrar que as primeiras propostas para a criação de Parques Nacionais no Brasil surgiram em 1876, apenas quatro anos após o estabelecimento do primeiro Parque Nacional do mundo. André Rebouças, inspirado no exemplo estadunidense, propôs a criação de dois parques nacionais: um na Ilha do Bananal (rio Araguaia), que veio a se tornar o Parque Nacional do Araguaia, somente em 1959; e, um nas Sete Quedas (rio Paraná), que veio a se tornar o Parque Nacional das Sete Quedas, somente em 1961, mas que foi extinto em 1980 para dar lugar ao grande reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Drummond et al., 2006; Rylands & Brandon, 2005).

Ainda no contexto histórico, também é importante destacar que, a partir dos parâmetros e concepções contemporâneas de Áreas Protegidas, a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, pode ser considerada a primeira Área Protegida criada e manejada do Brasil, em 1817, a qual veio a se tornar o Parque Nacional da Tijuca em 1961 (Franco et al., 2015).

O modelo do primeiro Parque Nacional do mundo nos EUA buscava proteger grandes áreas de natureza preservada e de grande beleza cênica para usufruto da sociedade. Alguns autores afirmam que o Brasil copiou o modelo estadunidense de criação de parques, quando da criação de seu primeiro parque (Kinker, 2005). Outros autores criticam a “importação” do modelo em questão, por ser alheio à realidade brasileira (Diegues, 2008).

Porém, vale ressaltar que ao longo dos anos, o modelo e as políticas de criação de parques foram evoluindo, também no cenário nacional, passando a ser guiadas

por critérios científicos e, assim, as Áreas Protegidas, incluindo os parques, se consolidaram como uma das principais políticas públicas nacionais para a proteção dos ecossistemas e conservação da natureza (Drummond, 1997; Franco et al., 2015; Kinker, 2005; Mittermeier et al., 2005).

Os parques foram recepcionados inicialmente, na legislação nacional, pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que instituiu o primeiro Código Florestal e serviu de base para a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro (*Decreto nº 23.793, 1934*). Posteriormente, um novo Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, aprimorou o objetivo e escopo dos parques, e de outras categorias de Áreas Protegidas (*Lei nº 4.771, 1965*). Em seguida, o Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, instituiu o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, atualizando e detalhando ainda mais as normativas referentes à essa categoria (*Decreto nº 84.017, 1979*). Já em fins da década de 1980, tivemos a promulgação da atual Constituição Federal (CF), a qual dedicou um capítulo específico sobre o meio ambiente, e ainda determinou ao poder público a incumbência específica de criar Áreas Protegidas (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988; Ganem & Franco, 2021*). Sobre a questão, a seguir, expõe-se o trecho da Constituição Federal que versa sobre as Áreas Protegidas:

Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...];

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

[...] (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988*).

A Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, veio, então, regulamentar alguns aspectos do art. 225 da Constituição Federal e instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (*Lei n. 9.985, 2000*). Essa normativa, ainda vigente, também é um dos grandes marcos da Política Nacional de Áreas Protegidas. Para contemplar os anseios das principais correntes modernas do movimento ambientalista nacional, os preservacionistas, conservacionistas, e os socioambientalistas, após longo debate, o SNUC inovou ao criar dois grupos de UCs, quais sejam: (i) de Uso Sustentável; e, (ii) de Proteção Integral (Drummond et al., 2006; Franco et al., 2015; Mittermeier et al., 2005). A Tabela 3, a seguir, ilustra os objetivos de cada categoria e seu respectivo grupo.

Tabela 3

Grupos e categorias de Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Grupo de UC	Categoria	Objetivo(s)
Proteção Integral	Estação ecológica	Preservar a natureza; e Realizar pesquisas científicas.
	Reserva biológica	Preservar a biota e demais atributos naturais.
	Parque Nacional	Preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica; Realizar pesquisas científicas; Desenvolver a educação interpretação ambiental; Recreação; e Turismo ecológico.
	Monumento natural	Preservar sítios naturais raros ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de vida silvestre	Proteger ambientes para existência e reprodução de espécies da flora e da fauna.

(continua)

Tabela 3

Grupos e categorias de Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Grupo de UC	Categoria	Objetivo(s)
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica; Disciplinar o processo de ocupação; e Assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local; e Regular o uso admissível dessas áreas.
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais; e Realizar pesquisas científicas.
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e culturas das populações extrativistas; e Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.
	Reserva de Fauna	Realizar estudos técnico-científicos para manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Preservar a natureza; Assegurar condições para a reprodução e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais; e Valorizar e conservar o conhecimento e técnicas de manejo das populações tradicionais.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica.

(conclusão)

Adaptado de *Lei n. 9.985* (2000).

Nota: UC = Unidade de Conservação.

Além das UCs, cumpre registrar que o Brasil ainda conta com outras áreas legalmente protegidas, instituídas por outras normativas. Dessa forma, o Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006, instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que definiu princípios, estratégias e objetivos para a integração e gestão de todas as categorias de áreas protegidas nacionais, sendo as principais: as Terras Indígenas; os Territórios Quilombolas; as Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Legais; e, as áreas de reconhecimento internacional pela UNESCO, como, por exemplo, as Reservas da Biosfera, os Sítios do Patrimônio Mundial e os Sítios Ramsar (*Decreto n. 5.758, 2006; Drummond et al., 2006*).

Para esta pesquisa, destaca-se a categoria Parque Nacional, o qual tem seus objetivos e diretrizes fundamentais assim definidas pelo SNUC, *in verbis*:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (*Lei n. 9.985, 2000*).

Para contribuir na compreensão do contexto do universo que compõe o conjunto de Parques Nacionais brasileiros, será apresentado a cronologia de criação

dos parques de acordo com as fases de criação sugeridas por Drummond (1997) e Rocha et al. (2010), com o acréscimo de uma nova fase pelo autor, com o objetivo de atualizar as fases até o momento deste presente estudo. As oito fases de criação são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4

Fases de criação dos Parques Nacionais brasileiros, por intervalos de anos dos atos legais de criação

Fase de Criação	Quantitativo de Parques Nacionais	Área Total (ha)
1ª fase: 1937-1939	3	217.802
2ª fase: 1959-1961	11	1.104.571
3ª fase: 1971-1974	3	1.370.810
4ª fase: 1979-1986	12	7.037.321
5ª fase: 1988-1992	7	1.279.896
6ª fase: 1997-2002	16	6.782.305
7ª fase: 2004-2008	12	7.609.212
8ª fase: 2010-2018	10	1.455.764
Total	74	26.857.682

Adaptado de Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) (2023) e Rocha et al. (2010).

Nota: ha = hectare.

Portanto, de acordo de acordo com os dados atualizados pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), o conjunto de Parques Nacionais totaliza 74 unidades em território nacional. Essas unidades estão distribuídas por todas regiões geográficas e biomas do território nacional, exceto os Pampas (MMA, 2023). Ademais, cumpre registrar que, se considerarmos os Parques Estaduais (226) e os Parques Naturais Municipais (220), o total de unidades dessa categoria chega a 520 unidades e correspondem atualmente a 19,56% do total de área das UCs nacionais (MMA, 2023).

Figura 1*Localização dos 74 Parques Nacionais brasileiros*

Recuperado de Google (2022).

Figura 2

Quantidade de parques registrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, por esfera administrativa



Adaptado de MMA (2023).

No capítulo seguinte, apresenta-se um detalhamento sobre informações dos parques utilizados como área de abrangência do estudo para essa pesquisa, principalmente na temática de visitação. A seguir, são apresentados os referenciais teóricos e principais terminologias utilizadas sobre o turismo e visitação em parques e Áreas Protegidas.

2.3 Turismo e visitação em parques e Áreas Protegidas

Assim como o ecoturismo, o turismo *strictu sensu* também acumula diversas definições e conceitos. Para a *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO):

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o deslocamento de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou de negócios (United Nations World Tourism Organization [UNWTO], 2023b).

Ainda segundo a UNWTO (2023b), as pessoas que praticam o turismo podem ser classificadas entre visitantes e turistas. Um visitante é classificado como turista, se sua viagem incluir pernoite, ou, caso a viagem seja de apenas um dia, é classificado simplesmente como visitante.

Embora essa definição considere que os parques podem receber tanto visitantes como turistas, no contexto da gestão de parques, todos são considerados

visitantes, independente da origem, da motivação ou do segmento do turismo (Rodrigues, 2009), e essa também é a terminologia adotada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para gestão do uso público dos Parques Nacionais brasileiros (MMA & ICMBio, n. d.). Portanto, essa será a terminologia adotada por este estudo.

A utilização de Áreas Protegidas pelo público por meio da visitação é comumente definida como uso público (Eagles & McCool, 2002; Rodrigues, 2009, MMA & ICMBio, n. d.). Esta busca do público para utilizar os parques para múltiplas finalidades que incluem contemplação, recreação, lazer, esporte, espiritualidade, entre outras, requer um esforço intenso de gestão (Eagles & McCool, 2002; Rodrigues, 2009).

Segundo Eagles e McCool (2002), o uso público, foi um dos motivos que mantiveram a pressão política e social para que o movimento de criação de parques se mantivesse crescente ao longo dos anos. Seguindo o constante aumento na criação de Áreas Protegidas, também houve um crescimento significativo de visitantes nessas áreas. Embora não haja um banco de dados universal e atualizado, Balmford et al. (2015) realizaram um estudo de modelagem e estimaram que as Áreas Protegidas do mundo recebem em torno de 8 bilhões de visitantes por ano.

Incorporar a demanda crescente por visitação nessas áreas representa uma oportunidade de maior aproximação das pessoas com a natureza e potencialização dos benefícios para a conservação da biodiversidade, mas também um desafio para minimização dos impactos negativos da visitação nos ambientes naturais (Leung et al., 2018). A gestão do turismo em parques evoluiu, ao longo dos anos, a partir do constante conflito de interesses entre os objetivos de conservação do parque, dos indivíduos que o visitavam, e os prestadores de serviço do *trade* turístico que o circundavam (Eagles & McCool, 2002).

Essa gestão traz oportunidades e desafios, que podem ser resumidas conforme a Tabela 5, a seguir.

Tabela 5*Oportunidades e desafios para a gestão do turismo em Áreas Protegidas*

Oportunidades	Desafios
Engajar a sociedade no apoio à conservação da natureza e da cultura por meio de Áreas Protegidas, proporcionando experiências significativas que comunicam os muitos valores das Áreas Protegidas.	As Áreas Protegidas tornam-se simplesmente uma outra “mercadoria” ou recurso a ser explorado por uma indústria que está mais interessada em lucros, acessando e fornecendo novas experiências, do que apoiando a conservação.
Contribuir ativamente para a conservação, envolvendo visitantes em tarefas de gestão e contribuições diretas de financiamento (por exemplo, ingressos, taxas e de utilização e concessão, etc.) ou outro apoio em espécie à administração.	Os interesses do turismo minam sensivelmente a gestão adequada, pressionando por usos, benefícios ou acesso que são prejudiciais aos objetivos de conservação ou culturais da Área Protegida.
Justificar o apoio político e melhor financiamento para a gestão, reconhecendo a importância do turismo baseado em áreas protegidas para as economias locais e regionais.	A importância do turismo baseado na área protegida gera pressão política pelo desenvolvimento excessivo dentro ou ao redor da Área Protegida.
Amenizar os impactos do turismo por meio de planejamento criterioso da infraestrutura, remediação de danos causados e técnicas de mitigação de impacto dos visitantes (por exemplo, proteção de trilhas).	Ocorrem impactos negativos no meio ambiente, como poluição (por exemplo, descarte de resíduos, emissões de carbono), uso não sustentável de recursos (por exemplo, água) e danos a áreas sensíveis (por exemplo, através de infraestrutura mal desenvolvida ou localizada).
Potencializar os benefícios sociais e culturais das Áreas Protegidas promovendo e conservando suas atrações culturais, mostrando a cultura local (por exemplo, histórias, artesanato, <i>design</i> , música, comida) e fornecendo serviços interpretativos e oportunidades educacionais adequados.	Ocorrem impactos negativos na população local (por exemplo, mercantilização da cultura, perturbação da vida tradicional, crime, superlotação, deslocamento das comunidades locais para acomodar o desenvolvimento do turismo, perda de acesso aos recursos tradicionais, danos ou profanação de lugares sagrados, pressões causadas por altos níveis de visitação); alto custo de vida e inflação resultante do turismo.
Fornecer um grande incentivo, por meio de benefícios sociais e financeiros diretos, para as comunidades dentro ou perto de Áreas Protegidas para proteger a vida selvagem e tolerar alguns impactos negativos da vida selvagem.	Sem benefícios, muitas populações carentes continuam esgotando a vida selvagem para proteção de si mesmas ou de propriedades ou para obter lucro.

(continua)

Tabela 5*Oportunidades e desafios para a gestão do turismo em Áreas Protegidas*

Oportunidades	Desafios
Estimular vínculos econômicos locais por meio da propriedade local de ativos turísticos, gestão de empresas de turismo, emprego, meios de subsistência alternativos e empreendedorismo na cadeia produtiva do turismo (por exemplo, orientação, artesanato, alimentos e bebidas, transporte etc.).	Os vínculos econômicos positivos não se concretizam devido à falta de informação, oportunidade, acesso ao financiamento, políticas adequadas ou consistência.

(conclusão)

Adaptado de Leung et al. (2018).

Esses desafios e oportunidades acompanham os gestores desde a criação do primeiro Parque Nacional. Manejar o turismo em um Parque Nacional é, portanto, uma tarefa complexa que envolve conhecimento técnico interdisciplinar, além de envolver componentes sociais e políticos inerentes à sua aplicação prática (Eagles & McCool, 2002; Leung et al., 2018).

A partir da necessidade de combinar essa complexidade de fatores e de conhecimentos, algumas técnicas foram desenvolvidas para auxiliar os gestores (Eagles & McCool, 2002). As mais conhecidas são focadas em monitorar o impacto ambiental e/ou a experiência dos visitantes nas áreas protegidas. Entre elas, é possível citar: o Rol de Oportunidades para a Visitação (Andrade et al., 2020; Clark & Stankey, 1979; MMA & ICMBio, 2020); a *Limits of Acceptable Change* (LAC) (McCool, 1996; Stankey et al., 1985; Takahashi & Cegana, 2005); a *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) (United States Department of the Interior & National Park Service [NPS], 1997); e, a *Visitor Impact Management* (VIM) (Graefe et al., 1990).

Entretanto, conforme verificou-se na Tabela 5, os desafios de gestão da visitação não são apenas os impactos ambientais ou a experiência do visitante. Os desafios permeiam também o estímulo à consciência ambiental, a contribuição da visitação para a conservação e para as populações e cultura local. Coincidentemente, esses também são os princípios do ecoturismo elencados no início do capítulo, podendo ser um importante agente no processo de gestão da visitação (Kinker, 2005).

Em um estudo interessante o Instituto SEMEIA (2021; 2023), anualmente busca realizar um diagnóstico sobre o uso público dos parques brasileiros com o

objetivo de avaliar como a visitação vêm ocorrendo, de acordo com os profissionais que atuam na gestão dessas unidades. Em sua última edição, os principais destaques foram: a relevância e riqueza do patrimônio natural brasileiro; a carência de infraestrutura, serviços e informações básicas associadas à visitação; e, a falta de ferramentas de gestão em conjunto com a falta de recursos humanos e financeiros.

Afim exemplificar alguns atributos de gestão relacionados à gestão da visitação e aos princípios do ecoturismo, a Tabela 6, a seguir, elenca os atributos de gestão que serão adotados como referência para esse estudo.

Tabela 6

Atributos de gestão adotados para a pesquisa

Atributos de Gestão
Oferta de atrativos.
Acesso democrático.
Manutenção de trilhas.
Inclusão da cultura local na experiência.
Gestão dos resíduos sólidos.
Inclusão da população local na atividade turística.
Integridade ambiental.
Destinação dos recursos para projetos de conservação da natureza.
Estruturas de apoio à visitação.
Sentimento de segurança.
Oportunidades de sensibilização ambiental.
Orientações para um turismo responsável.
Informações sobre atrativos e atividades.
Controle do fluxo de visitantes.
Informações sobre meio ambiente e cultura.

Adaptado de Davenport et al. (2002), Eagles & McCool (2002), Instituto SEMEIA (2023), Leung et al. (2018) e Wade & Eagles (2003).

Dessa forma, a partir do referencial teórico apresentado e dos procedimentos metodológicos descritos no capítulo seguinte, essa pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros de acordo com os princípios do ecoturismo, abrangendo também os principais desafios e as oportunidades comumente elencados na gestão da visitação em parques.

3 MÉTODOS

A finalidade deste capítulo é apresentar a área de abrangência do estudo e os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa. Para alcançar seus objetivos, a pesquisa foi desenhada a partir da abordagem quantitativa, de natureza aplicada, utilizando técnicas de revisão de bibliografia, estudo e coleta de dados em campo e análises de dados (Creswell, 2010). A composição desses procedimentos foi utilizada com base nos recursos de pesquisa comumente utilizado nas Ciências Sociais (Becker, 1993).

Nessa toada, o capítulo foi dividido em três seções, sendo uma para detalhamento sobre a área de estudo, uma para as técnicas de coletas de dados utilizadas e uma para a técnica de análise dos dados.

3.1 Área de abrangência do estudo

Nesta seção apresenta-se uma breve introdução ao contexto atual dos Parques Nacionais brasileiros, com ênfase na visitação e no conjunto dos Parques Nacionais nos quais foram realizadas as atividades de campo para coletas de dados desse estudo.

O objeto de análise da pesquisa é a visitação do conjunto dos 74 Parques Nacionais brasileiros. Dentre as UCs brasileiras, a categoria Parque foi escolhida considerando que o tema de análise é o ecoturismo e o “turismo ecológico” foi indicado pelo SNUC como forma de turismo indicada para a visitação desta categoria; e ainda, somado ao fato de que é a categoria reconhecida internacionalmente como mais associada à visitação (Kinker, 2005).

A justificativa do recorte para esfera federal se deu por três principais razões, quais sejam: (i) a elevada importância relativa, em termos de área, dentro do grupo de unidades de conservação de proteção integral; (ii) a disponibilidade de dados de visitação; e, (iii) orientações e diretrizes comuns, a partir da administração central do ICMBio, para gestão da visitação e uso público.

Adicionalmente, o recorte do universo para os Parques da esfera administrativa federal centraliza a obtenção das respectivas autorizações de pesquisa e a interação com um único órgão gestor: o ICMBio¹.

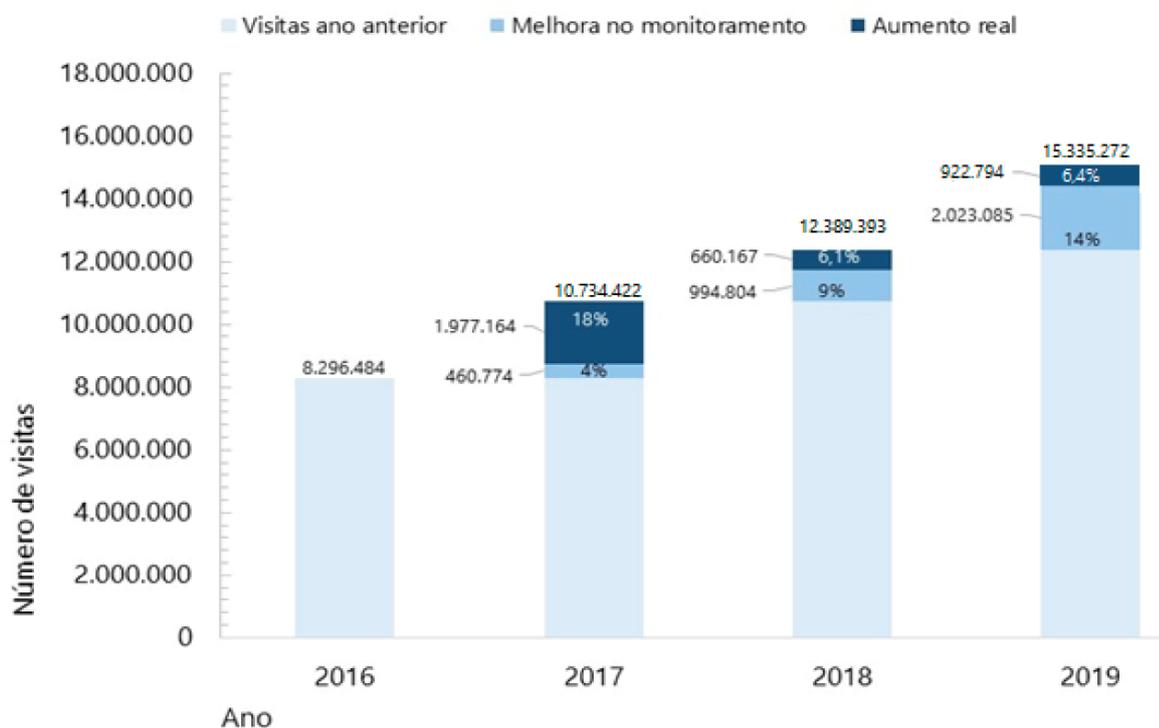
De acordo com o ICMBio (2020), a visitação nas Unidades de Conservação (UCs) federais, em 2019², ultrapassou 15 milhões de visitas. Esse aumento é constante há mais de uma década. Porém, entre 2016 e 2019, percebe-se que houve uma taxa de crescimento ainda mais acentuada. Parte do aumento deve ser atribuído ao incremento do esforço para monitoramento dos números de visitantes, mas o aumento real do número de visitas (subtraído a melhora no monitoramento) chega a 30,5% entre 2016 e 2019 (ICMBio, 2020). As Figuras 3 e a Tabela 7 ilustram os dados de visitação em UCs federais nos últimos anos.

¹ Nesse sentido, registra-se que a autorização para a realização das atividades com finalidade científica nos Parques Nacionais foi deferida e os pareceres favoráveis dos gestores das unidades estão anexados ao Processo nº 78.951 do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

² Embora os dados do monitoramento da visitação para o período 2020-2021 já estejam disponíveis, a visitação nas UCs foi diretamente impactada pelas medidas de isolamento social impostas pela pandemia do novo Coronavírus – o que resultou no fechamento e/ou na restrição da visitação nas UCs federais durante os dois últimos anos (MMA & ICMBio, 2021). Por essa razão, entende-se que há um viés para os dados dos atípicos anos 2020 e 2021 – motivo pelo qual o presente estudo fez uso, como principal referência, dos dados de visitação publicados para o ano de 2019.

Figura 3

Comparativo do aumento real da visitação e do aumento da visitação por causa da melhoria no esforço de monitoramento – período 2016-2019



Adaptado de MMA e ICMBio (2020).

Tabela 7

As dez Unidades de Conservação mais visitadas – ano 2019

Ranking	UC	Número de Visitação
1	Parque Nacional da Tijuca	2.953.932
2	Parque Nacional do Iguaçu	2.020.358
3	Área de Proteção Ambiental de Petrópolis	2.000.000
4	Parque Nacional de Jericoacoara	1.322.883
5	Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	966.357
6	Monumento Natural do Rio São Francisco	713.400
7	Parque Nacional da Serra da Bocaina	697.964
8	Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha	643.916
9	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	613.259

(continua)

Tabela 7

As dez Unidades de Conservação mais visitadas – ano 2019

Ranking	UC	Número de Visitação
10	Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais	314.705

(conclusão)

Adaptado de MMA e ICMBio (2020).

Nota: UC = Unidade de Conservação.

Para os parques nacionais, desde 2009 houve um crescimento de aproximadamente 40% no registro do número de visitas até 2019, quando atingiu seu recorde histórico, com 9.803.559 visitas, conforme ilustra a Figura 4, a seguir.

Figura 4

Gráfico com o número de visitas em Parques Nacionais – período 2009-2021



Adaptado de MMA e ICMBio (2022).

Pelo exame dos dados de visitação de 2019, constatou-se que apenas 56, dos 74 Parques Nacionais, contaram com estimativa ou contabilização do número de visitas. A partir dessa constatação, antes de realizar a seleção dos Parques para as coletas de dados desta pesquisa, estes foram classificados de acordo com o seu Índice de Atratividade Turística (IAT) (Souza & Thapa, 2018), categorizando-os com base no número de visitas (*sensu* MMA & ICMBio, 2020), conforme apresentado na Tabela 8, a seguir.

Tabela 8

Categorias de Índice de Atratividade Turística e seus respectivos parâmetros

Categoria	Parâmetro (Visitas)
Altamente Intensiva (AI)	Acima de 1.000.000 de visitas.
Intensiva (I)	Entre 100.101 e 1.000.000 de visitas.
Extensiva (E)	Entre 10.001 e 100.000 de visitas.
Semi-primitiva (SP)	Entre 1.000 e 10.000 de visitas.
Primitiva (P)	Abaixo de 1.000 de visitas.

Adaptado de MMA e ICMBio (2020).

Ao aplicar os parâmetros das categorias de IAT outrora descritas no *ranking* do número de visitas dos 56 Parques com registro e monitoramento de visitação em 2019, obtivemos o resultado demonstrado pela Tabela 9, a seguir.

Tabela 9

Ranking de visitação de Parques Nacionais, com informações sobre classes de Índice de Atratividade Turística, região geográfica e bioma

Ranking de Visitas	Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma
1	Tijuca	2.953.932	AI	Sudeste	Mata Atlântica
2	Iguaçu	2.020.358	AI	Sul	Mata Atlântica
3	Jericoacoara	1.322.883	AI	Nordeste	Marinho
4	Serra da Bocaina	697.964	I	Sudeste	Mata Atlântica

(continua)

Tabela 9

Ranking de visitação de Parques Nacionais, com informações sobre classes de Índice de Atratividade Turística, região geográfica e bioma

Ranking de Visitas	Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma
5	Fernando de Noronha	643.916	I	Nordeste	Marinho
6	Brasília	251.521	I	Centro-Oeste	Cerrado
7	Serra dos Órgãos	196.230	I	Sudeste	Mata Atlântica
8	Chapada dos Guimarães	183.592	I	Centro-Oeste	Cerrado
9	Lençóis Maranhenses	151.786	I	Nordeste	Marinho
10	Restinga de Jurubatiba	139.276	I	Sudeste	Mata Atlântica
11	Aparados da Serra	137.294	I	Sul	Mata Atlântica
12	Itatiaia	127.432	I	Sudeste	Mata Atlântica
13	Caparaó	123.358	I	Sudeste	Mata Atlântica
14	Canastra	101.526	I	Sudeste	Cerrado
15	Campos Gerais	92.615	E	Sul	Mata Atlântica
16	Ubajara	90.707	E	Nordeste	Caatinga
17	Serra Geral	87.213	E	Sul	Mata Atlântica
18	Serra do Cipó	85.330	E	Sudeste	Cerrado
19	Chapada dos Veadeiros	79.347	E	Centro-Oeste	Cerrado
20	São Joaquim	51.449	E	Sul	Mata Atlântica
21	Ilha Grande	42.015	E	Sul	Mata Atlântica
22	Anavilhanas	40.667	E	Norte	Amazônia
23	Chapada Diamantina	29.973	E	Nordeste	Caatinga/Cerrado
24	Serra da Capivara	29.733	E	Nordeste	Caatinga
25	Saint-Hilaire/Lange	19.645	E	Sul	Mata Atlântica

(continua)

Tabela 9

Ranking de visitação de Parques Nacionais, com informações sobre classes de Índice de Atratividade Turística, região geográfica e bioma

Ranking de Visitas	Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma
26	Sete Cidades	15.736	E	Nordeste	Caatinga
27	Superagui	14.608	E	Sul	Mata Atlântica
28	Serra do Itajaí	13.917	E	Sul	Mata Atlântica
29	Jaú	9.552	SP	Norte	Amazônia
30	Cavernas do Peruaçu	9.304	SP	Sudeste	Cerrado
31	Boa Nova	8.480	SP	Nordeste	Mata Atlântica
32	Abrolhos	8.068	SP	Nordeste	Marinho
33	Serra de Itabaiana	6.704	SP	Nordeste	Mata Atlântica
34	Emas	3.242	SP	Centro-Oeste	Cerrado
35	Catimbau	2.268	SP	Nordeste	Caatinga
36	Serra do Gandarela	1.847	SP	Sudeste	Cerrado
37	Amazônia	1.781	SP	Norte	Amazônia
38	Monte Roraima	1.701	SP	Norte	Amazônia
39	Virúá	839	P	Norte	Amazônia
40	Serra do Bodoquena	777	P	Centro-Oeste	Pantanal
41	Pau Brasil	749	P	Nordeste	Mata Atlântica
42	Araucárias	630	P	Sul	Mata Atlântica
43	Descobrimento	605	P	Nordeste	Mata Atlântica
44	Lagoa do Peixe	583	P	Sul	Marinho
45	Furna Feia	520	P	Nordeste	Caatinga
46	Grande Sertão Veredas	513	P	Sudeste	Cerrado
47	Serra do Divisor	508	P	Norte	Amazônia
48	Sempre Vivas	243	P	Sudeste	Cerrado

(continua)

Tabela 9

Ranking de visitação de Parques Nacionais, com informações sobre classes de Índice de Atratividade Turística, região geográfica e bioma

Ranking de Visitas	Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma
49	Campos Amazônicos	211	P	Norte	Amazônia
50	Serra da Cutia	138	P	Norte	Amazônia
51	Alto Cariri	100	P	Nordeste	Mata Atlântica
52	Pico da Neblina	67	P	Norte	Amazônia
53	Campos Ferruginosos	41	P	Norte	Amazônia
54	Montanhas do Tumucumaque	32	P	Norte	Amazônia
55	Nascentes do Rio Parnaíba	26	P	Nordeste	Cerrado
56	Juruena	7	P	Norte	Amazônia

(conclusão)

Adaptado de MMA (2023) e MMA e ICMBio (2020).

Nota: AI = Altamente Intensiva; E = Extensiva; I = Intensiva; IAT = Índice de Atratividade Turística; P = Primitiva; e, SP = Semi-primitiva.

A partir da Tabela 10, a seguir, verifica-se que a maior parte das visitas está concentrada nos Parques Nacionais de alta e média atratividade (AI, I e E). Consequentemente, presumiu-se que essas unidades tendem a possuir um maior número de gestores e melhores condições e oportunidades para realização de entrevistas *in loco* com os visitantes – o que justificou a definição da amostra a partir dessas três categorias de maior atratividade.

Tabela 10

Categorias do Índice de Atratividade Turística, quantidade de Parques Nacionais por categoria e porcentagem do total de visitas – ano 2019

Categoria do IAT	Quantidade de Parques Nacionais	Total de visitas (%)
AI	3	64,23
I	11	28,09
E	14	7,07
SP	10	0,54
P	18	0,07

Adaptado de MMA e ICMBio (2020).

Nota: AI = Altamente Intensiva; E = Extensiva; I = Intensiva; IAT = Índice de Atratividade Turística; P = Primitiva; e, SP = Semi-primitiva.

Os Parques Nacionais de alta e média atratividade (AI, I e E) somam 28 unidades e representam mais de 99% das visitas. Com base nessas unidades, foi estipulada uma amostra que pudesse representar, no mínimo, três unidades de cada categoria, bem como a maior diversidade de biomas e regiões geográficas possíveis, considerando as limitações logísticas e orçamentárias da pesquisa.

A partir dessa matriz de variáveis, foram selecionados dez Parques Nacionais, os quais representam, pelo menos, três unidades de cada categoria, e contemplam quase todas regiões geográficas, exceto a Região Norte, e quase todos os biomas contemplados pelos Parques Nacionais, exceto os biomas Amazônia e Pantanal.

A seguir, a Tabela 11 elenca os parques selecionados para a coleta de dados da pesquisa, ao passo que a Figura 5 ilustra a localização dessas unidades no território nacional.

Tabela 11*Parques Nacionais selecionados para coleta de dados da pesquisa*

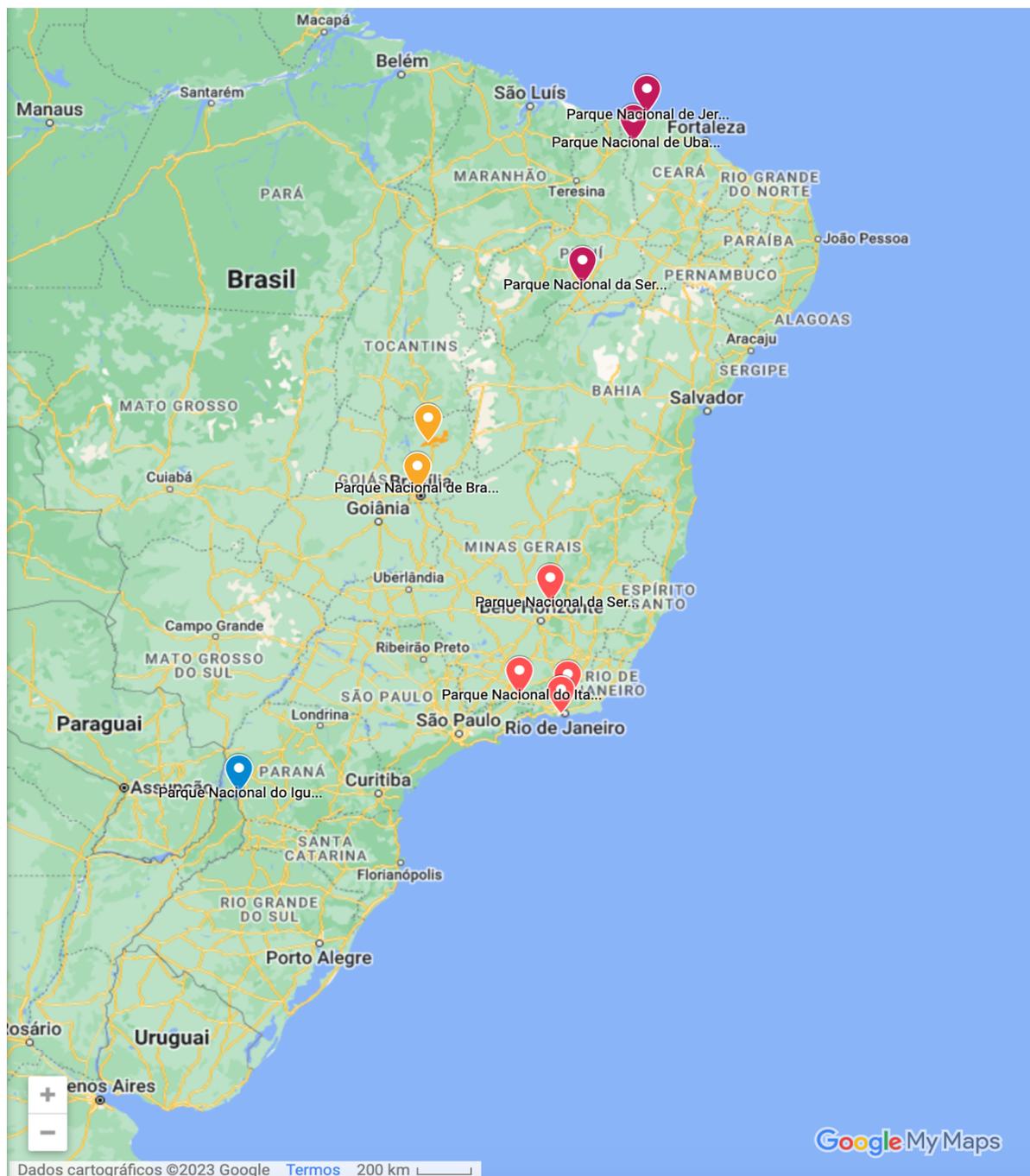
Ranking de Visitas	Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma
1	Tijuca	2.953.932	AI	Sudeste	Mata Atlântica
2	Iguaçu	2.020.358	AI	Sul	Mata Atlântica
3	Jericoacoara	1.322.883	AI	Nordeste	Marinho costeiro
6	Brasília	251.521	I	Centro-Oeste	Cerrado
7	Serra dos Órgãos	196.230	I	Sudeste	Mata Atlântica
12	Itatiaia	127.432	I	Sudeste	Mata Atlântica
16	Ubajara	90.707	E	Nordeste	Caatinga
18	Serra do Cipó	85.330	E	Sudeste	Cerrado
19	Chapada dos Veadeiros	79.347	E	Centro-Oeste	Cerrado
24	Serra da Capivara	29.733	E	Nordeste	Caatinga

Adaptado de MMA e ICMBio (2020).

Nota: AI = Altamente Intensiva; E = Extensiva; I = Intensiva; e, IAT = Índice de Atratividade Turística.

Figura 5

Localização dos Parques Nacionais selecionados para coleta de dados da pesquisa



Recuperado de Google (2022).

A partir da seleção dos Parques Nacionais para realização da coleta de dados, foi desenhada a população amostral da presente pesquisa e definição da amostra das coletas de dados, as quais serão detalhadas na seção a seguir.

3.2 Coleta de dados

Para enriquecer a compreensão do contexto do fenômeno complexo e dinâmico que é a visitação em Parques Nacionais, o trabalho de campo constituiu uma etapa importante do estudo. Com referência em outras pesquisas (Daniels & Marion, 2006; Rodrigues, 2009; Wade & Eagles, 2003), identificou-se que os principais atores-chave da visitação são: os visitantes; os gestores; e, os prestadores de serviço, principalmente condutores(as) e/ou guias.

Para esse estudo foram escolhidos os visitantes e gestores como principais atores-chave em razão de sua maior disponibilidade e em todos os parques selecionados. O grupo de visitantes foi composto de pessoas visitando o parque no dia em que o trabalho de campo foi executado, desde que maiores de 18 anos. A entrevista foi realizada durante ou após sua experiência de visitação nos Parques Nacionais amostrados.

Já o grupo de gestores foi composto por analistas ambientais, técnicos ambientais e funcionários terceirizados do ICMBio com algum envolvimento, atual ou pretérito, com a temática da visitação e uso público nas unidades.

Para compreender a percepção desses atores, a coleta de dados se deu a partir de entrevistas para aplicação de formulários estruturados com perguntas fechadas e respostas em escala numérica de categorias (escala Likert), detalhados em seção específica, após a apresentação da metodologia de definição da amostra para coleta dos dados.

3.2.1 Amostra

Uma vez definidos os Parques Nacionais, empreendeu-se o cálculo amostral para definição do esforço de campo necessário para coletar dados em quantidade amostral suficiente para representar o universo de visitantes dos Parques Nacionais brasileiros, com base nos números de visitação de 2019 (Cálculo Amostral – Site de Estatística, 2023). Os dez Parques selecionados somaram um total de 7.157.473 visitantes em 2019, representando 73,01% de todos os visitantes naqueles locais no ano em questão. A partir do cálculo amostral, verificou-se que o tamanho da amostra para uma população de 9.803.559 (total de visitantes em 2019), com grau de confiança de 95%, e margem de erro de 5%, foi de 385 (N=385).

Tabela 12*Resultados do cálculo amostral*

Universo	População	Confiança	Margem de Erro	N
Visitas nos Parques Nacionais em 2019	9.803.559	95%	5%	385

Adaptado de Cálculo Amostral – Site de Estatística (2023).

Nota: N – amostra.

Além disso, vale registrar que o número definido para amostra atende a recomendação do estudo de Lai e Hitchcock (2015), o qual sugere que questionários que utilizam a metodologia de análise IPA (*Importance-Performance Analysis*) tenham no mínimo 300 amostras para analisar dados compostos por 15, ou mais variáveis.

Assim, com base nos resultados do cálculo amostral apontado e nos Parques Nacionais selecionados, foi elaborado o planejamento para execução dos trabalhos de campo para realizar as entrevistas para aplicação dos formulários de coletas de dados que serão descritas a seguir.

3.2.2 Entrevistas com atores-chave

O planejamento para realização da coleta de dados *in loco*, previu, em média, três dias de pesquisa de campo para cada Parque Nacional. Diante desse contexto, as metas de coleta foram obter dados de, no mínimo, 360 visitantes e 30 gestores, totalizando 390 entrevistas. Ao final das campanhas de campo, foram realizadas 409 entrevistas, sendo 378 com visitantes e 31 com gestores, nos dez Parques Nacionais selecionados.

A Tabela 13, a seguir, discrimina o número de respostas em cada Parque Nacional amostrado.

Tabela 13

Número de entrevistas realizadas por Parque Nacional

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Tijuca	31	3	34
Iguaçu	68	7	75
Jericoacoara	33	2	35
Brasília	33	2	35
Serra dos Órgãos	32	5	37
Itatiaia	29	2	31
Ubajara	32	2	34
Serra do Cipó	33	3	36
Chapada dos Veadeiros	56	3	59
Serra da Capivara	31	2	33
Total	378	31	409

As entrevistas com o grupo dos gestores foram realizadas *in loco* no Parque Nacional de sua atuação e, excepcionalmente, três foram realizadas *online*, por ferramentas de videoconferência, em razão da disponibilidade de agenda. Já as entrevistas com o grupo de visitantes foram 100% realizadas presencialmente, durante ou após no máximo 24 horas da sua experiência de visita nos respectivos locais (Lai & Hitchcock, 2015). Para os visitantes, também se buscou uma amostragem aleatória, em diferentes horários e/ou diferentes atrativos, sendo a abordagem realizada, na maior parte dos casos, próximo aos portões de entrada e/ou serviços de alimentação dentro ou nas redondezas imediatas dos parques, adotando ainda o critério de entrevistar apenas um representante por grupo quando os visitantes estavam realizando a visita em grupos. Esse último critério adotado para buscar uma representatividade mais heterogeneidade para os dados coletados (Lai & Hitchcock, 2015; Cunha et al., 2022).

A aplicação do formulário para todas as entrevistas foi realizada de forma oral, com a apresentação do pesquisador, devidamente identificado com um crachá e o respectivo convite para participação da pesquisa. Com o aceite, foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (vide Apêndice A) e, após a concordância, a leitura de todas as questões e registro das respostas em um

dispositivo móvel (*tablet* ou *smartphone*), com auxílio do aplicativo de coleta de dados *KoboCollect v2022*. Os dados registrados eram, então, enviados para o servidor da plataforma do aplicativo e, posteriormente, exportados em planilha para edição e processamento no *software* Microsoft Excel.

As entrevistas com visitantes tiveram duração média de aproximadamente 10 minutos e houve uma taxa de rejeição de 13,23%. Foram realizadas em campanhas de campo entre fevereiro de 2022 e julho de 2022, e englobaram dias de semana, finais de semana e dias de feriados. Os locais das entrevistas foram planejados especificamente para cada Parque Nacional, visando abranger diferentes atrações e perfis de visitantes. O detalhamento das atividades de campo estão disponíveis no Apêndice C.

Na seção seguinte, apresenta-se o detalhamento do formulário aplicado nas entrevistas.

3.2.3 Formulários de entrevistas

Os formulários de entrevista (vide Apêndice B) foram estruturados com perguntas fechadas e respostas em escala numérica de categorias (escala *Likert*), subdivididos em seis blocos, a saber:

- 1) TCLE e procedimento de pesquisa;
- 2) Informações sociodemográficas (gênero, idade, escolaridade, estado ou país de residência e renda);
- 3) Informações da visita (número de pessoas no grupo e acompanhamento de condutor(a) ou guia);
- 4) Princípios do ecoturismo (percepção do entrevistado acerca da importância de cada um dos princípios do ecoturismo, indicados no Capítulo 1, e sua percepção de satisfação sobre os mesmos princípios com base na experiência naquele dia e naquele parque);
- 5) Características da gestão (percepção do entrevistado acerca da importância e satisfação sobre os aspectos da gestão da visita, como, por exemplo, manutenção de trilhas, gestão de resíduos, interpretação ambiental, infraestrutura, entre outros); e
- 6) Comentários abertos sobre a pesquisa e/ou sobre a experiência no Parque Nacional visitado.

O Bloco I foi elaborado em atendimento às boas práticas e exigências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)³, sendo que o TCLE elaborado descreveu basicamente: o título, o responsável, a instituição e os objetivos da pesquisa; a confidencialidade e o sigilo de dados; a forma de coleta dos dados por meio de formulário; os contatos para caso de dúvidas; e, o esclarecimento da contribuição voluntária e a liberdade para a recusa ou a interrupção da participação a qualquer momento.

Os Blocos II e III foram elaborados para obter dados que permitissem traçar um básico perfil sociodemográfico dos entrevistados, visando possibilitar correlações dos resultados de percepções dos blocos IV e V, a partir de diferentes perfis na etapa de discussão dos resultados.

Os Blocos IV e V são os mais relacionados ao objetivo central da pesquisa. O bloco IV, por exemplo, foi elaborado com o propósito de extrair as percepções do entendimento pessoal sobre a importância dos oito princípios do ecoturismo delineados para a pesquisa no Capítulo 1 e o respectivo desempenho desses mesmos princípios com base na satisfação da experiência de visitação naquele Parque. As percepções foram registradas em uma escala numérica (Likert) de 0 a 10, também com a opção de resposta “Não sei avaliar ou Não tenho opinião” (N/A).

Tabela 14

Perguntas do Bloco IV do formulário de entrevista

Qual nível de importância você atribui ao:

1. Ecoturismo proporcionar a satisfação dos visitantes?
 2. Ecoturismo ocorrer em áreas naturais conservadas?
 3. Ecoturismo minimizar os impactos ambientais?
 4. Ecoturismo estimular a consciência ambiental?
 5. Ecoturismo trazer benefícios diretos para a conservação da natureza?
 6. Ecoturismo trazer benefícios diretos para as populações locais?
 7. Ecoturismo respeitar a cultura local?
 8. Ecoturismo apoiar os Direitos Humanos?
-

(continua)

³ A presente pesquisa foi devidamente autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio do Parecer Consubstanciado nº 5.493.427.

Tabela 14*Perguntas do Bloco IV do formulário de entrevista***Qual nível de satisfação com:**

-
1. A sua visita hoje?
 2. A conservação das áreas naturais do parque?
 3. A minimização dos impactos ambientais do turismo?
 4. O estímulo à sua consciência ambiental?
 5. Os benefícios diretos que o turismo traz para a conservação da natureza?
 6. Os benefícios diretos para as populações locais?
 7. O respeito aos povos e a cultura local?
 8. O apoio aos direitos humanos?
-

(conclusão)

O bloco V seguiu a mesma orientação, mas com o propósito de extrair as percepções do entendimento pessoal sobre a importância de alguns atributos da gestão da visitação em Parques Nacionais (Eagles & McCool, 2002; Instituto SEMEIA, 2023; Leung et al., 2018; Wade & Eagles, 2003) e o respectivo desempenho desses mesmos atributos com base na satisfação da experiência de visitação naquele local. As percepções foram registradas em uma escala numérica (Likert) de 0 a 10, também com a opção de resposta N/A.

Tabela 15*Perguntas do Bloco V do formulário de entrevista***Qual nível de importância você atribui para:**

-
1. A oferta de atrativos naturais?
 2. A manutenção das trilhas?
 3. A gestão dos resíduos sólidos (lixo)?
 4. A integridade ambiental do parque?
 5. As estruturas de apoio à visitação?
 6. As oportunidades de sensibilização ambiental?
 7. As informações sobre atrativos e atividades?
 8. As informações sobre meio ambiente e cultura?
 9. O controle do fluxo de visitantes?
 10. As orientações para um turismo responsável?
-

(continua)

Tabela 15*Perguntas do Bloco V do formulário de entrevista*

-
11. O sentimento de segurança do visitante?
 12. A destinação de recursos do turismo para projetos de conservação da fauna e flora?
 13. A inclusão da população local na atividade turística?
 14. A inclusão cultura local na experiência turística?
 15. O apoio ao acesso democrático ao parque?
-

Qual nível de satisfação com:

-
1. A oferta de atrativos naturais?
 2. A manutenção das trilhas?
 3. A gestão dos resíduos sólidos (lixo)?
 4. A integridade ambiental do parque?
 5. As estruturas de apoio à visitação?
 6. As oportunidades de sensibilização ambiental?
 7. As informações sobre atrativos e atividades?
 8. As informações sobre meio ambiente e cultura?
 9. O controle do fluxo de visitantes?
 10. As orientações para um turismo responsável?
 11. O sentimento de segurança do visitante?
 12. A destinação de recursos do turismo para projetos de conservação da fauna e flora?
 13. A inclusão da população local na atividade turística?
 14. A inclusão cultura local na experiência turística?
 15. Apoio ao acesso democrático ao parque?
-

(conclusão)

O bloco VI foi apresentado como uma forma adicional para registrar as percepções dos entrevistados sobre a experiência no Parque e/ou comentários, críticas ou sugestões ao formulário e/ou a pesquisa como um todo. Esses dados foram registrados em frases curtas que resumiram o pensamento expressado pelos entrevistados de forma oral e também serão utilizados para auxiliar na discussão dos resultados quantitativos.

Vale ressaltar que, conforme sugerido por Lai e Hitchcock (2015), primeiro foram perguntados os itens para avaliação da importância e depois os itens para avaliação da satisfação de cada variável.

Acerca da escala numérica utilizada no formulário, importante ressaltar que a escala comumente utilizada por outros trabalhos semelhantes envolvendo a IPA

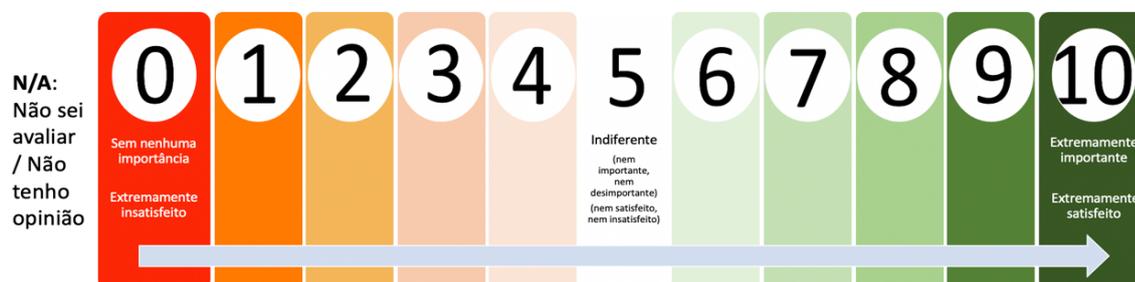
(Daniels & Marion, 2006; Wade & Eagles, 2003) utilizaram a escala de 1 a 7 em seus questionários. Lai e Hitchcock (2015) indicam que escalas de 1 a 7, ou superiores, mostram melhores resultados para aferição das diferenças entre importância e performance.

Dessa forma, também foi considerado que Krosnick e Presser (2010) ensinam que ao elaborar um questionário um dos elementos mais importantes é a utilização de uma linguagem mais simples e familiar possível para o público alvo. Logo, para elaboração do questionário, foi realizado um piloto, tanto para aprimorar as perguntas, abordagem, linguagem e vocabulário utilizada, mas também com uma pergunta para averiguar qual seria a escala mais familiar ao público alvo da pesquisa. O piloto foi realizado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, entre os dias 22 e 29 de janeiro de 2022, onde foram aplicados 30 questionários com os visitantes, conforme indicaram Lai e Hitchcock (2015).

No formulário piloto, foram testados três tipos de escalas diferentes, a saber: (i) 1 a 5; (ii) 1 a 7; e, (iii) 0 a 10. E, ao final do formulário, haviam três perguntas para avaliar a facilidade de entendimento das perguntas e, principalmente a facilidade de usar a escala e qual era a escala que tinha mais familiaridade de utilizar. Os resultados mostraram que 65% dos entrevistados tinham uma maior familiaridade e facilidade de responder com uma escala de 0 a 10. Portanto, para o formulário final foi definida a escala numérica de 0 a 10, em razão da maior afinidade do público. Ademais, para facilitar a compreensão da escala utilizada, no momento das entrevistas, o pesquisador apresentou uma figura de papel impressa e plastificada para auxiliar no entendimento dos entrevistados, conforme apresentado nas Figuras 6 e 7, a seguir.

Figura 6

Escala numérica para resposta do Bloco IV do formulário de entrevista



- Satisfação do visitante
- Ecoturismo em Áreas Naturais
- Minimização do impactos ambientais
- Estímulo à consciência ambiental
- Benefícios diretos para a conservação da natureza
- Benefícios diretos para a população local
- Respeito à cultura local
- Apoio aos Direitos Humanos

Figura 7

Escala numérica para resposta do Bloco V do formulário de entrevista



- | | |
|----------------------------|--------------------------------------|
| • Oferta de atrativos | • Recursos do Turismo p/ Conservação |
| • Acesso democrático | • Estruturas de apoio à visita |
| • Manutenção de Trilhas | • Segurança do visitante |
| • Inclusão Cultura local | • Sensibilização ambiental |
| • Resíduos sólidos (lixo) | • Orientações p/ Turismo responsável |
| • Inclusão População local | • Informações sobre atrativos |
| • Integridade Ambiental | • Fluxo de visitantes |
| | • Informações sobre Meio Ambiente |

Por fim, vale destacar que o mesmo formulário foi aplicado para ambos os grupos de atores-chave, sendo excluído apenas o bloco de informações da visita (III) para o grupo dos gestores, pois era inaplicável a este grupo, e alterada a palavra

satisfação para performance no grupo dos gestores, uma vez que estavam avaliando a performance da gestão e não sua satisfação pessoal.

A seguir, será apresentada a metodologia de análise dos dados coletados e o detalhamento da sua aplicação no presente estudo de caso.

3.3 Análise de dados

Para a organização e o processamento dos dados, utilizou-se o *software* Microsoft Excel para a obtenção dos resultados de estatística descritiva (média, erro-padrão, mediana, moda, desvio-padrão, variância, entre outros), além da utilização das ferramentas para geração dos gráficos apresentados. Adicionalmente, a partir do *plugin* XLSTAT, foram realizados testes que indicaram a confiabilidade (Alfa de Cronbach $> 0,70$) e a normalidade dos dados para todas as variáveis (resultados do teste de Shapiro-Wilk $> 0,05$) (Lai & Hitchcock, 2014).

Porém, a principal técnica de análise e interpretação de dados foi a IPA, que será aprofundada na seção seguinte.

3.3.1 Importance-Performance Analysis

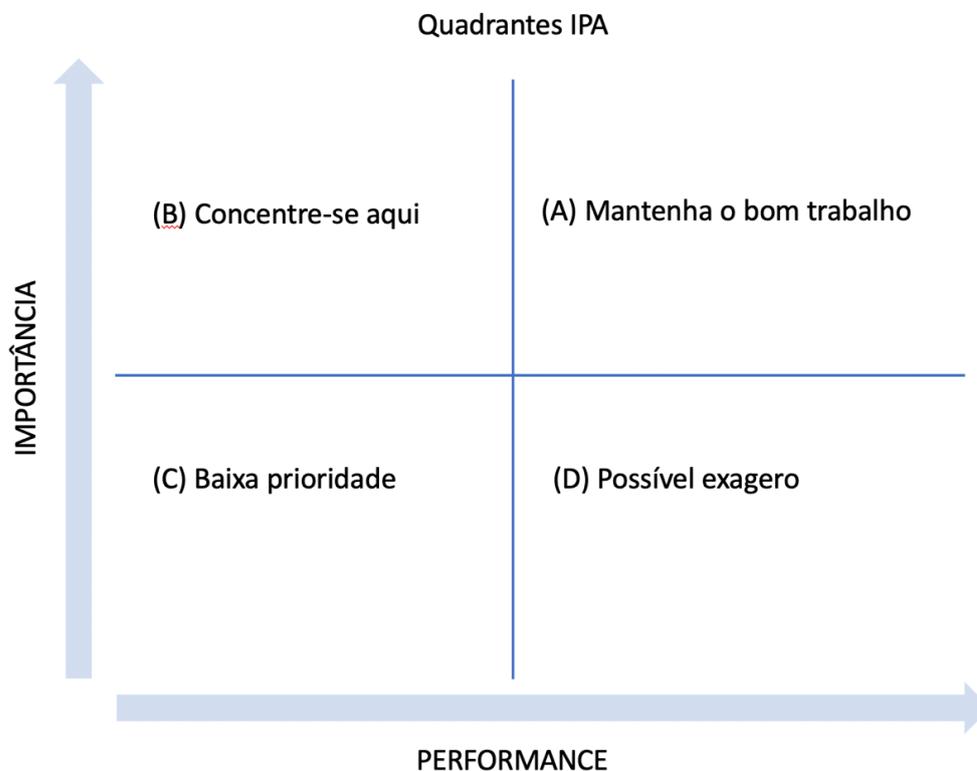
A IPA é uma técnica de análise de dados criada inicialmente para apoiar a gestão empresarial e programas de *marketing* (Martilla & James, 1977). A técnica já foi aplicada em diversos contextos de mercado, sendo que nas últimas décadas, essa metodologia já foi utilizada por mais de 50 estudos na área de turismo e hospitalidade (Azzopardi & Nash, 2013; Lai & Hitchcock, 2015; Oh, 2001), inclusive, em pesquisas sobre turismo em Áreas Protegidas (Daniels & Marion, 2006; Wade & Eagles, 2003).

Essa análise também tem sido indicada quando há poucos recursos ou capacidade de gestão, por se tratar de uma técnica de simples aplicação e que fornece subsídios importantes para um gerenciamento mais eficiente (Martilla & James, 1977; Wade & Eagles, 2003).

A técnica original da IPA consiste, basicamente, em plotar os resultados de importância e performance de cada atributo em um gráfico de dois eixos, subdividido em quadrantes que indicam a relação entre cada atributo segundo sua importância e performance (Martilla & James, 1977). Um exemplo dos quadrantes está ilustrado na Figura 8, a seguir.

Figura 8

Quadrantes padrão para o gráfico *Importance Performance Analysis*



Adaptado de Martilla & James (1977)

A média dos valores obtidos pelas respostas baseadas na escala *Likert* para a importância e performance de cada atributo são inseridas em relação ao seu respectivo eixo e resultam no posicionamento em um dos quadrantes da análise IPA (Figura 8), os quais significam:

- Mantenha o bom trabalho – *keep up the good work*: a importância e a performance alcançaram o padrão estabelecido para esse atributo;
- Concentre-se aqui – *concentrate here*: a performance não alcançou os padrões estabelecidos e há uma alta importância para esse atributo;
- Baixa prioridade – *low priority*: a performance não alcançou o padrão estabelecido, mas também uma baixa importância para esse atributo; e
- Possível exagero – *possible overkill*: a performance alcançou o padrão estabelecido, mas há uma baixa importância para esse atributo (Martilla & James, 1977).

Ao longo de décadas de aplicação, o método passou por críticas quanto a validade dos resultados a partir de sua aplicação simples, ao passo que diversas sugestões de aprimoramento foram propostas, sobretudo, para a validação dos dados por meio de análises estatísticas e até mesmo novas propostas de alocação dos quadrantes (Azzopardi & Nash, 2013; Lai & Hitchcock, 2015; Oh, 2001).

Para essa pesquisa, foram adotadas as linhas de definição dos quadrantes a partir da média das médias obtidas pelas respostas de cada variável, também chamado de “método de quadrantes centrado nos dados” (Lai & Hitchcock, 2015, p. 243). Além disso, também foram realizadas a análise das diferenças entre os resultados da importância e performance de cada variável para validação de diferenças significantes entre os resultados e respectiva alocação nos quadrantes (Lai & Hitchcock, 2015; Wade & Eagles, 2003).

Dessa forma, a metodologia IPA será a técnica que permitirá indicar qual é a importância e a performance de cada um dos princípios do ecoturismo e atributos de gestão de acordo com os grupos de atores-chave entrevistados. E, principalmente, essa análise irá indicar também quais os princípios têm desempenho satisfatórios em relação aos padrões de importância estabelecidos e quais precisam de uma maior atenção dos gestores para melhoria dos indicadores.

Além disso, vale destacar que a aplicação da IPA é inovadora no contexto nacional, especialmente para o objetivo de analisar a visão dos diferentes atores sobre o ecoturismo de forma quantitativa, padronizada e aplicada diretamente na sua gestão. Isso trará subsídios para avançar na discussão da problemática e apoiar a gestão do turismo nas Áreas Protegidas, baseado na abordagem e dados técnico-científicos.

4 RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados dos dados coletados, a partir dos formulários aplicados nas entrevistas realizadas. Foram obtidas um total de 409 respostas, sendo 378 de visitantes e 31 de gestores, nos 10 Parques Nacionais amostrados. Os resultados foram apresentados de acordo com os blocos do formulário descritos no capítulo anterior, e conforme expresso nos tópicos a seguir.

4.1 Perfil sociodemográfico dos atores-chave (visitantes e gestores)

Os visitantes entrevistados apresentaram uma ligeira predominância do gênero masculino (n=199; 52,6%) (vide Figura 9). Já o grupo dos gestores apresentaram predominância do gênero feminino (n=17; 54,8%) (vide Figura 10). Se considerarmos ambos grupos de atores, a proporção dos diferentes gêneros não difere em mais de 5%, o que demonstra um equilíbrio entre os gêneros dos atores-chave.

Figura 9

Porcentagem do gênero dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas in loco, realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378)



Figura 10

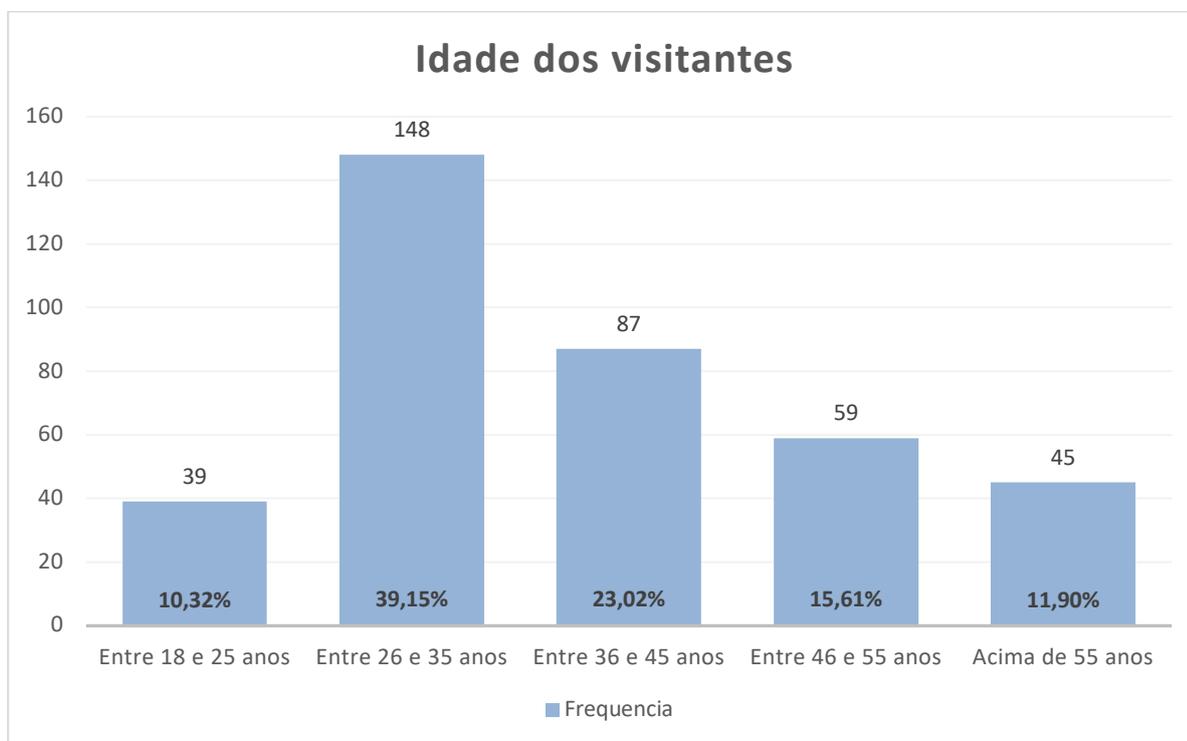
Porcentagem do gênero dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31)



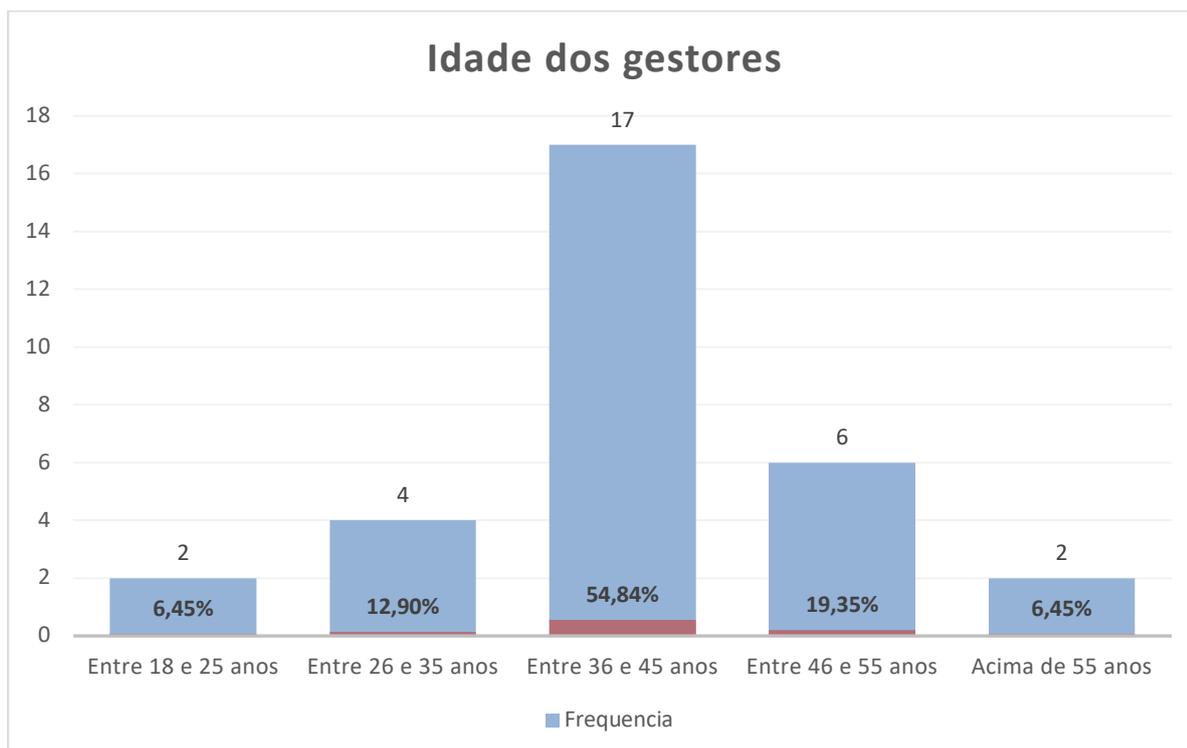
Considerando as faixas etárias, mais de um terço dos visitantes (n=148; 39,1%) tinham entre 26 e 35 anos, e mais da metade dos gestores tinham entre 36 e 45 anos (n=17; 54,8%), conforme demonstram as Figuras 11 e 12, a seguir. Esses resultados indicam que os gestores têm um perfil de faixa etária mais elevada em relação aos visitantes.

Figura 11

Frequência e porcentagem das faixas de idade dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas in loco, realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378)

**Figura 12**

Frequência e porcentagem das faixas de idade dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31)



Quanto à escolaridade, se somados os visitantes com curso superior completo, aqueles com pós-graduação completa e aqueles que estão cursando pós-graduação, verificamos que mais de três quartos dos visitantes (n=296; 78,3%) possui ensino superior completo, sendo pouco mais de um terço (n=136; 35,9%) com pós-graduação completa (vide Figura 13). Com relação aos gestores, se somados os gestores com curso superior completo, aqueles com pós-graduação completa e aqueles que estão cursando pós-graduação, verificamos que, exceto três entrevistados, todos demais possuem ensino superior completo (n=28; 90,3%), sendo que mais da metade possui pós-graduação completa (n=18; 58%) (vide Figura 14). Portanto, os resultados demonstram que os gestores possuem um perfil de escolaridade mais elevado, em relação aos visitantes.

Figura 13

Frequência das faixas de escolaridade dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas in loco, realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378)

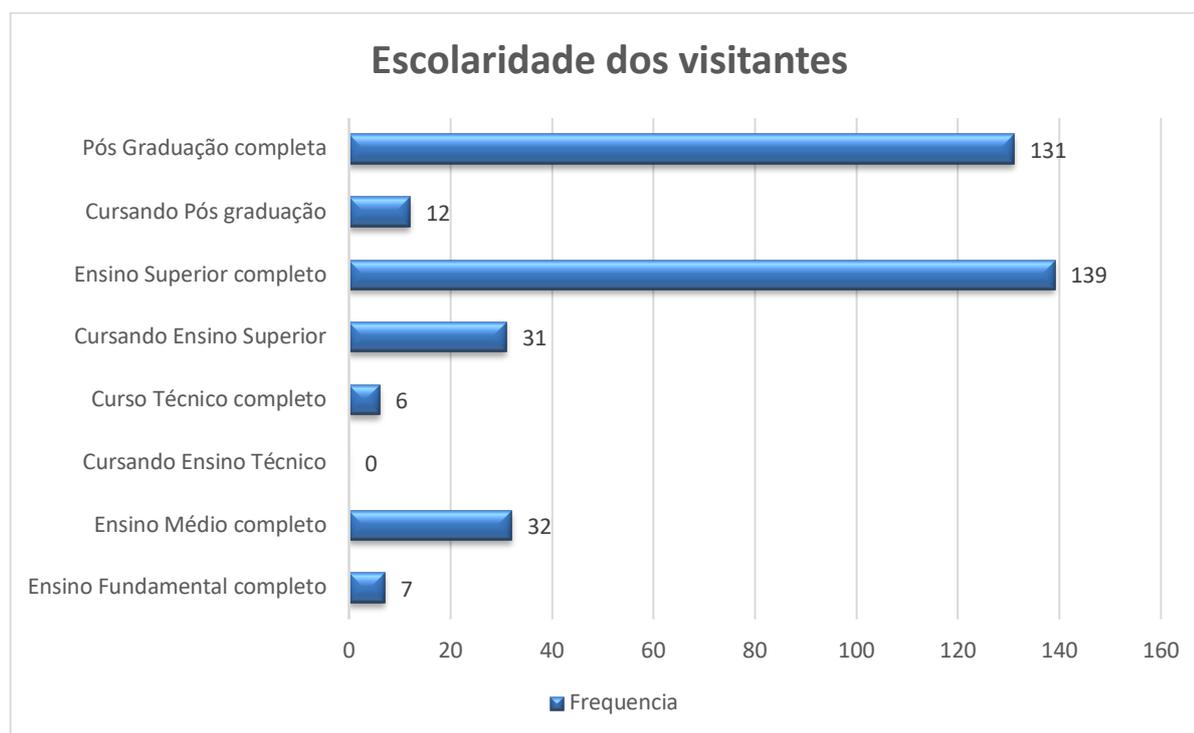
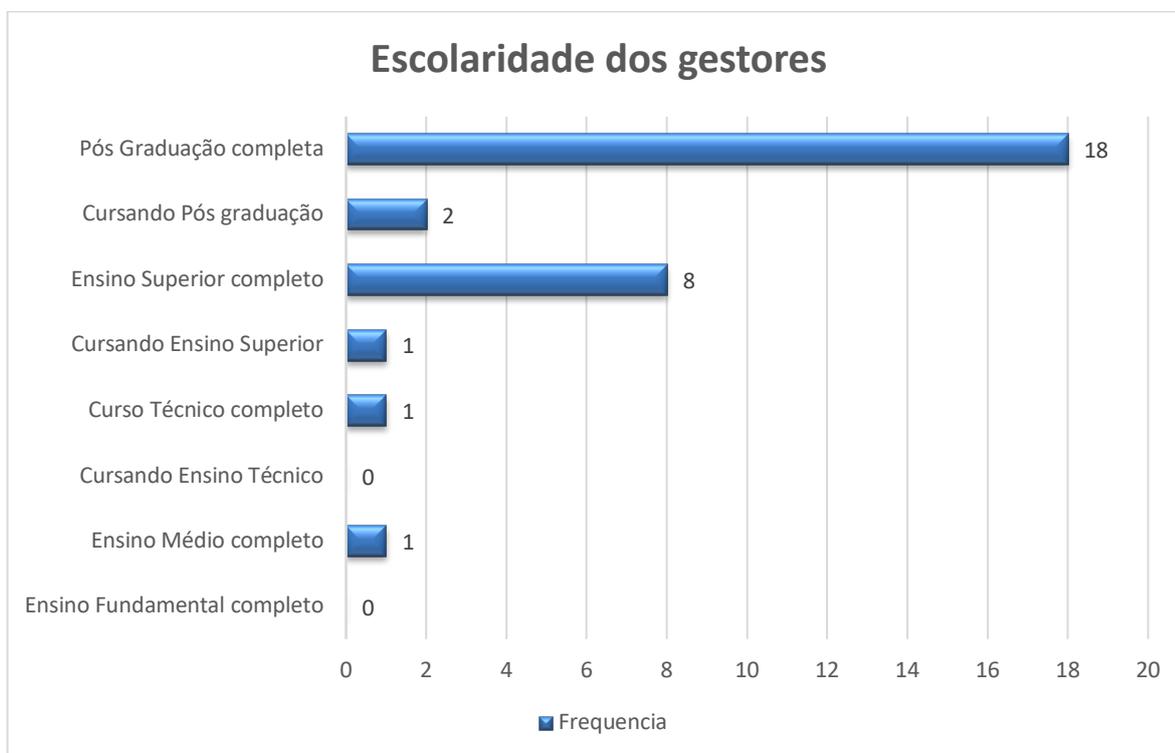


Figura 14

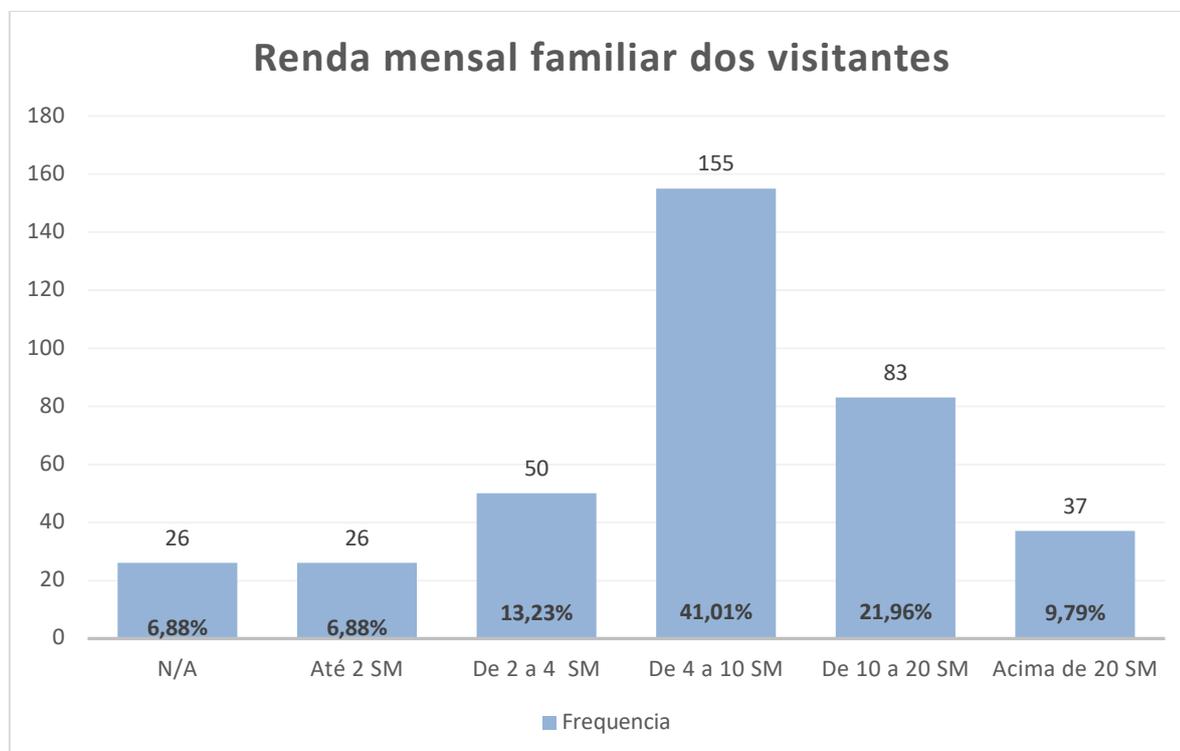
Frequência das faixas de escolaridade dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31)



Sobre a renda mensal familiar, a faixa de renda mais frequente entre os visitantes é de 4 a 10 salários mínimos (SMs), representando 41% dos entrevistados (n= 155; 41%) (vide Figura 15). No grupo de gestores, pelo menos metade (n=16; 51,6%), dos entrevistados informaram ter renda mensal familiar de 4 a 10 SMs (vide Figura 16). Ou seja, percebe-se que gestores e visitantes apresentam rendas semelhantes.

Figura 15

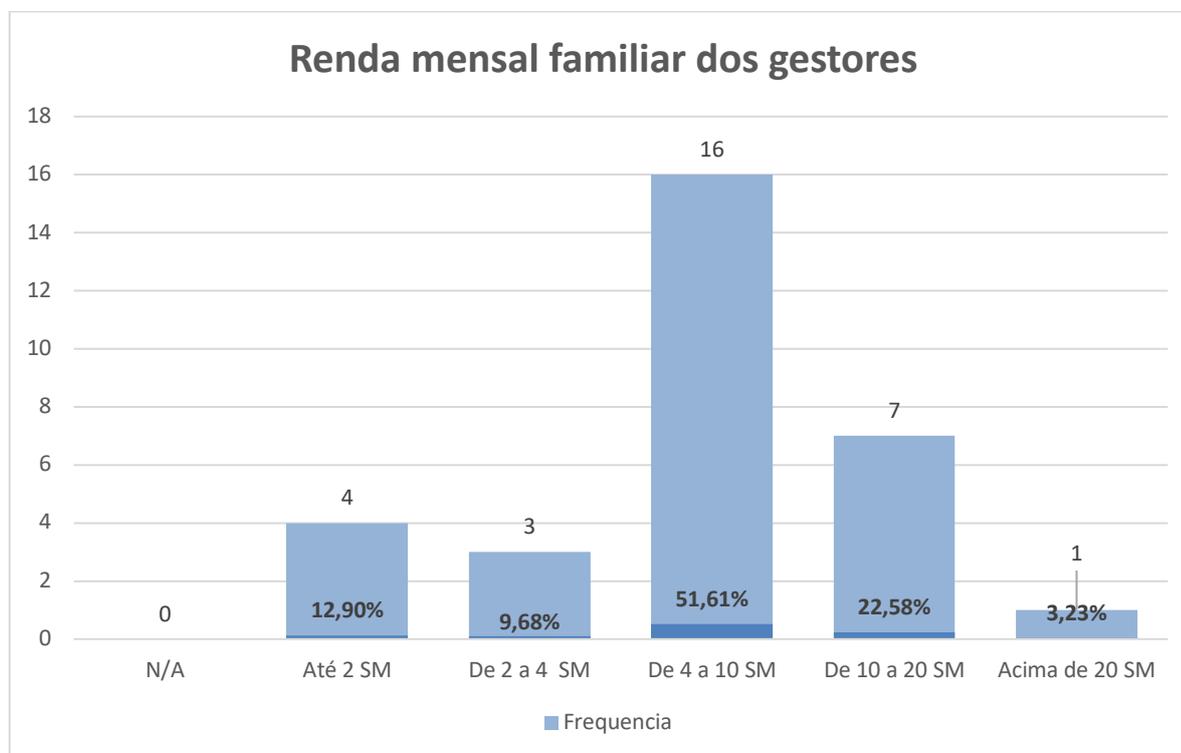
Frequência e porcentagem das faixas de renda mensal dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas in loco, realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378)



Nota: N/A – Não sabem avaliar ou não quiseram responder; e, SM – Salário mínimo;

Figura 16

Frequência e porcentagem das faixas de renda mensal dos gestores de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=31)



Nota: N/A – Não sabem avaliar ou não quiseram responder; e, SM – Salário mínimo;

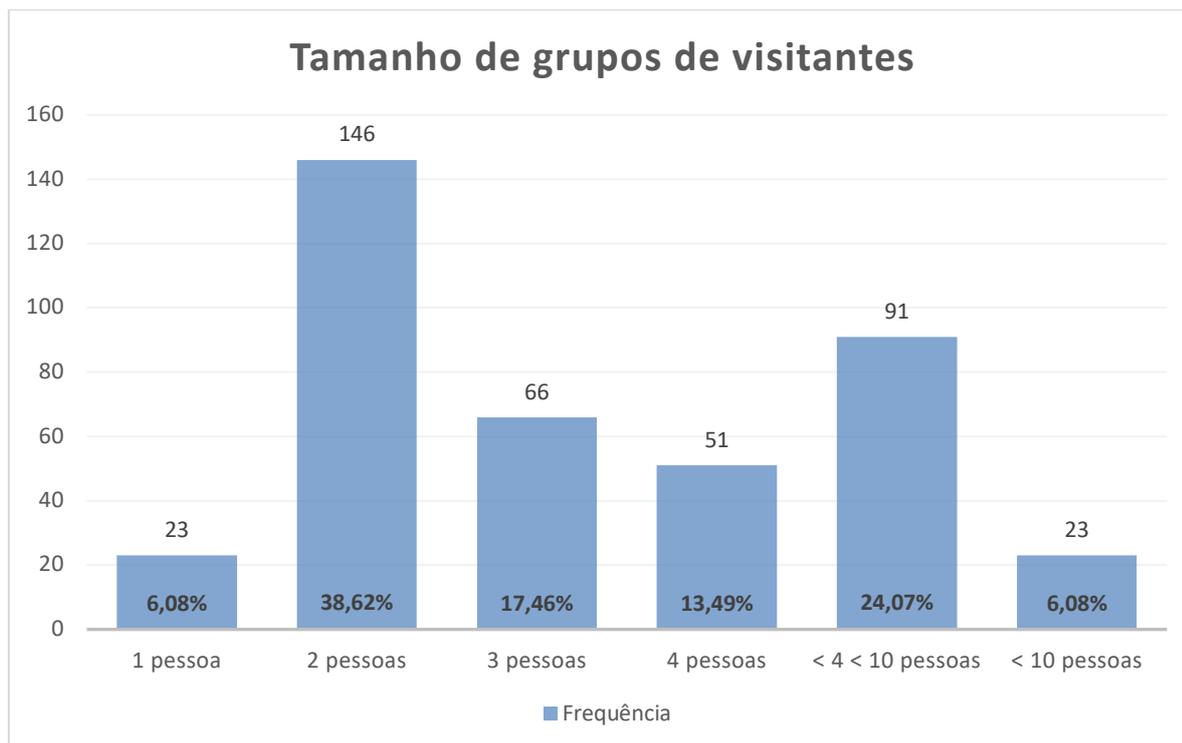
Também foram obtidos dados sobre a Unidade da Federação (UF) ou país de residência dos entrevistados. Para os visitantes, as cinco origens mais frequentes foram as UFs: São Paulo (n=70; 18,5%); Rio de Janeiro (n=69; 18,2%), Distrito Federal (n=57; 15%); e, Minas Gerais (n=44; 11%), além de estrangeiros (n=35; 9,2%). Dos 35 visitantes estrangeiros entrevistados, os quatro países mais frequentes foram: Argentina (n=8; 2,2%); França (n=4; 1%); EUA (n=3; 0,7%); e, Inglaterra (n=3; 0,7%). Para os gestores, a grande maioria coincidia com o local do Parque Nacional, de forma que não foram relevantes para apresentação e análise desse estudo.

Além dos dados sociodemográficos, exclusivamente para o grupo dos visitantes, também foram coletados dados referentes à sua visita. Mais da metade dos visitantes (n=251; 66,4%) informaram não estarem acompanhados por um condutor(a) de visitantes e/ou guia de turismo. E o tamanho de grupo mais frequente foi de duas pessoas (n=146; 38,6%), seguido pelos grupos com mais de quatro pessoas (n=91; 24%), sendo que 23 pessoas (6%) estavam em grupos maiores de 10 pessoas. A média de tamanho de grupo dos visitantes foi de 4,4 pessoas (n=378). Considerando

o critério de amostragem de entrevistar apenas um representante por grupo, quando somados todos os visitantes dos grupos amostrados a soma total de visitantes nesses grupos foi de 1.695 pessoas.

Figura 17

Frequência e porcentagem dos tamanhos de grupos dos visitantes de dez parques nacionais brasileiros, a partir de entrevistas in loco, realizadas entre fevereiro e julho de 2022 (n=378)



Exclusivamente para o grupo dos gestores, também foram coletados dados referentes ao cargo e tema de atuação no órgão gestor. Mais da metade dos entrevistados ocupam o cargo de analista ambiental do órgão (n=19; 61,2%), seguido, por ordem de frequência, de assistentes administrativos (n=4; 12,9%), recepcionistas terceirizados (n=3; 9,68%), agentes temporários ambientais (n=2; 6,4%), técnico ambiental (n=1; 3,2%), estagiário (n=1; 3,2%), e cargo comissionado de chefia (n=1; 3,2%). Todos os gestores entrevistados informaram ter experiência de atuação, presente ou pretérita, na gestão da visita da unidade, sendo que as principais funções também reportadas foram: agenda de uso público (n=15; 48,3%), chefia da unidade (n=7; 22,5%), gestão socioambiental (n=3; 9,6%), fiscal de contratos de concessão (n=3; 9,6%), fiscalização (n=2; 6,4%) e pesquisa (n=2; 6,4%). Ressalta-se

que alguns entrevistados acumulam mais de uma função de forma que a soma dessas porcentagens é maior que 100%.

A seguir, apresentam-se os resultados da percepção dos atores-chave sobre os princípios do ecoturismo.

4.2 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos atores-chave (visitantes e gestores)

Este bloco do formulário trouxe resultados relacionados ao tema central da pesquisa, qual seja, a percepção dos atores-chave acerca da gestão da visitação de Parques Nacionais de acordo com os princípios do ecoturismo.

A partir do referencial teórico apresentado no capítulo 1, foram selecionados oito princípios do ecoturismo para compor as perguntas do formulário, sendo que os mesmos foram codificados para apresentação dos resultados, conforme a Tabela 16, a seguir.

Tabela 16

Codificação dos princípios do ecoturismo

Código	Princípio do ecoturismo
P1: SatisVis	Satisfação do visitante.
P2: AreaConserv	Atividade em áreas naturais conservadas.
P3: MinimImpac	Minimização dos impactos ambientais.
P4: ConscAmb	Estímulo à consciência ambiental.
P5: BeneConserv	Benefícios diretos para a conservação da natureza.
P6: BenePop	Benefícios diretos para a população local.
P7: RespCult	Respeito à cultura local.
P8: DirHuman	Apoio aos direitos humanos.

Primeiramente serão apresentados os resultados obtidos para os visitantes e, posteriormente, para os gestores. Em seguida, exibe-se um comparativo entre ambos grupos de atores.

4.2.1 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos visitantes

Para os visitantes, a média das respostas para importância de todos os princípios do ecoturismo foram elevadas, indicando valores próximos ao considerado extremamente importante na escala (>9) (vide Tabela 17). De acordo com a média das respostas, os três princípios que demonstram ser mais importantes foram: (i) Benefícios diretos para a conservação da natureza (P5 = 9,87); (ii) Estímulo à consciência ambiental (P4 = 9,85); e, (iii) Minimização dos impactos ambientais (P3 = 9,80).

As percepções de performance de aplicação dos princípios, avaliadas pela satisfação da experiência dos visitantes, também indicaram valores elevados, porém, em média, 1,07 pontos menor que a importância (vide Tabela 17). Para todos princípios, a diferença entre satisfação e importância foi negativa, sendo que os três princípios que demonstram a maior diferença entre as médias de importância e performance foram: (i) Estímulo à consciência ambiental (P4 = -1,74); (ii) Minimização dos impactos ambientais (P3 = -1,66); e, (iii) Benefícios para a conservação da natureza (P5 = -1,43).

Tabela 17

Percepção de importância e satisfação dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença entre Satisfação e Importância
P1: SatisVis (n = 378; 378)	9,16 ($\sigma = 1,22$)	8	9,02 ($\sigma = 1,29$)	2	-0,14
P2: AreaConserv (n = 377; 367)	9,30 ($\sigma = 1,44$)	6	9,03 ($\sigma = 1,33$)	1	-0,27
P3: MinimImpac (n = 378; 351)	9,80 ($\sigma = 0,64$)	3	8,15 ($\sigma = 1,93$)	7	-1,66
P4: ConscAmb (n = 378; 369)	9,85 ($\sigma = 0,56$)	2	8,11 ($\sigma = 2,07$)	8	-1,74
P5: BeneConserv (n = 378; 325)	9,87 ($\sigma = 0,59$)	1	8,44 ($\sigma = 1,87$)	4	-1,43
P6: BenePop (n = 378; 248)	9,60 ($\sigma = 0,88$)	5	8,31 ($\sigma = 1,90$)	6	-1,29
P7: RespCult (n = 378; 277)	9,78 ($\sigma = 0,62$)	4	8,66 ($\sigma = 1,73$)	3	-1,12
P8: DirHuman (n = 377; 201)	9,27 ($\sigma = 1,53$)	7	8,33 ($\sigma = 1,97$)	5	-0,94

(continua)

Tabela 17

Percepção de importância e satisfação dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença entre Satisfação e Importância
Média geral	9,58 ($\sigma = 0,93$)		8,51 ($\sigma = 1,76$)		-1,07

(conclusão)

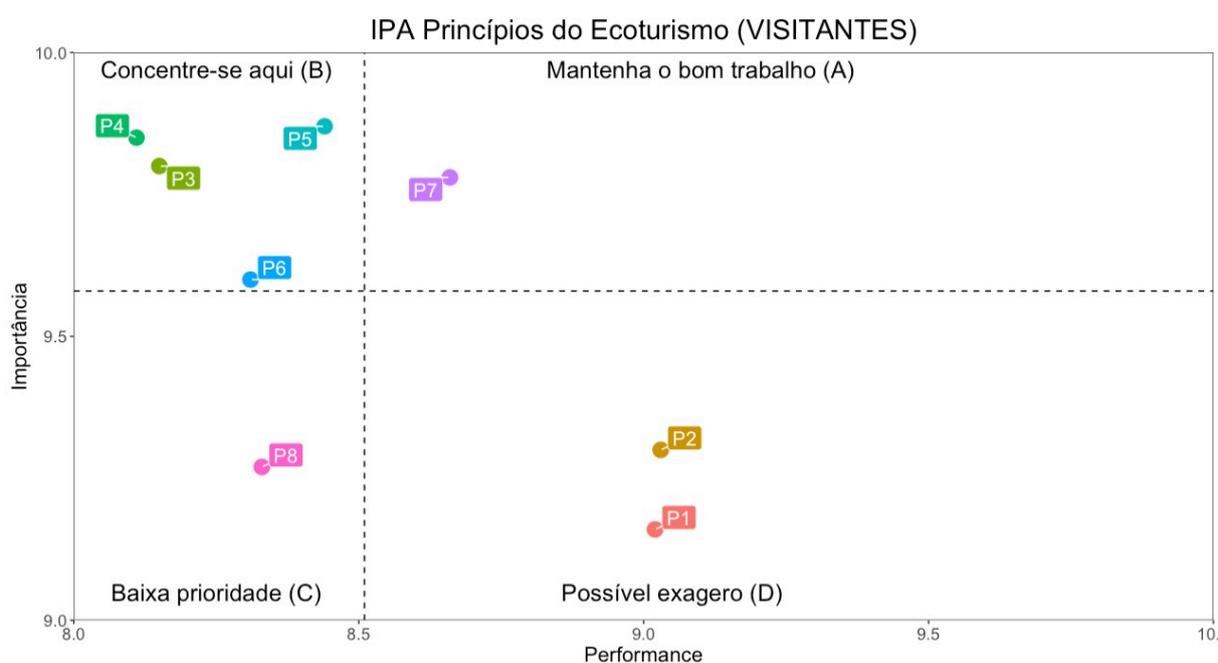
Nota 1: foram entrevistados 378 visitantes, em 10 Parques Nacionais brasileiros, no período fevereiro-julho de 2022.

Nota 2: σ = Desvio Padrão; e, n = número de respostas válidas para a variável, excluindo as respostas N/A, sendo o primeiro número referente as respostas sobre importância e o segundo número referente as respostas sobre satisfação.

Ao gerar o gráfico de dispersão da IPA, a partir as médias apresentadas na Tabela 17, utilizando-se o “método de quadrantes centrado nos dados” (Lai & Hitchcock, 2015, p. 243), os quadrantes foram definidos com uma linha para o eixo x no ponto 8,51 e para o eixo y no ponto 9,58. Assim, obtivemos o gráfico ilustrado na Figura 18, a seguir.

Figura 18

Gráfico de análise de importância e performance dos princípios do ecoturismo para os visitantes



Nota: P1 = satisfação do visitante; P2 = atividade em áreas naturais conservadas; P3 = minimização dos impactos ambientais; P4 = estímulo à consciência ambiental; P5 = benefícios diretos para a conservação da natureza; P6 = benefícios diretos para a população local; P7= respeito à cultura local; e, P8 = apoio aos direitos humanos.

A análise dos resultados do gráfico apresentado na Figura 18, segundo a metodologia IPA, indica que deve ser mantido o bom trabalho (quadrante A) para o princípio do respeito a cultura local (P7). Também que deve haver uma concentração de esforços para a melhoria (quadrante B) dos princípios relacionados à minimização dos impactos ambientais (P3), estímulo à consciência ambiental (P4), benefícios diretos para a conservação da natureza (P5), e benefícios diretos para a população local (P6). Para o princípio relacionado aos direitos humanos (P8), foi indicado uma baixa prioridade (quadrante C). E, por fim, a indicação de que há um possível exagero dos esforços de

gestão (quadrante D) relacionados aos princípios relacionados à satisfação do visitante (P1) e da visita ocorrer em áreas naturais conservadas (P2).

Ademais, para as respostas referentes à satisfação dos princípios do ecoturismo, cumpre esclarecer que houve uma alta frequência (>20%) de respostas N/A (não sei avaliar ou não sei responder), para os princípios sobre benefícios diretos para a população local (P6 = 34,3%), respeito a cultura local (P7 = 26%), e apoio aos direitos humanos (P8 = 46,8%). A discussão para esses destaques será realizada no capítulo seguinte.

No tópico seguinte, serão apresentados os resultados sobre a percepção dos princípios do ecoturismo para os gestores dos Parques.

4.2.2 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos gestores

Para os gestores, todas as médias para importância dos princípios do ecoturismo também foram elevadas, com valores próximos ao considerado extremamente importante na escala (vide Tabela 18). Os três princípios que demonstram ter mais importância para os gestores foram: (i) Estímulo à consciência ambiental (P4 = 9,84); (ii) Respeito à cultura local (P7 = 9,65); e, (iii) Benefícios diretos para a conservação da natureza (P5 = 9,52).

Todas as médias de performance de aplicação dos princípios indicaram valores abaixo de 8,25, situando-se no terceiro quartil da escala ($5,5 < 8,25$) (vide Tabela 18); ou seja, indicaram percepções mais próximas da média do que do máximo da escala. Para todos princípios, a diferença entre satisfação e importância também foi negativa, sendo que os três princípios que demonstram a maior diferença entre performance e importância foram: (i) Respeito à cultura local (P7 = -2,84); (ii) Estímulo à consciência ambiental (P4 = -2,71); e, (iii) Benefícios para a conservação da natureza (P5 = -2,45).

Tabela 18

Percepção de importância e satisfação dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de performance e importância para os gestores

Código	Média da Importância	Rank	Média da Performance	Rank	Diferença entre Performance e Importância
P1: SatisVis (n = 31; 31)	8,94 ($\sigma = 1,46$)	7	6,74 ($\sigma = 1,81$)	8	-2,19
P2: AreaConserv (n = 31; 31)	8,77 ($\sigma = 1,26$)	8	8,13 ($\sigma = 1,09$)	1	-0,65
P3: MinimImpac (n = 31; 31)	9,42 ($\sigma = 0,96$)	4	7,13 ($\sigma = 1,63$)	4	-2,29
P4: ConscAmb (n = 31; 31)	9,84 ($\sigma = 0,45$)	1	7,13 ($\sigma = 2,25$)	5	-2,71
P5: BeneConserv (n = 31; 31)	9,52 ($\sigma = 0,81$)	3	7,06 ($\sigma = 1,69$)	6	-2,45
P6: BenePop (n = 31; 31)	9,35 ($\sigma = 0,95$)	5	7,29 ($\sigma = 2,08$)	2	-2,06
P7: RespCult (n = 31; 31)	9,65 ($\sigma = 0,66$)	2	6,81 ($\sigma = 2,36$)	7	-2,84
P8: DirHuman (n = 31; 30)	9,32 ($\sigma = 1,08$)	6	7,23 ($\sigma = 2,08$)	3	-2,09

(continua)

Tabela 18

Percepção de importância e satisfação dos princípios do ecoturismo e a diferença entre a média de performance e importância para os gestores

Código	Média da Importância	Rank	Média da Performance	Rank	Diferença entre Performance e Importância
Média geral	9,35 ($\sigma = 0,95$)		7,19 ($\sigma = 1,87$)		-2,16

(conclusão)

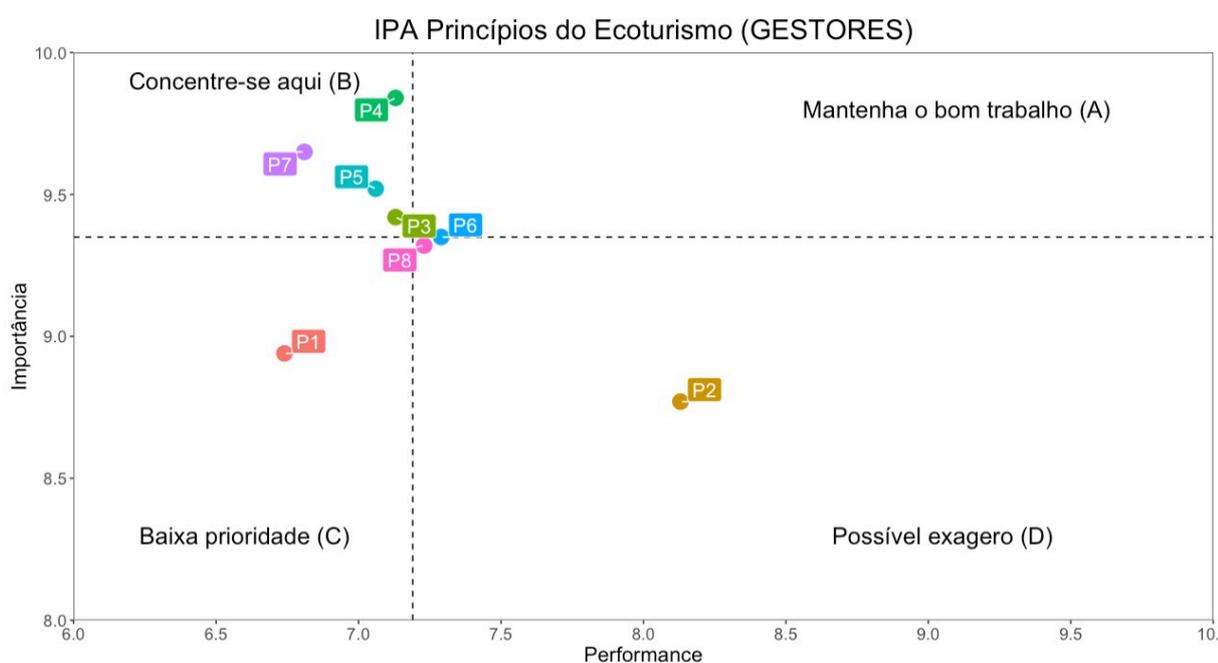
Nota 1: foram entrevistados 31 gestores, em 10 Parques Nacionais brasileiros, no período fevereiro-julho de 2022.

Nota 2: σ = Desvio Padrão; e, n = número de respostas válidas para a variável, excluindo as respostas N/A, sendo o primeiro número referente as respostas sobre importância e o segundo número referente as respostas sobre satisfação.

Ao gerar o gráfico de dispersão da IPA, a partir as médias apresentadas na Tabela 18, utilizando-se o “método de quadrantes centrado nos dados” (Lai & Hitchcock, 2015, p. 243), os quadrantes foram definidos com uma linha para o eixo x no ponto 7,19 e para o eixo y no ponto 9,35. Assim, obtivemos o gráfico ilustrado na Figura 19, a seguir.

Figura 19

Gráfico de análise de importância e performance dos princípios do ecoturismo para os gestores



Nota: P1 = satisfação do visitante; P2 = atividade em áreas naturais conservadas; P3 = minimização dos impactos ambientais; P4 = estímulo à consciência ambiental; P5 = benefícios diretos para a conservação da natureza; P6 = benefícios diretos para a população local; P7= respeito à cultura local; e, P8 = apoio aos direitos humanos.

A análise dos resultados do gráfico apresentado na Figura 19, segundo a metodologia IPA, indicam que deve ser mantido o bom trabalho (quadrante A) para o princípio relacionado aos benefícios diretos para as populações locais (P6), com a ressalva de que ponto está exatamente na linha divisória com o quadrante D. Também que deve haver uma concentração de esforços para a melhoria (quadrante B) dos princípios relacionados à minimização dos impactos ambientais (P3), estímulo à consciência ambiental (P4), benefícios diretos para a conservação da natureza (P5), e respeito à cultura local (P7). Também que há uma baixa prioridade de atenção (quadrante C) para o princípio relacionado à satisfação do visitante (P1). E ainda, que há um possível exagero dos

esforços da gestão (quadrante D) relacionados aos princípios relacionados à atividade ocorrer em áreas naturais conservadas (P2) e aos direitos humanos (P8).

A seguir, serão apresentados os resultados das diferenças de percepção dos princípios do ecoturismo entre os atores-chave da gestão da visitação em Parques Nacionais.

4.3 Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os princípios do ecoturismo entre os diferentes atores-chave (visitantes e gestores)

Os grupos de atores entrevistados demonstraram uma percepção de importância semelhante para os princípios do ecoturismo, porém distinta na avaliação da performance desses princípios na gestão da visitação.

Conforme demonstra a Tabela 19, em média, a importância dos princípios do ecoturismo são ligeiramente maiores para o grupo dos visitantes (0,23), sendo que apenas para o princípio dos direitos humanos (P8), os gestores demonstraram uma importância ligeiramente maior que os visitantes.

Para a performance, a distinção entre percepções foi mais acentuada. A percepção dos visitantes é maior para todos os princípios, sendo, em média, 1,31 pontos maior (vide Tabela 19). A diferença mais distinta de percepções foi para o princípio da satisfação do visitante (P1) o qual os gestores avaliaram como a pior performance dentre todos princípios (6,74), resultando uma diferença de 2,28 pontos.

Tabela 19

Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os princípios do ecoturismo entre visitantes e gestores

Código	Média da Importância (Visitantes)	Média da Importância (Gestores)	Diferença das Médias de Importância (Visitantes - Gestores)	Média da Satisfação (Visitantes)	Média da Performance (Gestores)	Diferença das Médias de Performance (Visitantes - Gestores)
P1	9,16	8,94	0,23	9,02	6,74	2,28
P2	9,30	8,77	0,53	9,03	8,13	0,90
P3	9,80	9,42	0,38	8,15	7,13	1,02
P4	9,85	9,84	0,01	8,11	7,13	0,98
P5	9,87	9,52	0,35	8,44	7,06	1,38
P6	9,60	9,35	0,25	8,31	7,29	1,02
P7	9,78	9,65	0,14	8,66	6,81	1,85
P8	9,27	9,32	-0,06	8,33	7,23	1,10
Média geral	9,58	8,51	0,23	9,35	7,19	1,31

Nota: P1 = satisfação do visitante; P2 = atividade em áreas naturais conservadas; P3 = minimização dos impactos ambientais; P4 = estímulo à consciência ambiental; P5 = benefícios diretos para a conservação da natureza; P6 = benefícios diretos para a população local; P7= respeito à cultura local; e, P8 = apoio aos direitos humanos.

Outro aspecto relevante que resultados comparativos entre atores apontaram é que não houve, para ambos grupos de atores, nenhuma avaliação de performance maior que a importância.

A seguir, serão apresentados os dados sobre a percepção dos atores sobre os atributos da gestão da visitação.

4.4 Percepção dos atributos da gestão da visitação pelos atores-chave (visitantes e gestores)

Este bloco do formulário trouxe resultados relacionados aos atributos comumente presentes na prática da gestão da visitação em parques. A partir do referencial teórico apresentado no capítulo 1, foram selecionados 15 atributos de gestão para compor as perguntas do formulário, sendo que os mesmos foram codificados para apresentação dos resultados, conforme apresentado na Tabela 20.

Tabela 20

Codificação dos atributos de gestão

Código	Atributos de gestão
G1: OferAtrat	Oferta de atrativos.
G2: AcesDem	Acesso democrático.
G3: ManuTril	Manutenção de trilhas.
G4: CultLoc	Inclusão da cultura local na experiência.
G5: ResiSol	Gestão dos resíduos sólidos.
G6: PopLoc	Inclusão da população local na atividade turística.
G7: IntegAmb	Integridade ambiental.
G8: RecurCons	Destinação dos recursos para projetos de conservação.
G9: EstrutVisit	Estruturas de apoio à visitação.
G10: SenSeg	Sentimento de segurança.
G11: SensiAmb	Oportunidades de sensibilização ambiental.
G12: TurResp	Orientações para um turismo responsável.
G13: InfoAtrat	Informações sobre atrativos e atividades.
G14: FluxVisit	Controle do fluxo de visitantes.
G15: InfoAmb	Informações sobre meio ambiente e cultura.

Primeiramente, serão apresentados os resultados obtidos para os visitantes e, posteriormente, para os gestores. Em seguida, exibe-se o comparativo entre ambos grupos de atores.

4.4.1 Percepção dos atributos de gestão pelos visitantes

Assim como para os princípios do ecoturismo, para os visitantes, a média das respostas para importância de todos os atributos de gestão foram elevadas, indicando valores próximos ao considerado extremamente importante na escala (vide Tabela 21). Os três atributos que demonstram ser mais importantes foram: (i) Gestão dos resíduos sólidos ($G5 = 9,95$); (ii) Integridade ambiental ($G7 = 9,87$) e orientações para um turismo responsável ($G12 = 9,74$); e, (iii) Destinação de recursos para projetos de conservação ($G8 = 9,74$).

As percepções de performance dos atributos, avaliadas pela satisfação da experiência dos visitantes, também indicaram valores elevados, porém, em média, 1,47 pontos menor que a importância (vide Tabela 21). Para todos atributos, a diferença entre performance e importância foi negativa, sendo que os três atributos que demonstram a maior diferença entre performance e importância foram: (i) Informações sobre meio ambiente e cultura ($G15 = -2,50$); (ii) Inclusão da cultura local na experiência ($G4 = -2,47$); e, (iii) Orientações para um turismo responsável ($G12 = -2,09$).

Tabela 21

Percepção de importância e satisfação dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença das Médias
G1: OferAtrat (n = 369; 367)	8,80 ($\sigma = 1,65$)	15	8,73 ($\sigma = 1,57$)	3	-0,07
G2: AcesDem (n = 369; 347)	9,40 ($\sigma = 1,27$)	11	7,79 ($\sigma = 2,28$)	12	-1,61
G3: ManuTril (n = 370; 340)	9,61 ($\sigma = 0,93$)	5	8,53 ($\sigma = 1,67$)	4	-1,08
G4: CultLoc (n = 369; 286)	9,39 ($\sigma = 1,22$)	13	6,91 ($\sigma = 2,40$)	15	-2,47
G5: ResiSol (n = 370; 348)	9,95 ($\sigma = 0,31$)	1	8,27 ($\sigma = 2,22$)	6	-1,68
G6: PopLoc (n = 370; 261)	9,53 ($\sigma = 0,97$)	9	7,95 ($\sigma = 2,14$)	8	-1,58
G7: IntegAmb (n = 369; 367)	9,87 ($\sigma = 0,47$)	2	8,82 ($\sigma = 1,53$)	2	-1,04
G8: RecurCons (n = 369; 145)	9,74 ($\sigma = 0,84$)	4	7,84 ($\sigma = 2,49$)	10	-1,90

(continua)

Tabela 21

Percepção de importância e satisfação dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os visitantes

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença das Médias
G9: EstrutVisit (n = 369; 361)	9,35 ($\sigma = 1,24$)	14	8,15 ($\sigma = 1,91$)	7	-1,19
G10: SenSeg (n = 370; 369)	9,57 ($\sigma = 0,97$)	8	9,00 ($\sigma = 1,44$)	1	-0,58
G11: SensiAmb (n = 369; 357)	9,59 ($\sigma = 0,92$)	7	7,89 ($\sigma = 2,29$)	9	-1,70
G12: TurResp (n = 370; 358)	9,74 ($\sigma = 0,68$)	3	7,65 ($\sigma = 2,56$)	13	-2,09
G13: InfoAtrat (n = 370; 362)	9,39 ($\sigma = 1,22$)	12	7,83 ($\sigma = 2,20$)	11	-1,56
G14: FluxVisit (n = 370; 349)	9,42 ($\sigma = 1,16$)	10	8,39 ($\sigma = 1,95$)	5	-1,03
G15: InfoAmb (n = 370; 361)	9,60 ($\sigma = 0,87$)	6	7,10 ($\sigma = 2,58$)	14	-2,50
Média geral	9,53 ($\sigma = 0,98$)		8,06 ($\sigma = 2,08$)		-1,47

(conclusão)

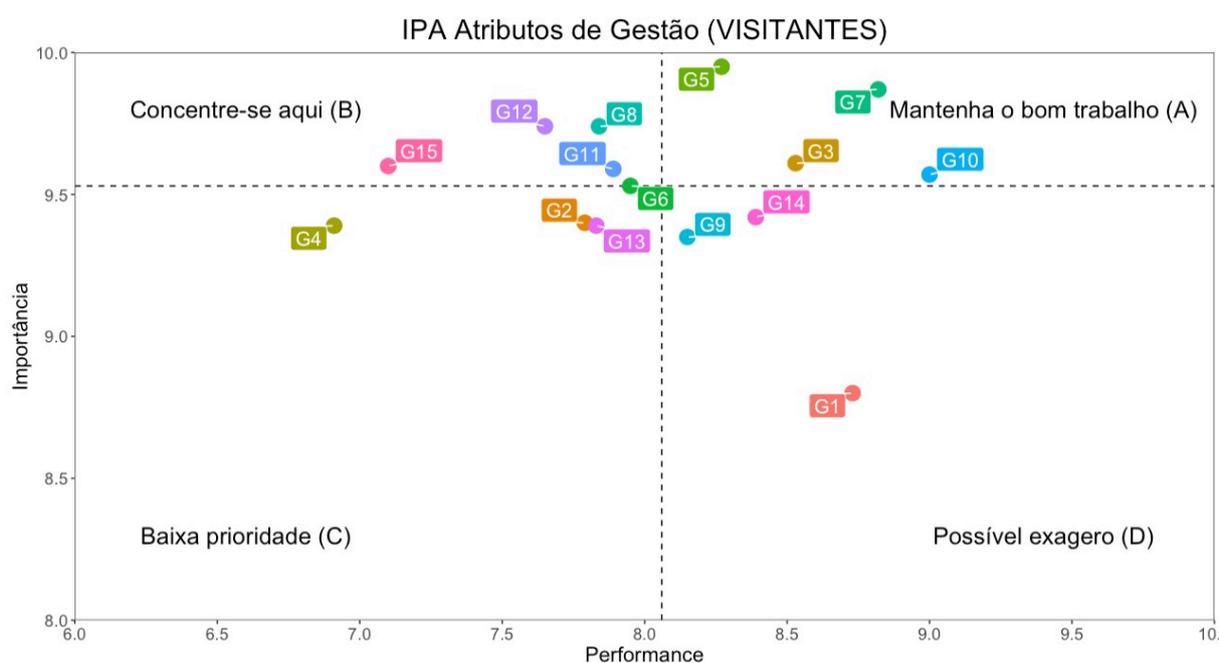
Nota 1: foram entrevistados 370 visitantes, em 10 Parques Nacionais brasileiros, no período fevereiro-julho de 2022.

Nota 2: σ = Desvio Padrão; e, n = número de respostas válidas para a variável, excluindo as respostas N/A, sendo o primeiro número referente às respostas sobre importância e o segundo número referente as respostas sobre satisfação.

Ao gerar o gráfico de dispersão da IPA, a partir as médias apresentadas na Tabela 21, utilizando-se o “método de quadrantes centrado nos dados” (Lai & Hitchcock, 2015, p. 243), os quadrantes foram definidos com uma linha para o eixo x no ponto 8,06 e para o eixo y no ponto 9,53. Assim, obtivemos o gráfico ilustrado na Figura 20, a seguir.

Figura 20

Gráfico de análise de importância e performance dos atributos de gestão para os visitantes



Nota: G1 = oferta de atrativos; G2 = acesso democrático; G3 = manutenção de trilhas; G4 = inclusão da cultura local na experiência; G5 = gestão dos resíduos sólidos; G6 = inclusão da população local na atividade turística; G7 = integridade ambiental; G8 = destinação dos recursos para projetos de conservação; G9 = estruturas de apoio à visitação; G10 = sentimento de segurança; G11 = oportunidades de sensibilização ambiental; G12 = orientações para um turismo responsável; G13 = informações sobre atrativos e atividades; G14 = controle do fluxo de visitantes; e, G15 = informações sobre meio ambiente e cultura.

A análise dos resultados do gráfico apresentado na Figura 20, segundo a metodologia IPA, indicam que deve ser mantido o bom trabalho (quadrante A) para atributos da gestão dos resíduos sólidos (G5), integridade ambiental (G7) e sentimento de segurança (G10). Também que deve haver uma concentração de esforços para a melhoria (quadrante B) dos atributos relacionados à inclusão da população local na atividade turística (G6) (com a ressalva de estar exatamente na linha divisória com o quadrante D), destinação dos recursos para projetos de conservação (G8), oportunidades de sensibilização ambiental

(G11), orientações para um turismo responsável (G12), informações sobre meio ambiente e cultura (G15). Que há uma baixa prioridade de atenção (quadrante C) para os atributos relacionados ao acesso democrático (G2), inclusão da cultura local na experiência (G4), e informações sobre atrativos e atividades (G13). E, por fim, que há um possível exagero dos esforços da gestão (quadrante D) relacionados aos atributos relacionados à oferta de atrativos (G1), manutenção de trilhas (G3), estruturas de apoio à visitação (G9) e controle do fluxo de visitantes (G14).

Ademais, para as respostas referentes à satisfação dos atributos, cumpre esclarecer que houve uma alta frequência (>20%) de respostas N/A (não sei avaliar ou não sei responder), para os atributos de inclusão da cultura local na experiência (G4 = 22,64%), inclusão da população local na atividade turística (G6 = 29,38%), e destinação dos recursos para projetos de conservação (G8 = 60,65%). A discussão detalhada para esses destaques será realizada no capítulo seguinte.

A seguir, serão apresentados os resultados sobre a percepção dos atributos de gestão para os gestores de Parques Nacionais.

4.4.2 Percepção dos atributos de gestão pelos gestores

Para os gestores, todas as médias para importância dos atributos também foram elevadas, indicando valores próximos ao considerado extremamente importante na escala (vide Tabela 22). Os atributos que demonstram ser mais importantes para os gestores foram: Gestão dos resíduos sólidos (G5 = 9,84); Integridade ambiental (G7 = 9,65); Orientações para um turismo responsável (G12 = 9,65); e, Informações sobre atrativos e atividades (G13 = 9,65).

As percepções de performance de aplicação dos atributos indicaram avaliações distintas para cada variável (vide Tabela 22). Os três atributos com maior percepção de performance foram: (i) Integridade ambiental (G7 = 8,03); (ii) Sentimento de seguranç a (G10 = 7,81); e, (iii) Acesso democrático (G2 = 7,61). Por outro lado, os três atributos com menor percepção de performance foram: (i) Destinação dos recursos para projetos de conservação (G8 = 4,90); (ii) Inclusão da cultura local na experiência (G4 = 6,06); e, (iii) Gestão dos resíduos sólidos (G5 = 6,19). Vale um destaque para a percepção de performance do atributo de destinação dos recursos para projetos de conservação (G8), que foi a única variável de toda a pesquisa que recebeu uma avaliação abaixo da média da escala.

Para todos atributos, a diferença entre performance e importância também foi negativa, sendo que os três princípios que demonstram a maior diferença entre importância e performance foram: (i) Destinação dos recursos para projetos de conservação (G8 = -4,52); (ii) Gestão dos resíduos sólidos (G5 = -3,65); e, (iii) Oportunidades de sensibilização ambiental (G11 = -3,19).

Tabela 22

Percepção de importância e satisfação dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os gestores

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença das Médias
G1: OferAtrat (n = 31; 31)	9,26 ($\sigma = 1,00$)	11	6,81 ($\sigma = 2,37$)	10	-2,45
G2: AcesDem (n = 31; 31)	9,61 ($\sigma = 0,88$)	5	7,61 ($\sigma = 2,25$)	3	-2,00
G3: ManuTril (n = 31; 31)	9,45 ($\sigma = 0,72$)	7	7,39 ($\sigma = 1,94$)	4	-2,06
G4: CultLoc (n = 31; 31)	8,94 ($\sigma = 1,21$)	14	6,06 ($\sigma = 2,59$)	14	-2,87
G5: ResiSol (n = 31; 31)	9,84 ($\sigma = 0,45$)	1	6,19 ($\sigma = 2,32$)	13	-3,65
G6: PopLoc (n = 31; 31)	9,35 ($\sigma = 0,98$)	10	7,10 ($\sigma = 2,06$)	7	-2,26
G7: IntegAmb (n = 31; 31)	9,65 ($\sigma = 0,61$)	2	8,03 ($\sigma = 1,33$)	1	-1,61
G8: RecurCons (n = 31; 29)	9,42 ($\sigma = 0,89$)	8	4,90 ($\sigma = 2,51$)	15	-4,52

(continua)

Tabela 22

Percepção de importância e satisfação dos atributos de gestão e a diferença entre a média de satisfação e importância para os gestores

Código	Média da Importância	Rank	Média da Satisfação	Rank	Diferença das Médias
G9: EstrutVisit (n = 31; 31)	9,13 ($\sigma = 0,96$)	12	6,90 ($\sigma = 1,78$)	8	-2,23
G10: SenSeg (n = 31; 31)	9,10 ($\sigma = 1,25$)	13	7,81 ($\sigma = 1,54$)	2	-1,29
G11: SensiAmb (n = 31; 31)	9,52 ($\sigma = 0,68$)	6	6,32 ($\sigma = 2,20$)	11	-3,19
G12: TurResp (n = 31; 31)	9,65 ($\sigma = 0,66$)	3	6,81 ($\sigma = 1,66$)	9	-2,84
G13: InfoAtrat (n = 31; 31)	9,65 ($\sigma = 0,66$)	4	7,13 ($\sigma = 2,03$)	6	-2,52
G14: FluxVisit (n = 31; 31)	8,77 ($\sigma = 1,41$)	15	7,39 ($\sigma = 1,96$)	5	-1,39
G15: InfoAmb (n = 31; 31)	9,42 ($\sigma = 0,76$)	9	6,29 ($\sigma = 2,36$)	12	-3,13
Média geral	9,38 ($\sigma = 0,87$)		6,85 ($\sigma = 2,06$)		-2,53

(conclusão)

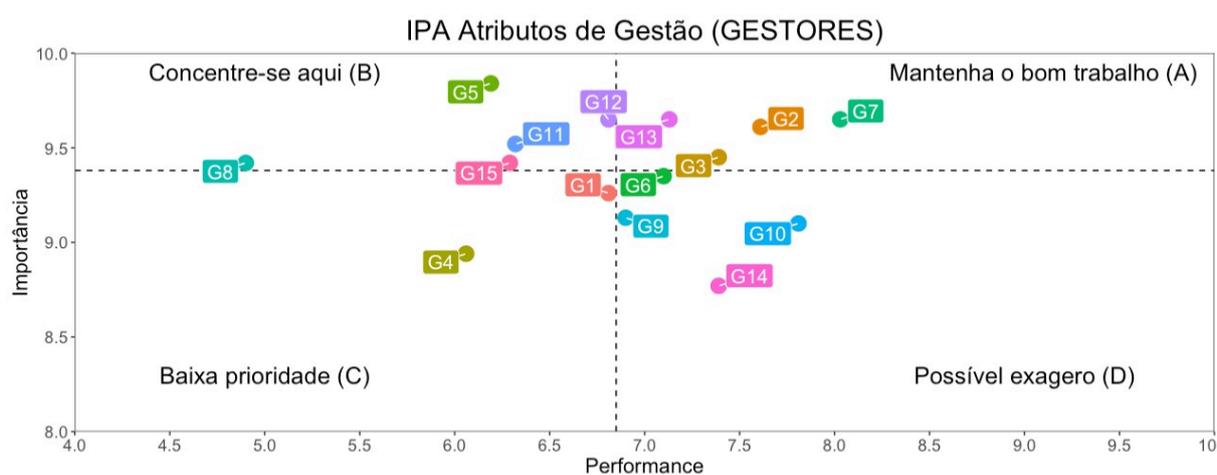
Nota 1: foram entrevistados 31 gestores, em 10 Parques Nacionais brasileiros, no período fevereiro-julho de 2022.

Nota 2: σ = Desvio Padrão; e, n = número de respostas válidas para a variável, excluindo as respostas N/A, sendo o primeiro número referente às respostas sobre importância e o segundo número referente as respostas sobre satisfação.

Ao gerar o gráfico de dispersão da IPA, a partir as médias apresentadas na Tabela 22, utilizando-se o “método de quadrantes centrado nos dados” (Lai & Hitchcock, 2015, p. 243), os quadrantes foram definidos com uma linha para o eixo x no ponto 6,85 e para o eixo y no ponto 9,38. Assim, exibe-se o gráfico ilustrado na Figura 21, a seguir.

Figura 21

Gráfico de análise de importância e performance dos atributos de gestão para os gestores



Nota: G1 = oferta de atrativos; G2 = acesso democrático; G3 = manutenção de trilhas; G4 = inclusão da cultura local na experiência; G5 = gestão dos resíduos sólidos; G6 = inclusão da população local na atividade turística; G7 = integridade ambiental; G8 = destinação dos recursos para projetos de conservação; G9 = estruturas de apoio à visitação; G10 = sentimento de segurança; G11 = oportunidades de sensibilização ambiental; G12 = orientações para um turismo responsável; G13 = informações sobre atrativos e atividades; G14 = controle do fluxo de visitantes; e, G15 = informações sobre meio ambiente e cultura.

A análise dos resultados do gráfico apresentado na Figura 21, segundo a metodologia IPA, indicam que deve ser mantido o bom trabalho (quadrante A) para os atributos relacionados ao acesso democrático (G2), manutenção de trilhas (G3), inclusão da população local na atividade turística (G6), integridade ambiental (G7), e informações sobre atrativos e atividades (G13). Também que deve haver uma concentração de esforços para a melhoria (quadrante B) dos atributos relacionados à gestão dos resíduos sólidos (G5), destinação dos recursos para projetos de conservação (G8), oportunidades de

sensibilização ambiental (G11), e orientações para um turismo responsável (G12). Também que há uma baixa prioridade de atenção (quadrante C) para os atributos relacionados à oferta de atrativos (G1), e inclusão da cultura local na experiência (G4). E ainda, que há um possível exagero dos esforços da gestão (quadrante D) relacionados aos atributos relacionados, estruturas de apoio à visitação (G9), sentimento de segurança (G10), e controle do fluxo de visitantes (G14).

A seguir, serão apresentados os resultados das diferenças de percepção dos atributos de gestão entre os atores-chave da gestão da visitação em Parques Nacionais.

4.5 Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os atributos de gestão entre os diferentes atores-chave (visitantes e gestores)

Assim como para os princípios do ecoturismo, os grupos de atores entrevistados demonstraram uma percepção de importância semelhante aos atributos de gestão, porém, distinta quando da avaliação da performance desses atributos de gestão da visitação. Conforme demonstra a Tabela 23, em média, a importância dos atributos de gestão são ligeiramente maiores para os visitantes (0,15), sendo que apenas para os atributos de oferta de atrativos (G1), acesso democrático (G2), e informações sobre atrativos e atividades (G13), os gestores demonstraram uma importância ligeiramente maior que os visitantes.

Já para a performance, a distinção entre percepções foi mais acentuada. A percepção da performance dos visitantes é maior para todos os atributos, sendo, em média, 1,21 pontos maior. A diferença mais acentuada de percepções foi para o atributo relacionado à destinação dos recursos para projetos de conservação (G8), o qual os gestores avaliaram como a pior performance dentre todos atributos (4,90), resultando uma diferença de 2,94 pontos em relação aos visitantes.

Tabela 23

Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os princípios de gestão entre visitantes e gestores

Código	Média da Importância (Visitantes)	Média da Importância (Gestores)	Diferença das Médias de Importância (Visitantes - Gestores)	Média da Satisfação (Visitantes)	Média da Performance (Gestores)	Diferença das Médias de Performance (Visitantes - Gestores)
G1	8,80	9,26	-0,46	8,73	6,81	1,92
G2	9,40	9,61	-0,22	7,79	7,61	0,17
G3	9,61	9,45	0,16	8,53	7,39	1,15
G4	9,39	8,94	0,45	6,91	6,06	0,85
G5	9,95	9,84	0,11	8,27	6,19	2,08
G6	9,53	9,35	0,17	7,95	7,10	0,85
G7	9,87	9,65	0,22	8,82	8,03	0,79
G8	9,74	9,42	0,32	7,84	4,90	2,94
G9	9,35	9,13	0,22	8,15	6,90	1,25
G10	9,57	9,10	0,48	9,00	7,81	1,19
G11	9,59	9,52	0,07	7,89	6,32	1,56
G12	9,74	9,65	0,10	7,65	6,81	0,84
G13	9,39	9,65	-0,25	7,83	7,13	0,71
G14	9,42	8,77	0,65	8,39	7,39	1,01
G15	9,60	9,42	0,18	7,10	6,29	0,81

(continua)

Tabela 23

Diferenças entre percepção de importância e performance sobre os princípios de gestão entre visitantes e gestores

Código	Média da Importância (Visitantes)	Média da Importância (Gestores)	Diferença das Médias de Importância (Visitantes - Gestores)	Média da Satisfação (Visitantes)	Média da Performance (Gestores)	Diferença das Médias de Performance (Visitantes - Gestores)
Média geral	9,53	9,38	0,15	8,06	6,85	1,21

(conclusão)

Nota: G1 = oferta de atrativos; G2 = acesso democrático; G3 = manutenção de trilhas; G4 = inclusão da cultura local na experiência; G5 = gestão dos resíduos sólidos; G6 = inclusão da população local na atividade turística; G7 = integridade ambiental; G8 = destinação dos recursos para projetos de conservação; G9 = estruturas de apoio à visitação; G10 = sentimento de segurança; G11 = oportunidades de sensibilização ambiental; G12 = orientações para um turismo responsável; G13 = informações sobre atrativos e atividades; G14 = controle do fluxo de visitantes; e, G15 = informações sobre meio ambiente e cultura

Outro aspecto relevante que se repetiu para os atributos de gestão foi que não houve, para ambos grupos de atores, nenhuma avaliação de performance maior que a importância.

No próximo capítulo, serão discutidos os resultados apresentados.

5 DISCUSSÃO

Para discussão dos resultados, preliminarmente serão abordados os resultados do perfil sociodemográfico dos atores-chave e, em seguida, os resultados da percepção desses atores sobre os princípios do ecoturismo.

Considerando o objetivo geral da pesquisa, que é focado nos princípios do ecoturismo, a discussão dos resultados será feita para as percepções dos atores sobre esses princípios, e um comparativo entre as percepções desses atores. Em seguida, também serão utilizados os resultados dos atributos de gestão para subsidiar e enriquecer a discussão mais detalhada de cada princípio do ecoturismo.

A seguir, primeiramente serão discutidos os resultados do perfil sociodemográfico dos atores-chave.

5.1 Perfil sociodemográfico dos atores-chave (visitantes e gestores)

Os resultados mostram um equilíbrio entre os gêneros dos atores, sendo que a sobreposição de um gênero sobre outro não foi maior que 5% para ambos os atores. Para a escolaridade, ambos atores apresentaram níveis de escolaridade muito superior à média nacional de 17,4% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023), sendo o perfil dos visitantes mais de quatro vezes superior e o perfil dos gestores mais de cinco vezes superior à média nacional.

Recentemente, Boquimpani-Freitas e Costa (2023) e Ferreira et al. (2022) publicaram estudos sobre o perfil de visitantes em Parques Nacionais brasileiros. Os resultados desta pesquisa se mostraram semelhantes a estes estudos e isso indica que a amostra realizada corrobora o perfil do “visitante médio” dos Parques Nacionais, com a ressalva do entendimento que existem particularidades na visitação e conseqüentemente no perfil de visitantes para alguns Parques e/ou atrativos de um mesmo Parque.

O comparativo entre os perfis de visitantes e gestores nos mostra que os gestores tem uma faixa etária mais elevada, com 30,11% mais frequência nas faixas acima de 36 anos, e maior nível de escolaridade, com 12,02% mais frequência nas faixas acima do ensino superior completo e 22,08% a mais na faixa da pós-graduação, mas com renda mensal semelhante aos visitantes. Uma escolaridade e idade mais elevadas dos gestores, em relação aos visitantes, podem estar associadas à percepção diferente da performance dos princípios do ecoturismo e dos atributos de gestão como veremos a seguir.

5.2 Percepção dos princípios do ecoturismo pelos atores-chave (visitantes e gestores)

O ecoturismo é um fenômeno complexo, intrincado por princípios que permeiam as dimensões ambiental e socioeconômica, os quais orientam as práticas de suas atividades em busca de uma forma diferenciada de turismo na natureza (Donohoe & Needham, 2006; Fennell, 2001; Fennel, 2013). Dessa forma, alguns princípios estão mais relacionados à dimensão ambiental, enquanto outros estão relacionados à dimensão socioeconômica desse fenômeno.

Os princípios relacionados à dimensão ambiental são: ter atividades em áreas naturais conservadas (P2); minimização dos impactos ambientais (P3); estímulo à consciência ambiental (P4); e benefícios diretos para a conservação da natureza (P5). E os relacionados à dimensão socioeconômica são: satisfação do visitante (P1); benefícios diretos para a população local (P6); respeito a cultura local (P7); e apoio aos direitos humanos (P8).

A percepção da importância dos princípios do ecoturismo para ambos atores-chave é muito alta, sendo que todas as médias resultaram próximas ao máximo da escala. A média geral entre os princípios, a qual estabelece a linha divisória dos quadrantes no eixo x no gráfico IPA, foi de 9,58 para os visitantes e 9,35 para os gestores. Isso indica uma variação de apenas 0,23. Logo, é possível concluir que os a-chave percebem, de forma semelhante, que os princípios do ecoturismo são extremamente importantes.

O *ranking* da percepção de importância entre os princípios também foi semelhante entre atores. Tanto para os visitantes, quanto para os gestores, os mesmos princípios resultaram acima da média geral: minimização dos impactos ambientais (P3); estímulo à consciência ambiental (P4); benefícios diretos para a conservação da natureza (P5); e, respeito a cultura local (P7). Exceto o princípio relacionado aos benefícios diretos para a população local (P6), o qual ficou exatamente na média ou muito próximo disso, os demais ficaram abaixo da média geral. Portanto, dentre os princípios, verificamos uma percepção de importância mais alta aos princípios relacionados à dimensão ambiental se comparados com os relacionados à dimensão socioeconômica.

Por sua vez, a percepção de performance foi mais variada entre atores e entre princípios. Os visitantes deram notas mais altas para satisfação, resultando numa média geral de 8,51, o que indica uma performance relativamente alta. Desses, a satisfação do

visitante (P1), as atividades em áreas naturais conservadas (P2) e o respeito a cultura local (P7) foram os únicos acima da média geral. Logo, para os visitantes, percebemos que os princípios relacionados à dimensão ambiental tiveram uma performance mais baixa.

A percepção de performance dos gestores, resultou em notas mais baixas, sendo que a média geral foi de 7,19, e resultou em uma diferença de 1,31 para os visitantes. A percepção mais crítica dos gestores pode ter relação com o acesso a maiores informações do contexto da gestão da unidade e seu perfil mais técnico e escolarizado. As performances acima da média foram: atividades em áreas naturais conservadas (P2); benefícios diretos para a população local (P6); e, apoio aos direitos humanos (P8). Embora a percepção de performance seja distinta, igualmente aos visitantes, os princípios relacionados à dimensão ambiental também tiveram uma performance mais baixa.

Na esteira dessas constatações, destaca-se que o gráfico IPA indicou, para ambos atores, “concentre-se aqui” para os princípios minimização dos impactos ambientais (P3); estímulo à consciência ambiental (P4); e, benefícios diretos para a conservação da natureza (P5). Portanto, há uma clara indicação dos resultados, baseados na metodologia IPA, de uma necessidade de priorização da gestão à dimensão ambiental dos princípios do ecoturismo. Como veremos na discussão individualizada de cada princípio a seguir, a atenção à dimensão ambiental pode impactar positivamente na performance de alguns princípios da dimensão socioeconômica.

A seguir, cada um dos princípios será discutido de forma mais detalhada, subsidiado ainda pelos atributos de gestão associados à cada princípio e considerando também as particularidades de cada resultado.

5.2.1 Percepção sobre o princípio da satisfação do visitante (P1)

O princípio relacionado à satisfação do visitante está presente em um dos os primeiros trabalhos que propuseram um conjunto de princípios do ecoturismo (Hetzer *apud* Fennell, 2002; Hetzer *apud* Higham, 2007). Embora não seja tão comum na literatura (Donohoe & Needham, 2006; Fennell, 2001), alguns autores ainda o consideram como chave para o ecoturismo e turismo na natureza (Newsome et al., 2012). É um princípio que, neste estudo, também nos permite fazer reflexões associadas à ética ambiental do ecoturismo apresentada no capítulo 1. A interpretação literal da satisfação do visitante como princípio nos remete diretamente à uma ética antropocêntrica, onde a humanidade está no centro do universo e a natureza à sua disposição.

Entretanto, esse é o princípio que demonstrou a menor percepção de importância para os próprios visitantes (9,16). E o segundo menos importante para os gestores (8,94). Ou seja, em relação aos outros princípios, os atores-chave têm a percepção que esse é um dos princípios com menor importância. Esse resultado indica que os visitantes não priorizam sua própria satisfação na visita e que a ética antropocêntrica na prática do ecoturismo também parece não ser uma prioridade.

A performance desse princípio foi bem distinta entre atores. Para os visitantes, esse foi a segunda melhor performance (9,02). Para os gestores essa foi a pior performance (6,74), resultando na maior diferença de performance entre visitantes e gestores (2,28). Enquanto os visitantes se mostraram satisfeitos, os gestores tem a percepção que os visitantes não estão.

Essa percepção dispare está bem refletida nos quadrantes da IPA, onde para os visitantes, indicou-se uma baixa prioridade, e para os gestores, foi indicado um possível exagero. Os resultados mostram, portanto, que o órgão gestor pode dirigir menos atenção a esse tema. Ao mesmo tempo, a avaliação distinta desse princípio entre os próprios visitantes, com baixa prioridade e alta satisfação, e dos gestores, com baixa satisfação destaca que as prioridades de gestão devem ser melhor embasadas em dados científicos que possam melhor orientá-las.

Também vale discutir algumas questões relacionadas aos resultados de performance desse princípio. Individualmente, alguns visitantes atribuíram notas mais baixas na satisfação da sua experiência causada por algum evento pontual e específico ocorrido no dia da entrevista, como p.e., o atraso de um dia na inauguração do bondinho, que é um dos principais atrativos do Parque Nacional de Ubajara. Por outro lado, a frequência alta de notas máximas pode estar associada diretamente pelo impacto e deslumbre dos atributos naturais do parque, (p.e. cataratas do Iguaçu: média = 9,32. 0,3 acima da média) e relevam demais atributos de gestão associados à experiência, como p.e., a orientação para um turismo responsável, que foi um dos atributos de gestão com uma das piores performances, para os visitantes.

Também se faz oportuno a discussão sobre a influência da gratuidade na satisfação do visitante. No último bloco para comentários abertos, alguns visitantes mencionaram que, mesmo que as condições de algum Parque não superarem as suas expectativas, a gratuidade lhe dá a satisfação pelo simples fato de haver um acesso público e gratuito a uma área natural conservada. Também houveram comentários de alguns gestores no mesmo sentido, que relataram que pesquisas de satisfação aplicadas internamente

indicaram que a cobrança, ou não, de ingresso tem influência no sentimento de satisfação. Ou seja, sugere-se que uma análise aprofundada sobre a satisfação dos visitantes precisa considerar atentamente também o aspecto da gratuidade, ou não, do acesso aos Parques.

5.2.2 Percepção sobre o princípio da atividade em áreas naturais conservadas (P2)

Esse princípio é relacionado ao local em que as atividades ocorrem. Por obviedade, as atividades ecoturísticas devem ocorrer baseadas na natureza (Blamey, 2001; Fennell, 2001). Porém, há uma subjetividade no entendimento se as condições da área natural e o tipo de experiência e interação com essa área configuram, ou não, uma atividade genuinamente ecoturística. Dirigir um carro por uma floresta pode ser considerado baseado na natureza, ou o motorista precisaria descer do carro e andar pela floresta para que seja considerado baseado na natureza? (Blamey, 2001). Ou, trazendo uma hipótese que ocorre na área de estudo da pesquisa, se um visitante vai apenas ao atrativo do Cristo Redentor, no interior Parque Nacional da Tijuca, acessando-o por automóvel e andando apenas no ambiente totalmente artificial que foi construído no local, e apreciar a paisagem natural ao seu redor a partir do mirante, configura-se uma atividade baseada na natureza?

As respostas para essas perguntas são subjetivas e dependem da interpretação de diversos conceitos sobre turismo de natureza e ecoturismo. Considerando essa subjetividade e considerando que a conservação da natureza é um dos temas mais importantes do ecoturismo (Fennell, 2013), é importante delinear que o presente estudo buscou analisar a percepção dos atores-chave sobre a importância do estado de conservação das áreas naturais para a prática do ecoturismo e a respectiva performance do estado de conservação das áreas naturais com visitação nos Parques Nacionais.

Para os visitantes, a importância da conservação das áreas em que se pratica o ecoturismo é apenas a sexta no *ranking* (9,30), enquanto a percepção de satisfação sobre a conservação das áreas naturais dos Parques foi a primeira (9,03). Assim, a indicação do gráfico IPA ficou no quadrante de possível exagero, assim como, o princípio anterior, satisfação do visitante. Por sua vez, os gestores apresentaram uma percepção semelhante. Enquanto a importância foi a última do *ranking* (8,77), a performance foi a primeira (8,13) e o gráfico IPA também indicou um possível exagero.

A partir desses resultados, vislumbramos esse é o princípio com menor diferença de percepção entre atores (<0,9), tanto para importância (0,53) como para performance (0,9). Ou seja, é um princípio que demonstra baixa importância para os atores-chave e que há

entendimento mútuo de que as áreas naturais dos Parques Nacionais estão em bom estado de conservação.

Para melhor discussão desses resultados, podemos usar os resultados do atributo de gestão da integridade ambiental dos parques (G7 – IntegAmb) para subsidiar sua interpretação. Para os visitantes, a importância desse atributo foi o segundo (9,87) e a satisfação também ficou em segundo (8,82), indicando um bom trabalho no gráfico IPA. Para os gestores esse atributo também foi o segundo em importância (9,65) e a performance a primeira (8,03), também indicando um bom trabalho no gráfico IPA. Apresentando também uma das maiores semelhanças de percepção entre os atores para os atributos de gestão.

Se compararmos os resultados do princípio do ecoturismo ligado à conservação das áreas naturais para a prática do ecoturismo e o atributo de gestão da integridade ambiental dos Parques Nacionais, percebemos que a integridade ambiental tem maior importância. Dessa constatação podemos concluir que os atores-chave, tanto visitantes quanto gestores, estão satisfeitos com o aparente estado de conservação das áreas visitadas, e consideram a integridade ambiental um dos atributos mais importantes de um Parque. No entanto, os impactos negativos da visitação na biodiversidade são frequentes, inclusive nos parques estudados (Cunha, 2010), conforme discutido a seguir. Por outro lado, essa percepção reforça a importância da ferramenta do zoneamento (Eagles & McCool, 2002; Leung et al., 2018), que torna-se imprescindível para que haja a destinação e manutenção de áreas destinadas à preservação da integridade ambiental (ou da *wilderness*) e de outras áreas destinadas à conservação em conciliação com as atividades ecoturísticas, em diferentes níveis.

Esse entendimento também é corroborado por alguns comentários feitos pelos atores-chave durante as entrevistas, onde alguns buscavam explicar notas mais baixas para a importância da prática do ecoturismo ocorrer em áreas naturais conservadas, sob a justificativa de que áreas conservadas não devem receber visitação, para manter a preservação de sua integridade ambiental sem os impactos ambientais negativos do turismo. E também corroborado por estudos que demonstram que a redução da biodiversidade e degradação ambiental em áreas visitadas (Cunha et al., 2018; Cunha et al., 2022; Daniels & Marion, 2006).

Por outro lado, também vale destacar o comparativo da alta performance apresentada para esse princípio e o atributo de gestão associado pelos atores-chave, se comparados com os dados nacionais que medem o impacto ambiental em outras escalas

espaciais, como, p.e., os índices de desmatamento e de incêndios florestais. Para o ano de 2019, o MapBiomas (Azevedo et al., 2020) identificou mais de 1,2 milhões de hectares desmatados no Brasil, sendo 99% deles irregulares. Dessa forma, a partir do comparativo do ritmo acelerado de desmatamento no Brasil e perda de biodiversidade que estão ocorrendo em nível nacional os Parques Nacionais brasileiros se mostram uma ferramenta importante para a conservação da natureza, que é reconhecida pelos atores-chave do turismo nessas áreas protegidas.

5.2.3 Percepção sobre o princípio da minimização dos impactos ambientais (P3)

Toda atividade turística pode causar impactos ambientais negativos (Honey, 2001; Leung et al., 2018). Dessa forma, o princípio de minimização dos impactos ambientais é um consenso na literatura (Wallace & Pierce, 1996), estando presente desde as primeiras concepções (Hetzer *apud* Fennell, 2002).

Esses potenciais impactos podem ocorrer em toda a cadeia turística, incluindo acomodações, transportes, e gestão dos resíduos (Honey, 2001) até os impactos inevitáveis às áreas naturais visitadas, como o pisoteio de vegetação, erosão de solo em trilhas, distúrbios à vida selvagem e alteração na qualidade da água (Marion et al., 2016).

De acordo com os visitantes, esse é o terceiro princípio mais importante (9,80), e o que recebeu a segunda pior satisfação (8,15), resultando na segunda maior diferença entre importância e performance (1,66) para esse grupo de atores. O gráfico IPA desses resultados mostraram uma indicação para concentração da gestão nesse tema. Já para os gestores, esse princípio foi mediano para todos os resultados. Foi quarto mais importante (9,42), com a quarta performance (7,13) e com a quarta maior diferença (2,29). O Gráfico IPA indicou o quadrante “concentre-se aqui”.

Temos um nível de importância semelhante entre os atores, mas a diferença entre a percepção de performance é pior para os visitantes, resultando uma diferença mais acentuada (1,02). Mesmo com ambos gráficos IPA indicando uma necessidade de concentração nesse tema pelo órgão gestor, a avaliação de performance mais baixa pelos visitantes pode indicar um reforço para que os gestores deem ainda mais atenção ao tema.

Um atributo de gestão que pode subsidiar essa análise é o da gestão de resíduos sólidos (G5 – ResiSol), que é uma das formas de minimização de impactos ambientais. Esse foi apontado pelos visitantes como o atributo de gestão mais importante (9,95), enquanto teve uma performance mediana (8,27). E para os gestores também foi o atributo

mais importante (9,84) e que indicou a terceira pior performance (6,19). Para esse atributo os gestores tem uma percepção de performance pior do que os visitantes, de forma que também reforça a necessidade de concentração nesse tema indicado pelo gráfico IPA, o qual também foi o mesmo para os gestores para esse atributo de gestão.

Uma forma de atender a indicação de reforço na gestão desse tema, é por meio da Ecologia da Recreação, que é uma área do conhecimento relativamente recente e que congrega os estudos para descrever as formas e a severidade dos impactos da visitação nos recursos naturais e como eles são influenciados pelo tipo, número e atitudes dos visitantes (Marion et al., 2016). Esse campo do conhecimento busca auxiliar os gestores para planejamento e gestão da visitação, incluindo estudos de capacidade de carga, desenvolvimento de infraestrutura para minimização de impactos, e estratégias de comunicação que podem levar a práticas mais sustentáveis como, p.e., *Leave no Trace* (Marion et al., 2016).

Quanto a estratégias de comunicação, ressalta-se que nas entrevistas com visitantes, foi comum haver um pedido de exemplificação dos impactos da visitação no local para melhor compreensão das perguntas, pois muitas vezes passam despercebidos pelo público geral e indicam a necessidade dos órgãos gestores de comunicar mais os potenciais impactos da visitação em áreas naturais protegidas.

5.2.4 Percepção sobre o princípio do estímulo à consciência ambiental (P4)

Segundo Fennell (2013), “conservação e educação são os dois pilares mais importantes do ecoturismo, que, junto com outros fatores, o ajudam a se distinguir das outras formas de turismo” (p. 2). Assim como o princípio anterior, esse também é um princípio que é consenso na literatura e é considerado um dos mais importantes do ecoturismo (Donohoe & Needham, 2006; Fennell, 2001; Honey, 2001; Wallace & Pierce, 1996).

Os atores-chave da visitação dos Parques Nacionais brasileiros corroboram o entendimento que o estímulo à consciência ambiental é um dos mais importantes do ecoturismo. Para os visitantes, esse é o segundo mais importante (9,85) e para os gestores esse é o mais importante de todos (9,84). Entretanto, ambos atores perceberam uma baixa performance nesse quesito, sendo que para os visitantes esse foi a pior performance (8,11) e que resultou na maior diferença entre importância e performance (1,74). Os gestores

avaliaram a performance em quinto lugar (7,13) e que resultou na segunda maior diferença (2,71). O gráfico IPA para ambos atores indicou o quadrante “concentre-se aqui”.

Os atributos de gestão que estão relacionados a esse princípio são as oportunidades de sensibilização ambiental (G11 – SensiAmb) e as informações disponíveis sobre meio ambiente e cultura (G15 – InfoAmb). Para ambos atores, esses atributos demonstraram importância acima da média e performance abaixo da média, o que também indicou, para ambos atores e atributos, o quadrante “concentre-se aqui” do gráfico IPA.

Além da clara indicação da necessidade de atenção da gestão para esse princípio pela análise IPA, o destaque para esse princípio também se dá no campo arcabouço filosófico e ético da gestão das áreas protegidas, apresentado no referencial teórico do capítulo 1. O estímulo à consciência ambiental é um dos princípios do ecoturismo que podem ser o elo para a atribuição de um valor intrínseco à natureza (Franco et al., 2021). E o atendimento a este princípio pode proporcionar aos visitantes a oportunidade de conhecer, admirar e aprender sobre os espaços naturais e, sobretudo, alavancar impactos positivos para as espécies e ecossistemas, tendo como referência, a natureza selvagem – *wilderness* (Franco et al., 2021).

Rolston (1988) argumenta sobre a importância para a humanidade de uma maior imersão na natureza, para que haja uma expansão na consciência, que se expresse em uma ética ambiental ampliada, ecocêntrica. A condição da maior parte da população mundial viver, cada vez mais, em cidades, dominadas por ambientes artificiais, carecendo de oportunidades de contato com a natureza, reforça o papel do ecoturismo na busca da reconciliação dos humanos com o mundo natural (Cunha et al., 2022; Franco et al., 2021).

Existe uma corrente de pensamento que entende que a conservação da natureza depende de uma ética predominantemente ecocêntrica e que é ainda mais destacada na temática de gestão das áreas protegidas (Kopnina et al., 2018). Portanto, a partir desse entendimento, o atendimento a este princípio do ecoturismo pode servir de ferramenta para a educação e interpretação ambiental, pois é o estímulo à consciência ambiental que irá promover mudanças comportamentais necessárias para lidar com a crise ambiental vigente (Beaumont, 2010).

Ademais, vale a lembrança de que todo esse entendimento está positivado em nosso ordenamento jurídico e expresso em nossa Constituição Federal (art. 225, inc. VI) e nos objetivos gerais do SNUC (art. 4º, inc. XII) e nos objetivos dos Parques (art. 11) (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988; Lei n. 9.985, 2000*).

5.2.5 Percepção sobre o princípio dos benefícios diretos para a conservação da natureza (P5)

Junto com os dois anteriores, esse princípio também é um consenso e é considerado como uma das bases fundamentais do ecoturismo (Donohoe & Needham, 2006; Fennell, 2001; Honey, 2001; Wallace & Pierce, 1996). Na prática, esse princípio busca fortalecer a conservação da natureza, com o apoio de recursos humanos, financeiros e/ou materiais. Seus principais instrumentos podem ser a destinação de parte dos recursos arrecadados na atividade para fundos ou projetos de conservação, atividades de voluntariado que visam fortalecer a proteção, gestão e restauração de áreas naturais, e a doação de recursos financeiros e materiais para essa finalidade (Honey, 2001; Wallace & Pierce, 1996).

Para os visitantes esse é o princípio mais importante (9,87), sendo que sua percepção de performance foi a quarta no *ranking* (8,44) e indicou o quadrante “concentre-se aqui” no gráfico IPA. Segundo os gestores, esse é o terceiro mais importante (9,52), o sexto em performance (7,06) e também com indicação “concentre-se aqui” no gráfico IPA.

Como subsídio para discussão desse princípio, elencamos o atributo de gestão da destinação de recursos para projetos de conservação da natureza (G8 – RecurCons). Para ambos atores, esses atributos demonstraram importância acima da média e performance abaixo da média, o que também indicou, para ambos atores e atributos, o quadrante “concentre-se aqui” do gráfico IPA. Porém vale um destaque para a percepção de performance dos gestores para esse atributo, que foi a pior performance entre os atributos (4,90), sendo a única variável dentre todas que resultou uma nota abaixo da média da escala, e, conseqüentemente, resultou na maior diferença entre importância e performance (4,52).

Primeiramente, a discussão desse resultado deve ser feita acerca da possível interpretação equivocada da pergunta sobre esse princípio pelos visitantes, sobretudo, para a avaliação da performance. O principal elemento para essa discussão é a análise do número de respostas obtidas como N/A. 14,02% dos visitantes (n=378) responderam N/A sobre a satisfação sobre esse princípio mas, quando perguntados especificamente sobre o atributo de gestão relacionado à destinação de recursos para projetos de conservação da natureza, 60,65% dos visitantes (n=371) responderam N/A. Ou seja, se mais da metade dos visitantes responderam que não tinham condições de avaliar esse atributo, que é uma das formas mais práticas de expressar o significado do princípio, possivelmente também não tinham condições de avaliar a satisfação sobre o princípio.

Os visitantes que ainda assim responderam sobre sua percepção de satisfação do tema, podem ter interpretado a pergunta de forma equivocada, entendendo que a simples existência do parque contribuía para a conservação. Mas quando o exemplo prático de um dos instrumentos desse utilizados para atendimento desse princípio foi apresentado, tivemos a maior taxa de N/A entre todas as variáveis da pesquisa. O que nos leva a ressaltar a interpretação dos dados de avaliação de performance para os visitantes para essa variável. Aliás, destaca-se ainda que as únicas duas respostas N/A para os gestores para os atributos de gestão foram exatamente sobre o atributo de destinação de recursos para projetos de conservação – o que reforça que é um tema que há poucas informações disponíveis e até mesmo alguns gestores envolvidos diretamente com o órgão gestor demonstraram desconhecimento do tema.

De qualquer forma, os resultados da percepção dos visitantes ainda são relevantes sobre a importância do princípio, que foi a mais alta de todos. E os resultados dos gestores, a partir de seu perfil mais técnico, indicaram a pior performance para o atributo associado. Logo, isso indica que a visitação, que se propõe a ser uma forma sustentável de uso das áreas protegidas (Cunha et al., 2018; Honey, 2001), aparentemente não está contribuindo, de forma direta, para os objetivos de conservação da natureza nos Parques Nacionais.

Considerando ainda que o atributo exemplifica apenas um dos instrumentos existentes para garantir benefícios diretos para a conservação, e que as atividades de fiscalização e proteção da integridade dos ecossistemas também podem gerar benefícios diretos para a conservação (Buckley et al., 2016), é indicado aprofundar as análises dos impactos do ecoturismo na conservação, como p.e., monitoramento de espécies-chave para avaliação de aumento ou decréscimo de sua população, para uma melhor avaliação se a visitação está trazendo resultados positivos ou negativos para a conservação (Buckley et al., 2016).

Minimizar os impactos e estimular à consciência ambiental dos visitantes são componentes fundamentais para manter uma relação de coexistência da visitação com a conservação da natureza. Mas é a contribuição direta para a conservação que pode ser o grande diferencial do ecoturismo, ou seja, de um tipo de turismo voltado para a conservação da natureza. Ao prover um retorno para a natureza, surge um novo paradigma, onde as áreas naturais serão não apenas protegidas como também enriquecidas pela prática genuína do ecoturismo (Weaver & Lawton, 2017).

Além disso, cumpre acrescentar que os turistas em áreas protegidas também são potencialmente um grupo de doadores para a conservação. Muitas das vezes, o que é

necessário para aproveitar esse potencial é a apresentação de bons projetos para a conservação da fauna e/ou da flora, e que possam dar um retorno posterior a esses doadores sobre o impacto positivo que sua contribuição gerou (Leung et al., 2018).

5.2.6 Percepção sobre o princípio dos benefícios diretos para a população local (P6)

Esse princípio está relacionado aos impactos socioeconômicos da atividade ecoturística na região onde ocorre a atividade, com o objetivo que haja um empoderamento da população local e uma distribuição justa dos benefícios econômicos e sociais para essa população (Honey, 2001; Wallace & Pierce, 1996).

Para os visitantes esse é o quinto princípio em importância (9,60) e o sexto na performance (8,31), indicando o quadrante “concentre-se aqui” no gráfico IPA. Os gestores percebem que o princípio também é o quinto em importância (9,35), mas é o segundo em performance (7,29), o que indicou um ponto na linha divisória entre os quadrantes “mantenha um bom trabalho” e “possível exagero”, pois o valor da média das respostas de importância é exatamente igual à média das importâncias de todos os princípios.

Como auxílio à discussão desse princípio podemos utilizar o atributo de gestão relacionado à inclusão da população local na atividade turística (G6 – PopLoc). Para os visitantes, foi a nona em importância (9,53) e a oitava em performance, indicando “concentre-se aqui” no gráfico IPA. Para os gestores foi semelhante, sendo a décima em importância (9,35) e a sétima em performance (7,10), indicando “possível exagero”.

Percebemos que os atores-chave dão importância muito semelhante para esse princípio e respectivo atributo de gestão, enquanto os gestores tem uma percepção de melhor performance nesse tema. Para esses resultados, cumpre esclarecer, assim como para o princípio anterior, que houve um alto número de respostas N/A na percepção da performance pelos visitantes, tanto para o princípio (34,3%; n=378), como para o atributo (29,3%; n=371). Ou seja, o conhecimento dos visitantes, e talvez também dos gestores, parece ser limitada sobre o tema, e muitas vezes orientada apenas pela percepção de que aparentam ver muitos trabalhadores locais exercendo alguma função na cadeia produtiva local. Porém, essa percepção limita-se a apenas uma forma de benefício ou tipo de inclusão da população local, o qual, se aprofundado o contexto, pode não se mostrar um verdadeiro benefício, quando muitos desses locais estão apenas na condição de empregados de empresários de fora e as vezes até mesmo em condições insalubres. Portanto, para esse

caso a interpretação dos dados também deve ser ressaltada e pesquisas mais específicas devem ser desenvolvidas.

Para ampliar o entendimento sobre os benefícios diretos da população local, seria necessária uma percepção de diversos aspectos que incluem a participação direta, p.e., nos empreendimentos da região, nas instâncias políticas e de governança, no desenvolvimento da infraestrutura turística, e/ou nas políticas públicas do desenvolvimento rural da região (Honey, 2001; Wearing & Schweinsberg, 2019). Segundo Honey (2001), “esse é o princípio mais difícil e mais demorado na equação do ecoturismo, no qual operadores de fora e “parceiros” frequentemente [...] seguem apenas parcialmente ou formalmente” (p. 31).

Dessa forma, verificando que a indicação da IPA variou entre “concentre-se aqui” e “baixa prioridade” para os visitantes, e entre “mantenha um bom trabalho” e “possível exagero” para os gestores, o melhor seria aprofundar as análises sobre as percepções e impactos desse princípio para uma análise mais robusta e confiável.

5.2.7 Percepção sobre o princípio do respeito à cultura local (P7)

Esse é mais um princípio relacionado à dimensão socioeconômica do ecoturismo, que busca não só conciliar as atividades com a conservação da natureza, mas também evitar os efeitos danosos do turismo de massa às culturas locais (Honey, 2001). Não é uma tarefa fácil, considerando que o ecoturismo geralmente ocorre em áreas mais remotas onde as comunidades tem pouca experiência na interação com forasteiros (Honey, 2001).

As percepções dos visitantes e gestores para esse princípio foram uma das mais distintas entre os atores. Para os visitantes esse foi o quarto mais importante (9,78), a satisfação foi a terceira do *ranking* (8,66), indicando “mantenha um bom trabalho” no gráfico IPA. Enquanto para os gestores esse foi o segundo princípio em importância (9,65) e o segundo pior em performance (6,81), indicando o quadrante “concentre-se aqui” no gráfico IPA.

Ao mesmo tempo, quando analisamos o atributo de gestão associado, inclusão da cultura local na experiência (G4 – CultLoc), as percepções foram semelhantes. Para os visitantes esse foi o antepenúltimo em importância (9,39) e o último em performance (6,91). Já os gestores percebem que esse é o penúltimo em importância (8,94) e o penúltimo em performance (6,06). Ambos resultaram na indicação “baixa prioridade” do gráfico IPA.

De uma maneira geral, os resultados mostram que os atores dão mais importância para o respeito a cultura local (princípio), com destaque para a importância dada pelos gestores, do que necessariamente incluí-la na experiência dos parques (atributo de gestão). Para a performance do princípio, os visitantes demonstram uma melhor satisfação que os gestores, o que resultou numa indicação da IPA para uma concentração maior nesse princípio. Por outro lado, ambos atores perceberam uma baixa performance na inclusão da cultura local nos Parques Nacionais. Pela indicação da IPA, se a performance é baixa, mas a importância também é, então podemos deduzir que isso é uma baixa prioridade.

Essa distinção entre o respeitar as culturas locais de uma forma mais ampla, e incluir essas culturas na experiência de um Parque Nacional levantou comentários pertinentes por parte dos entrevistados que valem ser discutidos. Primeiramente que, a cultura, sobretudo a brasileira, sofre uma constante miscigenação e transformação, sendo que em vários dos parques nacionais visitados é difícil discernir qual é ou quais são as culturas locais. P.e., quais são as culturas locais do Parque Nacional do Iguaçu? A cultura ancestral dos povos originários que primeiro habitaram o local, a dos bandeirantes e colonizadores europeus que estabeleceram as primeiras estruturas do Parque, a da agropecuária que circunda o Parque, ou da cidade cosmopolita de Foz do Iguaçu? Certamente há muitas respostas distintas e talvez nenhuma totalmente correta. Ainda no exemplo de Iguaçu, se pegarmos como referência a cultura da agropecuária estabelecida nos arredores, deveríamos incluir essa cultura na experiência do parque, mesmo que seus valores são diametralmente opostos aos da conservação da biodiversidade? Para muitos visitantes e gestores a resposta para essa última pergunta foi não e isso corrobora a baixa importância dada para o atributo de inclusão da cultura local na experiência.

Segundo Honey (2001), “parte do que é ser um ecoturista responsável é estudar previamente sobre os costumes locais, códigos de vestimenta and outras normas sociais” (p. 31). Na esteira desse pensamento, podemos trazer também para a discussão desse princípio o atributo de gestão da orientação para um turismo responsável (G12 – TurResp). Esse atributo figurou entre os três mais importantes para visitantes (9,74) e para gestores (9,65). E teve uma das três piores performances para os visitantes (7,65) e a nona no *ranking* de performance para os gestores (6,81). Para ambos foi indicado “concentre-se aqui” no gráfico IPA.

Com base na discussão de todos esses resultados, parece razoável a indicação de que para o atendimento do princípio de respeito a cultura, que demonstra uma alta importância para ambos atores, é necessário concentrar os esforços de gestão na melhoria

das orientações para prática de um turismo responsável dos visitantes, os quais ambos atores também percebem serem um dos mais importantes, mas que demonstrou uma baixa performance. Uma melhor orientação para um turismo responsável pode resultar em um maior respeito à cultura local.

5.2.8 Percepção sobre o princípio do apoio aos direitos humanos (P8)

Embora não seja um consenso na literatura sobre o ecoturismo, esse princípio está diretamente ligado ao código de ética do turismo proposto pela UNTWO, que sugere que o turismo possa servir de instrumento para a paz e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos (Honey, 2001; UNWTO, 2023a). Além disso, ao serem normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos, são considerados direitos difusos, onde estão incluídos também, conforme determina a CF de 1988, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, 1988; Franco, 2015).

Para os visitantes, esse princípio apresentou a segunda importância mais baixa (9,27) e a quinta performance no *ranking* (8,33). O que indicou o quadrante de baixa prioridade no gráfico IPA. Os gestores manifestaram uma importância também baixa, sendo a sexta no *ranking* (9,32) mas indicaram uma performance melhor, como terceira melhor (7,23). Resultando no quadrante “possível exagero” no gráfico IPA.

Ainda que os direitos humanos sejam um tema vasto e que abrange diversos aspectos da vida humana, o atributo de gestão de acesso democrático (G2 – AcesDem), está relacionado, mesmo que parcialmente, a esse princípio e será usado para subsidiar a discussão. Os visitantes deram uma importância baixa em relação aos demais (9,40) e demonstraram que a performance foi igualmente baixa em relação aos demais (7,79). O que indicou uma baixa prioridade pelo gráfico IPA. Por sua vez, os gestores mostraram que percebem esse atributo de forma bem distinta. Esse é o quinto atributo mais importante (9,61), e que tem a terceira melhor performance (7,61). Resultando no quadrante “mantenha o bom trabalho”.

Para discussão desses resultados, também vale trazer o alto índice de respostas N/A para a percepção dos visitantes sobre o princípio. 46,83% dos visitantes entrevistados (n=378) não souberam responder ou não sabiam avaliar sua satisfação. Para o atributo, apenas 6,2% dos visitantes entrevistados (n=371) não souberam responder ou não sabiam avaliar sua satisfação. Ou seja, a pergunta da percepção dos direitos humanos de forma

ampla pode ter sido vaga demais, pois ao trazer um aspecto específico dos direitos humanos nos atributos, a quantidade de N/A reduziu drasticamente.

Para esse princípio e atributo, as percepções entre os atores foram diferentes. De uma maneira geral, enquanto os visitantes dão menos importância para o tema, os gestores demonstraram dar mais importância e também percebem uma performance melhor que os visitantes. O fato de que os parques são públicos e geridos por um órgão gestor público podem ser um dos motivos dessa importância maior dos gestores, pois suas funções são legalmente regidas pelas premissas constitucionais acima citadas. Agora a percepção de performance mais elevada, assim como ocorreu em outros princípios, pode ser justificada pelo perfil mais técnico e escolarizado dos gestores, além de um melhor domínio do amplo contexto da gestão das unidades, imprescindível para avaliar um tema vasto como os direitos humanos.

5.3 Considerações sobre os aspectos metodológicos

Primeiramente, é importante uma reflexão sobre a interpretação das notas a partir da escala. A escala de zero a dez utilizada tem 11 pontos, e sua média em 5,5. Se considerarmos que muitas vezes o planejamento estratégico institucional dos órgãos gestores almejam atingir níveis de excelência (Wade & Eagles, 2003), a nota de performance para atender esses níveis deveria ser próximo ao máximo. Considerando uma hipótese em que a excelência fosse considerada a partir de nove, apenas os visitantes avaliaram o princípio da satisfação do visitante (P1) e o princípio das atividades ocorrerem em áreas naturais conservadas (P2) acima desse nível. Todos os demais princípios indicariam uma necessidade de maior atenção para melhoria de sua performance, e a metodologia IPA, principalmente pelo *ranking* de importância, pode auxiliar qual deveria ser a priorização.

Também é importante discutir que, embora a técnica da IPA tenha ganhado popularidade em pesquisas da área de turismo nas últimas décadas, alguns estudos vem levantando algumas limitações e sugestões para aprimoramento da utilização da técnica (Azzopardi & Nash, 2013; Lai & Hitchcock, 2015; Oh, 2001; Sever, 2015).

Esses estudos identificaram a necessidade de uma atenção mais detida em alguns aspectos associados às pesquisas que usam a metodologia IPA e que geralmente envolvem estudos psicométricos, sendo os principais: a utilização de métodos diretos ou indiretos para interpretação dos resultados; a utilização de técnicas para verificar a

normalidade, confiabilidade e validade dos dados; e, a construção dos gráficos IPA (Lai & Hitchcock, 2015). Portanto, para um aprofundamento das análises dos dados coletados, é recomendado que sejam aprofundadas outras técnicas e instrumentos de estatística para uma interpretação mais detalhada dos resultados.

Por fim, uma outra limitação da técnica IPA deve ser observada. Há casos onde a importância de uma variável demonstra um resultado abaixo da média geral e uma performance também abaixo da média, e isso automaticamente resulta na indicação de uma baixa prioridade. Entretanto, se a diferença entre importância e performance for acentuada, ainda que esse quesito seja menos importante comparado aos demais, a indicação de baixa prioridade pode ocultar a atenção necessária para uma diferença muito grande entre importância e performance daquele quesito (Wade & Eagles, 2003).

A seguir, com base em todo o referencial teórico e resultados obtidos nessa pesquisa, são apresentadas as principais conclusões desse estudo.

6 CONCLUSÕES

O *ecoturismo*, atendendo plenamente seus princípios, têm potencial para ser uma das principais ferramentas de apoio à conservação da natureza nas áreas protegidas. Essa ferramenta pode ser muito útil no combate às mazelas da crise global da biodiversidade e das mudanças climáticas, que já assolam diversas espécies, inclusive a humana.

Essa constatação pode parecer ambiciosa demais ou até mesmo utópica, mas encontra respaldo quando nos deparamos com a latente demanda e necessidade de grande parte da população humana de interação com ambientes naturais. A partir da realidade de que mais da metade da população global já vive em centros urbanos e, conseqüentemente, em ambientes predominantemente artificiais, cresce a carência de contato com a natureza.

O arcabouço ético e filosófico do ecoturismo entra como o grande diferencial para atendimento dessa demanda em face à crise global ambiental. A atividade de contato com a natureza desprovida de uma orientação ética ambiental poderá apenas agravar a situação posta, pois inevitavelmente causará mais impacto ambiental negativo e, muitas das vezes, em áreas com altos índices de conservação. Mas então seria a ética capaz de eliminar o impacto ambiental? Não. É preciso ter plena consciência que toda atividade, até mesmo as genuinamente ecoturísticas, causam algum impacto ambiental negativo. Porém, a partir de uma premissa ética é possível minimizar ao máximo esses impactos e, principalmente, compensar esse impacto negativo com impactos positivos, tanto no estímulo à consciência ambiental, como na geração de benefícios diretos para a conservação da natureza e para as populações de seu entorno.

Essa reflexão traz mais uma outra inquietação. Se até mesmo as atividades alinhadas com os princípios do ecoturismo causam impacto ambiental negativo, não seria mais estratégico manter as áreas naturais com o mínimo de interferência humana, como zonas de preservação? Essa é uma pergunta de resposta complexa, mas muitas respostas são estudadas no campo da gestão de áreas protegidas e uma das melhores respostas já formuladas são os instrumentos de zoneamento, manejo e categorização das áreas protegidas, conforme previsto em nosso SNUC. Ou seja, dependendo de vários fatores e condicionantes, para algumas áreas sim, outras não.

Mas permitir o acesso a algumas áreas não significa simplesmente sacrificá-las. Pelo contrário, as áreas designadas para visitação cumprem o papel fundamental de propiciar oportunidades de sensibilização quanto aos valores intrínsecos da natureza, e, quiçá, para

se entenderem parte dela. Essa oportunidade se mostra cada vez mais importante no cenário civilizatório mais artificial que vivemos.

É nesse contexto que o ecoturismo tem o maior potencial de atuação como uma das soluções para crise ambiental. Ao vislumbrar que o ecoturismo possibilita obter resultados positivos que compensam o mínimo impacto assumido, os debates que precederam a longa discussão para elaboração do SNUC, indicaram o “turismo ecológico” como forma de turismo adequada para orientar a visitação nas UCs nacionais. E também indicou objetivos expressos do sistema de UCs, dentre outros, a contribuição para a preservação e conservação ambiental, a valorização da diversidade biológica, a promoção da educação e interpretação ambiental, e o respeito e valorização das populações e culturas locais, que são exatamente as premissas do ecoturismo também.

Podemos concluir, a partir de todo o referencial teórico apresentado ao longo deste estudo, que o ecoturismo é uma forma de turismo alinhada com os objetivos da preservação e conservação da natureza. Ainda, que o ecoturismo também pode ser um instrumento fundamental e estratégico para auxiliar no atendimento, de forma sustentável, da demanda crescente da atual sociedade humana por oportunidades de contato com a natureza.

Com base nessas conclusões teóricas preliminares, podemos então extrair mais considerações sobre a diferença da teoria versada e sua prática cotidiana, a partir da perspectiva dos atores-chave envolvidos na visitação dos Parques Nacionais, que são uma das categorias de área protegida mais reconhecidas pelas oportunidades de interação dos humanos com as áreas naturais.

Baseado nos resultados desta pesquisa, é possível concluir que os atores-chave da gestão da visitação nos Parques Nacionais brasileiros percebem os princípios com extrema importância. Nesse sentido, é importante verificar que há consenso entre a literatura, pesquisadores, legisladores, gestores e os próprios visitantes sobre a importância do ecoturismo para a visitação em áreas naturais protegidas como os Parques em comento.

De uma análise mais detida, percebemos ainda que os atores-chave dão mais importância, dentre os oito analisados, a três princípios relacionados à dimensão ambiental e um à dimensão social do ecoturismo, respectivamente: a minimização dos impactos ambientais; o estímulo à consciência ambiental; os benefícios diretos para a conservação da natureza; e, o respeito à cultura local.

Por outro lado, na prática, os atores-chave percebem que todos os princípios tem uma performance abaixo das suas percepções de importância, sendo que os gestores são mais críticos, a partir de seu perfil mais técnico e uma maior disponibilidade de informações

do contexto. Mesmo com uma maior variação entre suas percepções, ambos também manifestaram que os mesmos princípios da dimensão ambiental, elencados como os mais importantes, tiveram uma das piores performances.

Fazendo um comparativo das percepções de importância e performance, ilustradas em uma representação gráfica a partir dessas matrizes, a metodologia IPA nos traz sugestões de como deveria ser a abordagem para cada um dos princípios, a partir de uma orientação voltada para a gestão. Essa orientação é muito útil a partir da realidade de recursos humanos e financeiros escassos para gestão de áreas protegidas, onde se faz necessário priorizar esforços na atuação.

Corroborando a indicação dos resultados dos gráficos IPA, a principal conclusão inferida é de que os princípios relacionados à dimensão ambiental, tidos como os mais importantes, também são os que merecem mais atenção e priorização dos órgãos gestores dos Parques Nacionais brasileiros. Ressalta-se que os princípios relacionados à minimização dos impactos ambientais, o estímulo à consciência ambiental, e aos benefícios diretos para a conservação da natureza foram os únicos que receberam sugestão de concentração dos esforços de gestão, pelos gráficos IPA, de forma consensual por ambos atores-chave.

Já os princípios relacionados à dimensão socioeconômica, embora o princípio relacionado ao respeito à cultura local tenha um destaque na importância dos atores-chave, os demais demonstraram indicações de menor prioridade em relação aos da dimensão ambiental. Porém, também indicaram uma maior dificuldade de formação de opinião e avaliação pelos atores, o que indica uma necessidade de melhoria no monitoramento e divulgação de indicadores relacionados à princípios que demonstraram maiores índices de respostas N/A na pesquisa.

Outro resultado que merece destaque na conclusão deste estudo é o relacionado ao princípio da satisfação do visitante. Especialmente quanto a percepção dos próprios visitantes de que, dentre os todos os princípios, esse é o menos importante. E de que a maior diferença de percepção de performance entre visitantes e gestores também foi acerca desse tema. Ou seja, enquanto visitantes manifestaram estar relativamente satisfeitos, os gestores percebem a satisfação do visitante como a pior performance de sua gestão.

Da análise dos resultados destacados, podemos sugerir que o direcionamento de esforços da gestão da visitação focado na satisfação do visitante pode ser direcionado para atendimento ao princípio do estímulo à consciência ambiental, pois há indícios de que essa é uma forma mais efetiva de trazer uma maior satisfação dos visitantes. Além disso, é uma

ação que atende a premissa de uma das principais justificativas éticas e filosóficas da visitação em áreas naturais protegidas visa oportunizar uma sensibilização ambiental que resulte na valoração da natureza por seus valores intrínsecos e, conseqüentemente, reverberar em uma contribuição positiva para reverter a crise ambiental global, por meio de contribuições diretas para a conservação da natureza.

Portanto, a partir das constatações apresentadas, é possível chegar a uma conclusão maior de que é necessário direcionar esforços de gestão para a qualificação da experiência do visitante nos Parques Nacionais brasileiros. A demanda crescente tem resultado em maiores números de visitantes ano após ano, mas sem uma qualificação dessas visitas baseada nos princípios do ecoturismo, os números maiores significarão apenas mais impacto ambiental negativo e, eventualmente, maior impacto econômico positivo. Porém essa é a lógica antropocêntrica que nos levou a atual crise ambiental. Com base na percepção demonstrada pelos atores-chave nessa pesquisa, uma experiência mais qualificada é desejada, mas ainda não atendida a contento. Essa experiência qualificada, principalmente lastreada no estímulo à consciência ambiental e na geração de benefícios diretos para a conservação, têm grande potencial para se tornar um instrumento de melhoria na efetividade da gestão das Áreas Protegidas e de contribuição para a mitigação da crise ambiental global.

Por fim, com base nas conclusões extraídas nesta pesquisa e nas referências bibliográfica consultadas, serão apresentadas algumas recomendações aos órgãos gestores dos Parques Nacionais brasileiros. As recomendações estão pontuadas por tópicos, seguidos de sugestões de ações de gestão práticas. São elas:

- Fomentar pesquisas sobre os atributos de gestão relacionados ao ecoturismo, para orientar a gestão, baseada em dados científicos e tornar mais efetiva a gestão dessas Áreas Protegidas, como p.e.:
 - Elaborar um programa de pesquisa sobre ecoturismo, objetivando definir indicadores e coletar e monitorar dados dos principais atributos de gestão da visitação;
 - Realizar parcerias com instituições de pesquisa, promovendo incentivos para desenvolvimento de pesquisas nessa área de conhecimento;
 - Realizar melhorias nas instalações físicas para receber pesquisadores e facilitar a realização de pesquisas *in loco*.
- Atender as diretrizes do SNUC que indicam o ecoturismo como forma de turismo adequada para orientar a visitação nos Parques Nacionais, e incorporar os princípios

do ecoturismo como base filosófica, conceitual e prática para a gestão da visitação, como p.e.:

- Elaborar programa de capacitação sobre os princípios do ecoturismo para gestores e colaboradores do órgão gestor;
 - Elaborar um plano de comunicação para difundir e promover os conceitos e princípios do ecoturismo para os atores-chave, principalmente os visitantes;
 - Incentivar, alavancar e dar maior visibilidade às boas práticas e parceiros que atuam orientados aos princípios do ecoturismo;
 - Incluir e priorizar os princípios do ecoturismo e seus respectivos atributos de gestão nos processos de elaboração de Planos de Manejo e Planos de Uso Público das unidades.
- Priorizar esforços de gestão para o atendimento aos seguintes princípios do ecoturismo relacionados à dimensão ambiental:
 - *Minimização dos impactos ambientais da visitação:*
 - Elaborar um programa de Pesquisa sobre Ecologia da Recreação com o objetivo de reunir dados científicos para subsidiar a tomada de decisões sobre a gestão e manejo dos impactos da visitação sobre os recursos naturais, com ênfase em espécies ameaçadas, endêmicas, indicadoras, e em ambientes sensíveis;
 - Estabelecer a capacidade de carga (ou número balizador da visitação) dos atrativos e/ou revisar os já estabelecidos, e seguir o ciclo de monitoramento dos impactos previstos, a partir dos indicadores estabelecidos;
 - Estabelecer meios de transporte interno com base em fontes alternativas de energia e substituir os atuais que ainda utilizam combustíveis fósseis;
 - Estabelecer critérios rigorosos de mínimo impacto para saneamento básico no interior das unidades, principalmente na gestão de resíduos sólidos e disposição de efluentes.
 - Estabelecer critérios rigorosos de mínimo impacto na construção de edificações no interior de unidades, com preferência a certificações de sustentabilidade e uso de materiais naturais e renováveis;
 - Realizar o manejo periódico de trilhas, priorizando os locais onde há ocorrência de processos erosivos;

- Estabelecer critérios para minimização dos processos de poluição dos recursos hídricos, principalmente pelo uso de produtos químicos como, p.e., protetores solares;
- *Estímulo à consciência ambiental dos visitantes:*
 - Garantir ao visitante o acesso e a ciência de informações básicas sobre a unidade e orientações para uma conduta consciente em todos os pontos de acesso;
 - Implementar e garantir a manutenção de um sistema de sinalização de trilhas com interpretação ambiental e orientações sobre conduta consciente em ambientes naturais;
 - Implementar exposições interpretativas sobre aspectos da sociogeobiodiversidade local;
 - Realizar capacitações e atividades educativas sobre conduta consciente em ambientes naturais;
 - Elaborar um plano de comunicação sobre a importância das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos, para os visitantes, funcionários, colaboradores e população do entorno.
- *Geração de benefícios diretos para a conservação da natureza, a partir das atividades de visitação:*
 - Garantir o aporte de receitas oriundas da visitação para projetos de conservação da fauna e da flora e restauração de habitats nativos;
 - Garantir que a formulação de parcerias para promoção do uso público incorpore explicitamente componentes obrigatórios de geração de benefícios diretos para a conservação da biodiversidade;
 - Garantir a recuperação e restauração de áreas degradadas pela visitação desordenada;
 - Promover o engajamento social para a conservação por meio de programas de voluntariado e ciência cidadã.

REFERÊNCIAS

- Andrade, T. C., Souza, T. V. S. B., & Cunha, A. A. (2020). A estruturação do rol de oportunidades de visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13(2), 365-392.
<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.10227>
- Appleton, M. R., Courtiol, A., Emerton, L., Slade, J. L., Tilker, A., Warr, L. C., Malvido, M. Á., Barborak, J. R., de Bruin, L., Chapple, R., Daltry, J. C., Hadley, N. P., Jordan, C. A., Rousset, F., Singh, R., Sterling, E. J., Wessling, E. G., & Long, B. (2022). Protected area personnel and ranger numbers are insufficient to deliver global expectations. *Nature Sustainability*, 5, 1100-1110. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00970-0>
- Azevedo, T. R., Rosa, M. R., Shimbo, J. Z., Martin, E. V., & Oliveira, M. G. (2019). *Relatório anual do desmatamento no Brasil – 2019*. Mapbiomas.
- Azzopardi, E., & Nash, R. (2013). A critical evaluation of importance-performance analysis. *Tourism Management*, 35, 222-233. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.07.007>
- Balmford, A., Beresford, J., Green, J., Naidoo, R., Walpole, M., & Manica, A. (2009). A global perspective on trends in nature-based tourism. *PloS Biol.*, 7(6).
<https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1000144>
- Balmford, A., Green, J. M. H., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., Walpole, M., & Manica, A. (2015). Walk on the wild side: Estimating the global magnitude of visits to protected areas. *PloS Biol.*, 13(2).
<https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002074>
- Beaumont, N. (2010). Ecotourism and the conservation ethic: Recruiting the uninitiated or preaching to the converted? *Journal of Sustainable Tourism*, 9(4), 317-341.
<https://doi.org/10.1080/09669580108667405>
- Becker, H. S. (1993). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Hucitec.

- Blamey, R. K. (2001). Principles of Ecotourism. In D. B. Weaver (Ed.), *The encyclopedia of Ecotourism* (pp. 5-22). CABI.
- Boquimpani-Freitas, L., & Costa, N. M. C. (2023). Perfil demográfico, de preferências e motivações dos usuários de trilhas de quatro Parques Nacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 16(1), 9-31.
<https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.14342>
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A., & Sandwith, T. (2013). *Governance of Protected Areas: From understanding to action. Developing capacity for a protected planet*. IUCN.
- Buckley, R., Morrison, C., & Castley, J. G. (2016). Net effects of ecotourism on threatened species survival. *PloS ONE*, 11(2). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0147988>
- Cálculo Amostral – Site de Estatística. (2023).
<http://estatistica.bauru.usp.br/calculoamostral/index.php>
- Clark, R. N., & Stankey, G. H. (1979). *The recreation opportunity spectrum: A framework for planning, management, and research*. Gen. Tech. Rep. PNW-GTR-098. U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest Research Station.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed., M. Lopes Trad.). Artmed.
- Cunha, A. A. (2010). Negative effects of tourism in a Brazilian Atlantic forest National Park. *Journal for Nature Conservation*, 18, 291-295. <https://10.1016/j.jnc.2010.01.001>
- Cunha, A. A., Magro-Lindenkamp, T. C., & McCool, S. F. (Eds.). (2018). *Tourism and protected areas in Brazil: Challenges and perspectives*. Nova Science.

- Cunha, A. A., Rodrigues, C. G. O., Sancho-Pivoto, A., & Casals, F. R. (2022). A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Soc. Nat.*, 34, 1-12.
<https://doi.org/10.14393/SN-v34-2022-65411>
- Daniels, M. L., & Marion, J. L. (2006). Visitor evaluations of management actions at a highly impacted Appalachian Trail camping area. *Environ. Manage.*, 38, 1006-1019.
<https://doi.org/10.1007/s00267-004-0368-3>
- Davenport, L., Brockelman, W. Y., Wright, P. C., Ruf, K., & Del Valle, F. B. R. (2002). Ferramentas de ecoturismo para parques. In J. Terborgh, C. Van Schaik, L. Davenport, & R. Madhu, R. (Orgs.), *Tornando os parques eficientes: Estratégias para conservação da natureza nos trópicos* (pp. 305-333). UFPR, Fundação O Boticário.
- Davenport, L., & Rao, M. (2002). A história da proteção: Paradoxos do passado e desafios do futuro. In J. Terborgh, C. Van Schaik, L. Davenport, & R. Madhu, R. (Orgs.), *Tornando os parques eficientes: Estratégias para conservação da natureza nos trópicos* (pp. 52-76). UFPR, Fundação O Boticário.
- Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006. (2006, 14 de abril). Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm
- Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. (1934, 24 de janeiro). Aprova o código florestal que com este baixa. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm
- Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. (1979, 22 de setembro). Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D84017.html

- Diegues, A. C. S. (2008). *O mito moderno da natureza intocada* (6ª ed.). Hucitec, NUPAUB-USP/CEC.
- Dolnicar, S., Yanamandram, V., & Juvan, E. (2013). Ecotourists: who are they and what should we really call them? In R. Ballantyne, & J. Packer (Eds.), *International Handbook on Ecotourism* (pp. 95-107). Edward Elgar.
- Donohoe, H. M., & Needham, R. D. (2006). Ecotourism: The evolving contemporary definition. *Journal of Ecotourism*, 5(3), 192-210. <https://doi.org/10.2167/joe152.0>
- Drummond, J. A. (1997). *O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: Análise dos resultados de uma política ambiental*. EDUFF.
- Drummond, J. A., Franco, J. L. A., & Ninis, A. B. (2006). *O estado das áreas protegidas do Brasil – 2005*.
- Dudley, N. (Ed.) (2008). *Guidelines for applying Protected Area management categories*. IUCN.
- Eagles, P. F. J. (2014). Fiscal implications of moving to tourism finance for parks: Ontario Provincial Parks. *Managing Leisure*, 19(1), 1-17. <https://doi.org/10.1080/13606719.2013.849503>
- Eagles, P. F. J., & McCool, S. F. (2002). *Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and management*. CABI.
- Fennell, D. A. (2001). A content analysis of ecotourism definitions. *Current Issues in Tourism*, 4(5), 403-421. <https://doi.org/10.1080/13683500108667896>
- Fennell, D. A. (2002). *Ecoturismo: Uma introdução*. Contexto.
- Fennell, D. A. (2013). Contesting the zoo as a setting for ecotourism, and the design of a first principle. *Journal of Ecotourism*, 12(1), 1-14. <https://doi.org/10.1080/14724049.2012;737796>

- Ferreira, M. L. B., Moreira, J. C., & Burns, R. C. (2022). O perfil do visitante em áreas protegidas: Exemplos de diferentes Unidades de Conservação brasileiras. *Biodiversidade Brasileira*, 12(3), 26-42. <https://doi.org/10.37002/biobrasil.v123.1894>
- Franco, J. L. A. (2013). O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: Da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História (São Paulo)*, 32(2), 21-48. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000200003>
- Franco, J. L. A. (2015). Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. In I. V. P. Soares, & S. Cureau (Orgs.), *Bens culturais e direitos humanos* (pp. 155-184). Edições SESC.
- Franco, J. L. A., Schittini, G. M., & Braz, V. S. (2015). História da conservação da natureza e das Áreas Protegidas: Panorama geral. *Historiae*, 6(2), 233-270.
- Franco, M. B. A., Franco, J. L. A., & Cunha, A. A. (2021). Ecoturismo, conservação da natureza e Deep Ecology: Uma reflexão sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 10(2), 97-115. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p97-115>
- Ganem, R. S., & Franco, J. L. A. (2021). *Unidades de de proteção integral do Cerrado: Base legal, histórico e gestão*. Edições Câmara.
- Godfrey-Smith, W. (1979). The value of wilderness. *Environmental Ethics*, 1(4), 309-319. <https://doi.org/10.5840/enviroethics19791426>
- Google. (2022). *Google Maps*. <https://www.google.com.br/maps/>
- Graefe, A. R., Kuss, F. R., & Vaske, J. J. (1990). *Visitor impact management: The planning framework*. National Parks and Conservation Association.

- Higham, J. E. S. (Ed.). (2007). *Critical issues in Ecotourism: Understanding a complex tourism phenomenon*. Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Honey, M. (2001). *Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?* Island Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios Contínua*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
- Instituto SEMEIA. (2021). *Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: A perspectiva da gestão*. (5ª ed.). Instituto SEMEIA.
- Instituto SEMEIA. (2023). *Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: A perspectiva da gestão* (6ª ed.). Instituto SEMEIA.
- Kinker, S. (2005). *Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais* (2ª ed.). Papyrus.
- Kopnina, H., Washington, H., Gray, J., & Taylor, B. (2018). “The ‘future of conservation’ debate: Defending ecocentrism and the Nature Needs Half movement”. *Biological Conservation*, 217, 140-148. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2017.10.016>
- Krosnick, J. A., & Presser, S. (2010). Question and questionnaire design. In P. V. Marsden, & J. D. Wright (Eds.), *Handbook of Survey Research* (2a ed., pp. 263-313). Emerald Group.
- Lai, I. K. W., & Hitchcock, M. (2015). Importance-performance analysis in tourism: A framework for researchers. *Tourism Management*, 48, 242-267.
<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.11.008>

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. (1965, 16 de setembro). Institui o novo Código Florestal. Presidência da República.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm

Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. (2000, 19 de julho). Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm#:~:text=LEI%20No%209.985%20C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.%20225%2C%20%20C%20A7,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Leung, Y., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (Eds.). (2018). *Tourism and visitor management in protected areas: Guidelines for sustainability* (Best Practice Protected Area Guidelines Series 27). IUCN.

Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (2005). *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão* (5ª ed.). SENAC.

Marion, J. L., Leung, Y. F., Eagleston, H., & Burroughs, K. (2016). A review and synthesis of recreation ecology research findings on visitor impacts to wilderness and protected natural areas. *J. For.*, 114(3), 352-362. <https://doi.org/10.5849/jof.15-498>

Martilla, J. A., & James, J. C. (1977). Importance-performance analysis. *Journal of Marketing*, 41(1), 77-79. <https://doi.org/10.2307/1250495>

Maxwell, S. L., Cazalis, V., Dudley, N., Hoffmann, M., Rodrigues, A. S. L., Stolton, S., Visconti, P., Woodley, S., Kingston, N., Lewis, E., Maron, M., Strassburg, B. B. N., Wenger, A., Jonas, H. D., Venter, O., & Watson, J. E. M. (2020). Area-based conservation in the twenty-first century. *Nature*, 588(7837).

<https://doi.org/10.1038/s41586-020-2952-y>

McCool, S. F. (1996). *Limits of acceptable change: A framework for managing national protected areas: experiences from the United States* (Workshop on Impact Management in Marine Parks). Maritime Institute of Malaysia.

Meadows, D., Randers, J., & Meadows, D. (2005). *Limits to growth: The 30-year update*. Earthscan.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2023). *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>

Ministério do Meio Ambiente, & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (n. d.). *Orientações metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação federais*.

Ministério do Meio Ambiente, & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2020). *ROVUC: Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação* (2ª ed.). ICMBio.

Ministério do Meio Ambiente, & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2020). *Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico*.

Ministério do Meio Ambiente, & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2021). *Relatório de monitoramento da visitação em Unidades de Conservação federais em 2020*.

Ministério do Meio Ambiente, & Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2022). *Visitação nas Unidades de Conservação (2000-2021) – Detalhamento – COEST/CGEUP: Dados do painel atualizados em: 28/06/2022 14:18:51*. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOGYyNjNhMzEtOTk2Ni00MzAyLTlIM2QtMjAyMWEyN2RmZWZmZmliidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwO>

[GNmNmNjMzU2MCJ9&pageName=ReportSection283706c1c8465c9672b0 Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.](#)

- Mittermeier, R. A., Fonseca, G. A. B., Rylands, A. B., & Brandon, K. (2005). Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, 1(1), 14-21.
- Nash, R. F. (1989). *The rights of nature: A history of environmental ethics*. University of Wisconsin Press.
- Nature Needs Half. (2022). <https://natureneedshalf.org/>
- Newsome, D., Moore, S. A., & Dowling, R. K. (2012). *Natural area tourism: Ecology, impacts and management* (2a ed.). Channel View.
- National Park Service. (2022). *America's best ideia today*. <https://home.nps.gov/americasbestidea/>
- Oh, H. (2001). Revisiting importance-performance analysis. *Tourism Management*, 22(6), 617-627. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00036-X](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00036-X)
- Pires, P. S. (2008). *Dimensões do Ecoturismo* (2ª ed.). Editora Senac.
- Protected Planet. (2023). <https://www.protectedplanet.net/en>
- Ribeiro, E. M., & Nascimento, E. P. (2016). *O futuro do Ecoturismo: Cenários para 2025*. Appris.
- Rocha, L. G. M., Drummond, J. A., & Ganem, R. S. (2010). Parques Nacionais brasileiros: Problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. *Rev. Sociol. Polít.*, 18(36), 205-226. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200013>
- Rodrigues, C. G. D. O. (2009). *O uso do público nos Parques Nacionais: A relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade* [Tese de Doutorado,

Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/3826>

Rolston, H. (1988). *Environmental ethics: Duties to and values in the natural world*. Temple University Press.

Rylands, A. B., & Brandon, K. (2005). Unidades de conservação brasileiras. *Megadiversidade*, 1(1), 27-35.

Sever, I. (2015). Importance-performance analysis: A valid management tool? *Tourism Management*, 48, 43-53. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.10.022>

Singh, R., Sibi, P. S., & Sharma, P. (2021). Journal of Ecotourism: A bibliometric analysis. *Journal of Ecotourism*, 21(4), 37-53.

<https://doi.org/10.1080/14724049.2021.1916509>

Souza, T. V. S. B., & Thapa, B. (2018). Tourism demand analysis of the federal Protected Areas of Brazil. *Journal of Park and Recreation*, 36, 1-21.

<https://doi.org/10.18666/JPRA-2018-V36-I3-8375>

Stankey, G. H., Cole, D. N., Lucas, R. C., Petersen, M. E., & Frissell, S. S. (1985). *The limits of acceptable change (LAC) System for wilderness planning* (General Technical Report INT-176). United States Department of Agriculture, Forest Service.

Takahashi, L. Y., & Cegana, A. C. V. (2005). Como monitorar o impacto dos visitantes utilizando o Sistema LAC – Limite Aceitável de Câmbio. *Turismo em Análise*, 16(2), 206-222. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v16i2p206-222>

United Nations Environment Programme. (2021). Relatório Planeta Protegido 2020. <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorio-planeta-protegido-2020>

- United Nations Environment Programme. (2022). *COP15 encerra com acordo histórico sobre biodiversidade*. <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/cop15-encerra-com-acordo-historico-sobre-biodiversidade>
- United Nations World Tourism Organization. (2023a). *Global Code of Ethics for Tourism*. <https://www.unwto.org/global-code-of-ethics-for-tourism>
- United Nations World Tourism Organization. (2023b). *Glossary of Terms*. <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>
- United States Department of the Interior, & National Park Service. (1997). *The Visitor Experience and Resource Protection (VERP) framework*. United States Department of the Interior, National Park Service, Denver Service Center.
- Wade, D. J., & Eagles, P. F. J. (2003). The use of importance-performance analysis and market segmentation for tourism management in parks and protected areas: An application to Tanzania's National Parks. *Journal of Ecotourism*, 2(3), 196-212. <https://doi.org/10.1080/14724040308668144>
- Wallace, G. N., & Pierce, S. M. (1996). An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 23(4), 843-873. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(96\)00009-6](https://doi.org/10.1016/0160-7383(96)00009-6)
- Watson, J. E. M., Dudley, N., Segan, D. B., & Hockings, M. (2014). The performance and potential of protected areas. *Nature*, 515, 67-73. <https://doi.org/10.1038/nature13947>
- Wearing, S., & Neil, J. (2014). *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Manole.
- Wearing, S., & Schweinsberg, S. (2019). *Ecotourism: Transitioning to the 22nd century* (3a ed.). Routledge.

Weaver, D. B., & Lawton, L. J. (2017). A new visitation paradigm for protected areas.

Tourism Management, 60, 140-146. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.11.018>

World Wildlife Fund. (2022). *Living Planet Report 2022: Building a nature positive society*

(R. E. A. Almond, M. Grooten, D. J. Bignoli, & T. Petersen Eds.). WWF.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO”, de responsabilidade de Julio Cesar Spindola Itacaramby, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros de acordo com os princípios do Ecoturismo. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários e/ou entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de formulários estruturados com perguntas fechadas e respostas em escala numérica de categorias (escala Likert). É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (62) 99977-9908 ou pelo e-mail julio.itacaramby@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão disponibilizados aos participantes por meio da publicação da dissertação, que estará disponível no Repositório Institucional da Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do pesquisador

Brasília, ___ de _____ de _____

APÊNDICE B – FORMULÁRIOS DE ENTREVISTA

Projeto de Mestrado: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA VISITAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO

Pesquisador: Julio Itacaramby – Mestrando em Desenvolvimento Sustentável, CDS/UnB.
julio.itacaramby@gmail.com

Orientador: André Cunha – Professor Adjunto, Lab. Biodiversidade e Áreas Protegidas.
Dept. Ecologia, IB e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, PPG
CDS, UnB. cunha.andre@gmail.com

Data:

Local:

Hora início:

Hora fim:

Apresentação: Caro visitante, esta pesquisa busca analisar a gestão da visitação dos Parques Nacionais brasileiros de acordo com os princípios do Ecoturismo e está sendo realizada como parte do curso de Mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB).

Termo de Consentimento Livre e Espontâneo: Informamos que os formulários têm caráter confidencial e que os dados coletados serão utilizados de forma agregada, com a única finalidade de obter informações pertinentes à pesquisa e subsidiar a gestão dos Parques Nacionais brasileiros.

Os dados coletados serão utilizados para analisar como os atores envolvidos na gestão da visitação dos Parques Nacionais percebem os princípios do Ecoturismo e as características da gestão da visitação, por meio da análise de importância e performance.

Não há riscos antecipados, compensação ou outros benefícios diretos para você como participante. Você não precisa responder qualquer questão que não se sinta confortável. E você pode desistir de participar a qualquer momento sem nenhuma consequência.

Caso aceite participar, agradecemos antecipadamente sua valiosa colaboração, e solicitamos que assinale sua concordância com o presente Termo de Consentimento. Você quer participar dessa pesquisa?

Procedimento de pesquisa: Obrigado por colaborar! Esse questionário leva em média 10 minutos para ser completado e terá 7 etapas. Será iniciado com informações pessoais, depois algumas perguntas sobre sua percepção sobre as características do Ecoturismo e a sua satisfação em relação a sua experiência hoje, aqui nesse parque nacional.

Bloco I – Informações pessoais

Sobre suas informações pessoais, por favor, marque uma das opções abaixo:

1. Gênero:

- Masculino
- Feminino
- Outros

2. Idade:

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 35 anos
- Entre 36 e 45 anos
- Entre 46 e 55 anos
- Acima de 55 anos

3. Escolaridade:

- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Cursando ensino superior
- Ensino superior completo
- Cursando Pós graduação
- Pós graduação completa

4. Estado de residência (se estrangeiro, marcar outros):

- AC
- AL
- AM
- AP
- BA
- CE
- DF
- ES
- GO
- MA
- MG
- MS
- MT
- PA
- PB
- PE
- PI
- PR
- RJ
- RN
- RO
- RR
- RS
- SC
- SE
- SP
- TO
- Outros

5. Renda mensal familiar:

- Até 2 salários mínimos (até R\$2,4 mil)
- De 2 a 4 salários mínimos (de R\$2,4 mil até R\$4,8mil)
- De 4 a 10 salários mínimos (de R\$ 4,8 mil a R\$ 12,1 mil)

- De 10 a 20 salários mínimos (de R\$ 12,1 mil a R\$ 24,2 mil)
- Acima de 20 salários mínimos (acima de R\$ 24,2 mil)

Bloco II – Informações da visita

1. Esta visita foi acompanhada por condutor(a) e/ou guia?

- Sim
- Não

2. Quantas pessoas estão seu grupo?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10 ou mais (CAMPO DIGITÁVEL)

Bloco III – Importância e satisfação/desempenho dos princípios do ecoturismo

- **Importância dos princípios do ecoturismo** (Honey, 2001; Hetzer *apud* Fennell, 2002; Newsome et al., 2013; Wallace & Pierce; 1996)

A partir do seu entendimento e percepção, qual o nível de importância que você atribui para cada característica do ecoturismo?

Por favor, responda utilizando a escala a seguir indicada, onde...

(0) sem importância nenhuma; (1); (2); (3); (4); (5) indiferente (nem importante nem desimportante); (6); (7); (8); (9); (10) extremamente importante; (N) Não sei avaliar/sem opinião

“Qual nível de importância você atribui ao...

1. Ecoturismo proporcionar a satisfação dos visitantes?
2. Ecoturismo ocorrer em áreas naturais preservadas?
3. Ecoturismo minimizar os impactos ambientais?
4. Ecoturismo estimular a consciência ambiental?
5. Ecoturismo trazer benefícios diretos para a conservação da natureza?
6. Ecoturismo trazer benefícios diretos para as populações locais?
7. Ecoturismo respeitar a cultura local?
8. Ecoturismo apoiar os Direitos Humanos?

- **Satisfação da experiência de acordo com os princípios do ecoturismo** (Honey, 2001; Hetzer *apud* Fennell, 2002; Newsome et al., 2013; Wallace & Pierce; 1996)

Agora, em relação aos mesmos princípios do ecoturismo, qual é o seu nível de satisfação/desempenho, a partir da sua percepção e sua experiência, aqui, nesse parque nacional?

Por favor, também responda utilizando a escala a seguir indicada, onde...

(0) extremamente insatisfeito; (1); (2); (3); (4); (5) indiferente (nem satisfeito nem insatisfeito); (6); (7); (8); (9); (10) extremamente satisfeito; (N) Não sei avaliar/sem opinião

“Qual é o seu nível de satisfação/desempenho com...

1. A sua visita hoje?
2. A preservação das áreas naturais?
3. A minimização dos impactos ambientais do turismo?
4. O estímulo à consciência ambiental?
5. Os benefícios diretos que o turismo traz para a conservação (como p.e. as espécies ameaçadas)?
6. Os benefícios diretos para as populações locais?
7. O respeito aos povos e a cultura local?
8. O apoio aos direitos humanos?

Bloco IV – Importância e satisfação/desempenho da gestão da visitação em Parques Nacionais

- **Importância das características relacionados à gestão da visitação em parques nacionais** (Eagles & McCool, 2002; Instituto Semeia, 2023; Leung et al., 2018; Wade & Eagles, 2003)

Para as próximas questões, relacionadas às características de gestão da visitação em Parques Nacionais, com base na sua percepção, qual o nível de importância você atribui para cada uma das questões abaixo?

Por favor, também responda utilizando a escala a seguir indicada, onde...

(0) sem importância nenhuma; (1); (2); (3); (4); (5) indiferente (nem importante nem desimportante); (6); (7); (8); (9); (10) extremamente importante; (N) Não sei avaliar/sem opinião

“Agora, em relação a visitação, qual nível de importância você atribui para:

1. A oferta de atrativos naturais?
2. A manutenção das trilhas?
3. A gestão dos resíduos sólidos (lixo)?
4. A integridade ambiental do parque?
5. As estruturas de apoio à visitação?
6. As oportunidades de sensibilização ambiental?
7. As informações sobre atrativos e atividades?
8. As informações sobre meio ambiente e cultura?
9. O controle do fluxo de visitantes?
10. As orientações para um turismo responsável?
11. O sentimento de segurança do visitante?
12. A destinação de recursos do turismo para projetos de conservação da fauna e flora?
13. A inclusão da população local na atividade turística?
14. A inclusão cultura local na experiência turística?
15. Apoio ao acesso democrático ao parque?

- **Satisfação/desempenho das características relacionados à gestão da visitação em Parques Nacionais** (Eagles & McCool, 2002; Instituto Semeia, 2023; Leung et al., 2018; Wade & Eagles, 2003)

Em relação às mesmas características de gestão do ecoturismo, qual o seu nível de satisfação/desempenho, a partir da sua visita a esse parque nacional?

Por favor, também responda utilizando a escala a seguir indicada, onde...

(0) extremamente insatisfeito; (1); (2); (3); (4); (5) indiferente (nem satisfeito nem insatisfeito); (6); (7); (8); (9); (10) extremamente satisfeito; (N) Não sei avaliar/sem opinião

“A partir da sua experiência neste Parque, qual é o seu nível de satisfação/desempenho com...

1. A oferta de atrativos naturais?
2. A manutenção das trilhas?
3. A gestão dos resíduos sólidos (lixo)?
4. A integridade ambiental do parque?
5. As estruturas de apoio à visitação?
6. As oportunidades de sensibilização ambiental?
7. As informações sobre atrativos e atividades?
8. As informações sobre meio ambiente e cultura?
9. O controle do fluxo de visitantes?
10. As orientações para um turismo responsável?
11. O sentimento de segurança do visitante?
12. A destinação de recursos do turismo para projetos de proteção a espécies ameaçadas?
13. A inclusão da população local na atividade turística?
14. A inclusão cultura local na experiência turística?
15. Apoio ao acesso democrático ao parque?

Escala numérica para resposta dos Blocos IV do formulário



- Satisfação do visitante
- Ecoturismo em Áreas Naturais
- Minimização do impactos ambientais
- Estímulo à consciência ambiental
- Benefícios diretos para a conservação da natureza
- Benefícios diretos para a população local
- Respeito à cultura local
- Apoio aos Direitos Humanos

Escala numérica para resposta dos Blocos IV do formulário



- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Oferta de atrativos • Acesso democrático • Manutenção de Trilhas • Inclusão Cultura local • Resíduos sólidos (lixo) • Inclusão População local • Integridade Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> • Recursos do Turismo p/ Conservação • Estruturas de apoio à visitação • Segurança do visitante • Sensibilização ambiental • Orientações p/ Turismo responsável • Informações sobre atrativos • Fluxo de visitantes • Informações sobre Meio Ambiente |
|--|--|

APÊNDICE C – REGISTROS DAS ATIVIDADES DE CAMPO NOS PARQUES NACIONAIS

As atividades de campo para coleta de dados foram realizadas entre fevereiro 2022 e julho de 2022, conforme detalhado a seguir:

1 – Parque Nacional de Jericoacoara

Parque Nacional	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Jericoacoara	1.322.883	AI	Nordeste	Marinho costeiro	CE

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Jericoacoara	33	2	35

As atividades no Parque Nacional de Jericoacoara foram realizadas entre os dias 18 e 22 de fevereiro de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito em carro próprio desde Alto Paraíso de Goiás/GO e a hospedagem em Pousada na Vila de Jericoacoara, distrito do município de Jijoca de Jericoacoara/CE. Há alojamento de apoio para pesquisadores na sede do Parque mas não estava disponível nos dias planejados para a atividade.

Não há controle de acesso dos visitantes ao Parque, mas sim à Vila de Jericoacoara, para a qual é preciso cruzar o polígono do parque pelas vias terrestres, que são os principais acessos à Vila. Por essa razão, as entrevistas foram realizadas com a abordagem de turistas no centro da Vila, no final da tarde, período em que geralmente há o retorno dos passeios que ocorrem nos arredores da Vila e que são parte do Parque.

Atento a este contexto, antes do início das entrevistas também foi necessário certificar o local do passeio realizado pelo visitante, para assegurar que houve a experiência prévia no Parque para aptidão de contribuir adequadamente à pesquisa. Também vale ressaltar que a taxa de rejeição a pesquisa foi mais alta nesse parque pois não havia um local institucional propício para distinguir o pesquisador de um eventual vendedor ambulante, mesmo devidamente identificado. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, sendo os participantes a chefe do parque e o responsável pela agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, no período da manhã foi possível visitar alguns atrativos do Parque, quais sejam: praia do malhado; pedra furada; duna do por do sol; passeio ecológico do cavalo marinho; e lagoas sazonais.

Figura 1

Sede administrativa do Parque Nacional de Jericoacoara



Acervo do autor

Figura 2

Acesso ao Parque Nacional de Jericoacoara



Acervo do autor

2 – Parque Nacional de Ubajara

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Ubajara	90.707	E	Nordeste	Caatinga	CE

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Ubajara	32	2	34

As atividades no Parque Nacional de Ubajara foram realizadas entre os dias 22 e 25 de fevereiro de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito em carro próprio desde o P.N. de Jericoacoara e a hospedagem em alojamento do ICMBio na sede do Parque, próximo

ao centro do município de Ubajara/CE. A sede do Parque conta com alojamento de apoio para pesquisadores.

O principal acesso de visitação é o Portão Neblina que fica à aproximadamente 6km da sede e aproximadamente 4km do centro do município de Ubajara. Neste acesso, há uma primeira guarita de controle de acesso de carros e após o estacionamento principal, um outro controle de acesso dos visitantes ao receptivo. O receptivo conta com Centro de Visitantes, banheiros, lanchonete, parquinho infantil, centro de informações dos condutores de visitantes da COOPTUR e acesso aos atrativos mais visitados do parque.

O atrativo mais visitado é um teleférico (bondinho) que é operado gratuitamente pelo Governo do Estado do Ceará e foi reinaugurado exatamente no dia de chegada ao Parque. O bondinho liga a parte alta da Serra de Ibiapaba à Gruta de Ubajara, que fica na parte baixa da Serra. A contratação de condutor é obrigatória para visita à Gruta e recomendada para os demais atrativos.

As entrevistas foram realizadas com os visitantes na lanchonete que fica próxima ao acesso principal após o estacionamento e é um ponto comum de parada dos visitantes após a sua experiência em quaisquer dos atrativos do parque. Pelo contexto da visitação ocorrer em diversos horários as entrevistas foram concentradas no período do final da manhã e no final da tarde. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, sendo os participantes o chefe do parque e o responsável pela agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns atrativos do Parque, acompanhado por um condutor da COOPTUR, quais sejam: gruta de Ubajara; mirante da gameleira; cachoeira do cafundó; e cachoeira do gavião.

Figura 3

Acesso ao Parque Nacional de Ubajara



Acervo do autor

Figura 4

Entrevista com atores-chave



Acervo do autor

3 – Parque Nacional da Serra da Capivara

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Serra da Capivara	29.733	E	Nordeste	Caatinga	PI

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Serra da Capivara	31	2	33

As atividades no Parque Nacional da Serra da Capivara foram realizadas entre os dias 27 de fevereiro e 03 de março de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito em carro próprio desde o P.N. de Ubajara e a hospedagem em pousada na cidade de Coronel José

Dias/PI. A sede do Parque é localizada no município de Raimundo Nonato/PI e não conta com infraestrutura de alojamento de apoio à pesquisadores.

Este Parque conta com uma boa infraestrutura de visitação, adequada para proteção do patrimônio arqueológico e cultural, o qual foi viabilizado por meio da parceria com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Dessa forma, o Parque possui diversos pontos de acesso e circuitos de atrativos espalhados por todo o Parque. Porém, há uma maior concentração na visitação nos atrativos próximos ao Boqueirão da Pedra Furada, que possui um Centro de Visitantes estruturado com banheiros, lanchonete e loja de *souvenirs*.

Para o contexto da visitação deste Parque, as orientações dos gestores e dos condutores locais, os quais são obrigatórios para a visita, foram para realizar as entrevistas após a visita ao Museu da Natureza, que é um atrativo limítrofe ao Parque, administrado pela FUMDHAM. Geralmente os visitantes que fazem algum circuito do Parque pela manhã, fazem a visita ao museu à tarde, sendo que estão mais disponíveis para contribuir com a entrevista no final do dia. Alternativamente as entrevistas foram realizadas no restaurante da Cerâmica e Hospedaria Serra da Capivara que também fica limítrofe ao Parque e recebe um grande fluxo de visitantes do Parque. Dessa forma, antes do início das entrevistas também foi necessário certificar o local do passeio realizado pelo visitante, para assegurar que houve a experiência prévia no Parque para aptidão de contribuir adequadamente à pesquisa. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, sendo os participantes a chefe do Parque e um técnico que trabalha diversas agendas, inclusive a de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns atrativos do Parque, acompanhado por um condutor local, quais sejam: circuito do desfiladeiro da capivara; sítio do meio; boqueirão da pedra furada; serra branca; museu da natureza; e museu do homem americano.

Figura 5

Sede administrativa do Parque Nacional da Serra da Capivara



Acervo do autor

Figura 6

Centro de Visitantes do Boqueirão da Pedra Furada



Acervo do autor

4 – Parque Nacional do Iguaçu

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Iguaçu	2.020.358	AI	Sul	Mata Atlântica	PR
Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas		
Iguaçu	68	7	75		

As atividades no Parque Nacional do Iguaçu foram realizadas entre os dias 25 de março e 05 de abril de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito por via aérea até Foz do Iguaçu e depois deslocamento em transporte público até a base de pesquisa Peter

Crawshaw Jr. Dentro do Parque onde há um alojamento com duas edificações e dezenas de leitos para apoio aos pesquisadores e voluntários do Parque.

Este Parque conta com ampla infraestrutura funcional e de apoio a visitação, incluindo centro de visitantes, restaurantes, lanchonetes, hotel, lojas, rodovias internas, transporte interno, ciclovias, passarelas, mirantes, entre outros.

Embora o Parque tenha diversos atrativos além do pólo das Cataratas, o foco da visitação é massivamente concentrado na visita às Cataratas do Iguaçu, a qual é visitada por milhares de pessoas por dia. Dessa forma, as entrevistas com visitantes foram realizadas após a experiência de visita às cataratas, próximo a praça de alimentação e ao ponto de ônibus de retorno à entrada do parque. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, e incluiu a chefe do Parque, o coordenador da agenda de uso público, e demais membros da equipe da agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns outros atrativos disponíveis no pólo Cataratas: trilha da escola parque; trilha canafístula; e uma visita noturna às cataratas.

Figura 7

Base de pesquisa Peter Crawshaw Jr.



Figura 8

Entrevistas com atores-chave



Acervo do autor

5 – Parque Nacional do Itatiaia

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Itatiaia	127.432	I	Sudeste	Mata Atlântica	RJ/MG

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Itatiaia	29	2	31

As atividades no Parque Nacional do Itatiaia foram realizadas entre os dias 14 e 18 de abril de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito por via aérea até o Rio de Janeiro e depois deslocamento em carro alugado até a Casa do Pesquisador, localizada na parte

baixa do Parque, próximo à sede administrativa e que conta com um alojamento com dezenas de leitos para apoio aos pesquisadores.

Este Parque conta com ampla infraestrutura funcional e de apoio a visitação, incluindo centro de visitantes, restaurantes, rodovias internas, trilhas curtas e de longo curso, mirantes, entre outros.

O contexto de visitação deste Parque envolve dois principais acessos, e também perfis de visitantes distintos. O acesso pela parte baixa conta com um Centro de Visitantes, restaurantes, hospedagens, e acesso a atrativos de menor dificuldade e trilhas mais curtas. E o acesso pela parte alta, que conta com áreas de acampamento, abrigo de montanha e acesso aos atrativos de maior grau de dificuldade e vias de escalada com o uso de equipamento para técnicas verticais.

Buscando amostrar os diferentes públicos e perfis, parte das entrevistas foram realizadas na parte baixa, principalmente na área do estacionamento das cachoeiras da maromba, e as demais foram realizadas na parte alta, próximo a área de acampamento do abrigo Rebouças. As entrevistas na parte baixa foram realizadas tanto pela manhã como pela tarde e as entrevistas da parte alta foram realizadas no final da tarde. Para realização das pesquisas na parte alta, o pernoite foi na Casa de Pedra, que também é uma edificação disponibilizada para apoio a pesquisadores. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa e outra por videoconferência, e incluiu o coordenador da agenda de uso público e uma analista da agenda de pesquisa com experiência prévia na agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns atrativos do Parque, quais sejam: trilhas do complexo da maromba e trilha para o pico das agulhas negras.

Figura 9

Casa do Pesquisador



Acervo do autor

Figura 10

Local de entrevistas no Abrigo Rebouças



Acervo do autor

6 – Parque Nacional da Tijuca

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Tijuca	2.953.932	AI	Sudeste	Mata Atlântica	RJ

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Tijuca	31	3	34

As atividades no Parque Nacional da Tijuca foram realizadas entre os dias 18 e 21 de abril de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito em carro alugado desde o P.N. do

Itatiaia até a sede administrativa do setor floresta, localizado no Alto da Boa Vista e que conta com um alojamento com leitos para apoio aos pesquisadores.

Este Parque também conta com ampla infraestrutura funcional e de apoio a visitação, com mais de um centro de visitantes, restaurantes, rodovias internas, mirantes, trilhas curtas e de longo curso, entre outros.

O contexto de visitação neste Parque é muito diverso. Envolve desde os moradores da cidade do Rio de Janeiro, que são visitantes do parque para suas atividades de esporte e lazer diárias, visitantes que buscam os atrativos naturais do parque, como cachoeiras, trilhas e atividades de aventura, e também os visitantes que buscam os atrativos artificiais e icônicos que estão inseridos no parque, como o Cristo Redentor e o Parque Lage.

Também buscando amostrar os diferentes públicos e perfis, as entrevistas foram realizadas em diferentes horários e locais, sendo eles: na lanchonete próxima ao Cristo Redentor; na lanchonete próxima ao Centro de Visitantes das Paineiras; nos jardins do Parque Lage, próximo a saída da trilha para Paineiras; e no Centro de Visitantes do Alto da Boa Vista. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa e a outra por videoconferência, incluindo membros da equipe da agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns atrativos do Parque, quais sejam: Centro de Visitante das Paineiras; Parque Lage; Mirante da vista chinesa; Centro de Visitante do Alto da Boa Vista; e cascatinha Taunay.

Figura 11

Acesso ao Parque Nacional da Tijuca



Acervo do autor

Figura 12

Início da trilha de acesso ao Corcovado pelo Parque Lage



Acervo do autor

7 – Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Serra dos Órgãos	196.230	I	Sudeste	Mata Atlântica	RJ

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Serra dos Órgãos	32	5	37

As atividades no Parque Nacional da Serra dos Órgãos foram realizadas entre os dias 21 e 24 de abril de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito em carro alugado

desde o P.N. da Tijuca até a Casa do Pesquisador do Parque, que conta com um alojamento para apoio aos pesquisadores próximo à sede administrativa em Teresópolis.

Este Parque também conta com ampla infraestrutura funcional e de apoio a visitação, com centro de visitantes, rodovias internas, mirantes, trilhas curtas e de longo curso, áreas de acampamento, abrigos de montanha, entre outros.

O contexto de visitação deste Parque é diverso, contando com os acessos de Teresópolis, Petrópolis e Guapi-Mirim. A maior parte da visitação está concentrada no acesso de Teresópolis e, majoritariamente, com dois perfis de visitantes, os que buscam os atrativos de mais fácil acesso da parte baixa, e os que buscam as trilhas e vias de escalada da parte alta.

Também buscando amostrar os diferentes públicos e perfis, as entrevistas foram realizadas pela manhã na parte baixa, próximo ao Centro de Visitantes e pela tarde na parte alta, próximo a saída das trilhas de acesso à parte alta, que também é a saída para os visitantes que fazem a travessia de Petrópolis a Teresópolis. As entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, incluindo o coordenador da agenda de uso público, membros da equipe da agenda de uso público e da agenda de pesquisa, com experiência prévia na agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar alguns atrativos do Parque, quais sejam: Centro de Visitantes; circuito de trilhas da parte baixa; e trilha para o mirante do inferno.

Figura 13

Casa do Pesquisador



Acervo do autor

Figura 14

Entrevista com atores-chave



Acervo do autor

8 – Parque Nacional da Serra do Cipó

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Serra do Cipó	85.330	E	Sudeste	Cerrado	MG

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Serra do Cipó	33	3	36

As atividades no Parque Nacional da Serra do Cipó foram realizadas entre os dias 29 de abril e 01 de maio de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito por via aérea até Belo Horizonte e depois em carro alugado até a sede administrativa do Parque, que conta com um alojamento para apoio aos pesquisadores.

Este Parque conta com alguma infraestrutura funcional e de apoio a visitação, incluindo um receptivo com uma guarita para controle do fluxo de visitantes e banheiros, e trilhas curtas e trilhas de longo curso.

O contexto de visitação deste Parque envolve os acessos principais pela Portaria Areias e Base do Alto Palácio. A maioria dos visitantes utiliza o acesso da Portaria Areias, onde fica a sede administrativa. As entrevistas foram realizadas no final da tarde próximo ao estacionamento da Portaria Areias. Já as entrevistas com os gestores foram realizadas na sede administrativa, incluindo a chefe do parque, um membro da equipe de uso público e um membro da equipe de proteção com experiência prévia na agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar os alguns atrativos do Parque, no circuito de trilhas da Portaria Areias.

Figura 15

Acesso da Portaria Areias



Acervo do autor

Figura 16

Alojamento de apoio aos pesquisadores



Acervo do autor

9 – Parque Nacional de Brasília

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Brasília	251.521	I	Centro-Oeste	Cerrado	DF

Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas
Brasília	33	2	35

As atividades no Parque Nacional de Brasília foram realizadas entre os dias 16 e 18 junho de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito carro próprio desde Alto Paraíso de

Goiás/GO e hospedagem em hotel em Brasília, pois não havia alojamento disponível no Parque.

Este Parque conta com alguma infraestrutura funcional e de apoio a visitação, incluindo uma guarita para controle de acesso de carros e guaritas de acesso às piscinas, banheiros, posto médico, trilhas e um Centro de Visitantes.

O contexto da visitação é massivamente concentrado nas piscinas de água corrente, que atraem visitantes majoritariamente da cidade de Brasília para atividades de esporte e lazer diárias. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas ao final da manhã ou ao final da tarde no entorno das piscinas naturais do Parque. As entrevistas com gestores foram realizadas na sede administrativa e por videoconferência, e incluíram a chefe do Parque e a coordenadora da agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, foi possível visitar as piscinas naturais, que são o principal atrativo do Parque.

Figura 17

Local de entrevistas nas piscinas naturais do Parque



Acervo do autor

Figura 18

Entrevistas com atores-chave



Acervo do autor

10 – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Nome do Parque	Visitas – ano 2019	IAT	Região	Bioma	Estado
Chapada dos Veadeiros	79.347	E	Centro-Oeste	Cerrado	GO
Parque Nacional	Entrevistas com Visitantes	Entrevistas com Gestores	Total de Entrevistas		
Chapada dos Veadeiros	56	3	59		

As atividades no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foram realizadas entre 16 e 17 e 22 e 23 de julho de 2022. O deslocamento até o Parque foi feito carro próprio até o Centro de Visitantes do Parque, na vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás/GO.

O Parque conta com alguma infraestrutura funcional e de apoio a visitação, incluindo um Centro de Visitantes com banheiros e lanchonete, trilhas curtas e de longo curso e áreas de acampamento.

O contexto da visitação é concentrado na sede de São Jorge, sendo que todas as trilhas desse núcleo saem e retornam ao Centro de Visitantes. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas à tarde, próximas a lanchonete no Centro de Visitantes. As entrevistas com gestores foram realizadas na sede administrativa, incluindo o chefe do Parque, o coordenador da agenda de uso público e a coordenadora da agenda de pesquisa com experiência prévia na agenda de uso público.

Complementarmente à realização das entrevistas, o pesquisador possui ampla experiência de visitação neste Parque, que é próximo a sua residência.

Figura 19

Entrevistas com atores-chave



Acervo do autor

Figura 20

Entrevistas com atores-chave



Acervo do autor

**APÊNDICE D – ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO:
A contribuição dos *grupos de amigos* nas parcerias para o ecoturismo em áreas
protegidas**

**A contribuição dos *grupos de amigos* nas parcerias para o ecoturismo em áreas
protegidas**

***The contribution of friends groups in partnerships for ecotourism in protected
areas***

Julio Cesar Spindola Itacaramby, André de Almeida Cunha, José Luiz de Andrade
Franco

RESUMO: O presente estudo é uma reflexão sobre as potenciais relações dos *grupos de amigos* com os princípios do ecoturismo relacionadas à uma ética ambiental ecocêntrica, e a melhoria da governança em áreas protegidas. A pesquisa foi baseada em estudos sobre ecoturismo, ética ambiental, a atuação de *grupos de amigos* em outros países e um levantamento sobre os *grupos de amigos* existentes no Brasil. As origens do ecoturismo estão relacionadas com uma busca de conciliar a demanda pelo turismo em áreas naturais com princípios filosóficos e éticos da conservação da natureza. Dentre os diversos princípios propostos, há um consenso para que a prática do ecoturismo traga um estímulo à consciência ambiental e uma contribuição direta para a conservação da natureza. Uma reflexão sobre esses princípios no âmbito da ética ambiental, pode nos trazer um entendimento de que se tratam de princípios mais alinhados ao campo ecocêntrico do espectro da ética ambiental. O presente artigo traz alguns casos e reflexões sobre a atuação dos *grupos de amigos* em outros países e os principais exemplos nacionais. A partir do referencial teórico e destas reflexões, conclui-se que há um grande potencial dos *grupos de amigos* contribuírem para reforçar o estímulo da consciência ambiental e para trazer contribuições diretas para conservação da natureza. Destaca-se também o potencial para contribuírem com a melhoria da governança das áreas protegidas. Ademais, a modalidade dos *grupos de amigos*, já consolidada em diversos países, e ainda incipiente no Brasil, apresenta um promissor potencial de contribuição à gestão e conservação de áreas protegidas nacionais a partir de uma premissa mais ecocêntrica, a qual poderia ser fomentada e devidamente investigada por estudos futuros.

PALAVRAS CHAVE: Ecoturismo; Ética ambiental; Ecocentrismo; Parcerias; Áreas protegidas.

ABSTRACT: The present study is a reflection on the potential relationships of *friends groups* with the principles of ecotourism related to an ecocentric environmental ethics, and the improvement of governance in protected areas. The research was based on studies on ecotourism, environmental ethics, the performance of *friends groups* in other countries and a survey of existing friends groups in Brazil. The origins of ecotourism are related to a quest to reconcile the demand for tourism in natural areas with philosophical and ethical principles of nature conservation. Among the various proposed principles, there is a consensus that the practice of ecotourism should stimulate environmental awareness and make a direct contribution to nature conservation. A reflection on these

principles within the scope of environmental ethics can bring us an understanding that they are principles more aligned with the ecocentric field of the spectrum of environmental ethics. This article brings some cases and reflections on the performance of *friends groups* in other countries and the main national examples. From the theoretical framework and these reflections, it is concluded that there is great potential for *friends groups* to contribute to reinforcing the stimulation of environmental awareness and to bring direct contributions to nature conservation. Also noteworthy is their potential to contribute to improving the governance of protected areas. In addition, the *friends groups* modality, already consolidated in several countries, and still incipient in Brazil, presents a promising potential for contributing to the management and conservation of national protected areas from a more ecocentric premise, which could be promoted and duly investigated by future studies.

KEYWORDS: Ecotourism; Environmental ethics; Ecocentrism; Partnerships; Protected areas.

Introdução

A demanda pelo turismo em áreas naturais e, especialmente, em áreas protegidas tem crescido significativamente nas últimas décadas (BALMFORD et al., 2009; ICMBIO, 2020). No entanto, a efetividade da gestão da visitação dessas áreas não seguiu a mesma tendência de crescimento. Os recursos humanos e financeiros disponíveis para a gestão de áreas protegidas com visitação tem se mostrado inversamente proporcional ao aumento do fluxo de visitantes (APPLETON et al., 2022; BALMFORD et al., 2015; EAGLES, 2014; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

As áreas protegidas são um dos instrumentos mais importantes para combater a crise global da biodiversidade (WATSON et al., 2014) e a sua gestão efetiva pode garantir os resultados esperados, justificando assim a sua criação e implementação. Ou seja, o sucesso da conservação baseada em áreas protegidas, no longo prazo, depende não só de atingir as metas globais de quantidade de área definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), mas de uma melhoria na qualidade de sua gestão, para atender aos objetivos de conservação da biodiversidade (MAXWELL et al., 2020).

A visitação é uma das principais formas de interação do ser humano com as áreas protegidas e também um grande desafio para a gestão dessas áreas, que objetivam, prioritariamente, a conservação da natureza (EAGLES; MCCOOL, 2002). Portanto, os impactos devem ser monitorados e manejados, visando minimizar os danos e maximizar os benefícios. Recursos suficientes devem ser direcionados para o planejamento das atividades de visitação, com o intuito de promover uma experiência de qualidade, particularmente do ponto de vista educativo e da proteção dos recursos naturais (LEUNG et al., 2018).

No Brasil, foram registrados mais de 15 milhões de visitas em Unidades de Conservação (UC) federais em 2019. Trata-se de um recorde histórico, que representa um aumento de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior, sendo que 14% desse total corresponde a uma melhora no monitoramento da visitação e 6,4% a um aumento real da visitação (ICMBIO, 2020).

Portanto, incorporar a demanda crescente por visitação nas áreas protegidas traz consigo a necessidade de atribuir uma atenção especial à gestão da visitação, para potencializar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos (ANDRADE; SOUZA; CUNHA, 2020; EAGLES; MCCOOL, 2002; LEUNG et al., 2018; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

Uma gestão efetiva depende de diversos fatores e também de parcerias estratégicas para apoiar os órgãos gestores a alcançarem os objetivos das UCs. Atualmente, o modelo de parceria mais difundido internacionalmente é por meio da iniciativa privada com fins lucrativos (EAGLES et al., 2013). Porém, existem também outros modelos de parcerias bem sucedidos, com organizações sem fins lucrativos, que podem apoiar as áreas protegidas na melhoria de sua governança e na qualificação dos seus visitantes (EAGLES et al., 2013; LEUNG et al., 2018).

Com base nesse contexto, o objetivo do presente estudo é trazer uma reflexão sobre as potenciais relações dos *grupos de amigos* (GA) com os princípios do ecoturismo mais alinhados com uma ética ambiental ecocêntrica, e a melhoria da governança em áreas protegidas. A reflexão trazida foi baseada em uma pesquisa sobre ecoturismo, ética ambiental, a atuação de GA em outros países e um breve levantamento sobre os GA existentes no Brasil.

A pesquisa que embasou essa reflexão foi realizada a partir de referências teóricas acerca da construção dos princípios do ecoturismo e as respectivas correntes de pensamento que sustentam a base filosófica e ética desses princípios. O levantamento de casos dos GA exemplificados tem como base estudos que relacionam os GA com a gestão de áreas protegidas na América do Norte e informações públicas divulgadas pelos GA em seus canais de comunicação. O levantamento também teve como base a experiência pessoal dos autores, principalmente nos casos nacionais, uma vez que a cultura de GA no Brasil ainda é incipiente e não há estudos ou publicações disponíveis sobre a atuação dos GA no país.

A seguir são apresentadas as referências teóricas sobre ecoturismo e a ética ambiental que embasam a reflexão proposta para as relações dos GA no âmbito das parcerias em áreas protegidas.

Ecoturismo: princípios e filosofia

A definição de ecoturismo é redigida e interpretada de forma subjetiva pelos seus múltiplos atores (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; HONEY, 2001). Alguns, mais atrelados às bases filosóficas do movimento, entendem o ecoturismo como uma filosofia, um subconjunto de experiências e processos turísticos baseados na natureza, que venham a atender uma série de princípios orientadores. Mas, outros atores, entendem o ecoturismo como sinônimo de turismo na natureza. Ou seja, como um produto ou uma estratégia de marketing para o mercado turístico, em que as atividades são realizadas em ambientes naturais (HONEY, 2001; WEARING; NEIL, 2001).

O ecoturismo tem sido objeto de diversas definições e narrativas históricas distintas. Todavia, a maior parte das referências convergem para uma forma de turismo pensada como uma alternativa ao turismo de massa, que emergiu ao longo do século XX e passou a apresentar nítidos problemas e impactos indesejados a partir da década de 1950 (HONEY, 2001; PIRES, 2002).

Numa fase inicial, a busca por uma antítese ao turismo massificado se traduziu no conceito de turismo alternativo, que buscava se diferenciar a partir da operação realizada em menor escala e em destinos alternativos. Como ainda havia outras divergências ideológicas em relação ao turismo de massa, ao longo do debate, surgiram novas contribuições tipológicas, sendo que *ecoturismo* foi o termo que se tornou mais fluente e popular para o turismo alternativo em ambientes naturais (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2016).

Embora grande parte das publicações indiquem que o termo ecoturismo foi cunhado por Héctor Ceballos-Lascuráin, em 1983, para definir viagens para áreas naturais conservadas com o objetivo de contemplar a natureza e os elementos culturais ali presentes, há referências que indicam que o termo e suas respectivas definições podem ter surgido duas décadas antes (FENNELL, 2002).

A *The International Ecotourism Society* (TIES), considerada a primeira organização global sobre o tema, definiu, em 1990, o ecoturismo de forma breve e sucinta como: “viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local” (HONEY, 2001, pg. 6, tradução nossa).

Já o pesquisador canadense e atual editor chefe da revista *Journal of Ecotourism*, David A. Fennell, definiu o ecoturismo como uma forma especializada de turismo, distinta das demais formas de turismo de natureza, que:

“é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência baseada na natureza e o aprendizado sobre ela; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado

(controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas (FENNELL, 2002, pg. 52)”.

Após mais de 30 anos de sua popularização mundial, o ecoturismo já coleciona mais de 85 conceitos diferentes para o termo (FENNELL, 2010). Por um lado, é compreensível por se tratar de algo complexo e muito heterogêneo, mas, por outro, ainda há muita confusão sobre o seu real significado. Logo, isso dificulta o seu emprego em muitas ocasiões, principalmente quando aplicado à realidade da gestão de áreas protegidas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

Nesse contexto, também há margem para apropriações equivocadas do termo por alguns atores do setor turístico, para promover práticas com pouca ou nenhuma relação com suas origens e bases filosóficas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006). Portanto, a indefinição do que seja o ecoturismo acaba por contribuir negativamente para a falta de uso adequado, padronização e consenso sobre os conceitos e conjunto de princípios que orientam suas práticas (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

No âmbito acadêmico, o ecoturismo ainda é uma área do conhecimento com relativamente pouca pesquisa (FENNELL, 2002), principalmente no âmbito brasileiro (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; SINGH; SIBI; SHARMA, 2022). Os trabalhos publicados nos últimos 20 anos sobre ecoturismo, no Brasil, trazem, com frequência, uma abordagem mais ampla, sendo comum a utilização do termo *ecoturismo* como sinônimo de turismo de natureza (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018).

Portanto, será que existe mesmo uma linha divisória entre o ecoturismo e as demais formas de turismo baseado na natureza? Como veremos a seguir, não há uma linha exata, mas sim um conjunto de princípios que foram construídos para se aplicarem a qualquer atividade turística que se relacione com a natureza, e que, se atendidos, podem caracterizar o que é ecoturismo. Ou seja, o ecoturismo não se define necessariamente só por sua epistemologia ou escala de operação, mas sim, pela orientação ética de seu conjunto de princípios que devem ser aplicados para todas as suas atividades, processos e territórios relacionados (CUNHA; MAGRO-LINDENKAMP; MCCOOL, 2018; DONOHOE; NEEDHAM, 2006; LINDBERG; HAWKINS, 2005).

Os princípios do ecoturismo

As origens do conceito de ecoturismo estão diretamente relacionadas com um conjunto de princípios que o distinguem de outras formas de turismo. Assim como sua definição epistemológica, ao longo do tempo, diversos autores propuseram diferentes conjuntos de princípios, os quais foram sendo elaborados conforme o debate e as pesquisas avançaram (DONOHOE; NEEDHAM, 2006).

Um dos primeiros trabalhos a listar um conjunto de princípios foi publicado por Nicholas D. Hetzer, em 1965 (FENNELL, 2002). Nesta publicação, o termo ecoturismo foi utilizado para definir viagens nas quais os turistas tinham como principal atrativo a natureza. O autor listou quatro princípios que considerava orientadores para uma forma mais responsável de turismo: (1) impacto ambiental mínimo; (2) impacto mínimo e respeito máximo pelas culturas anfitriãs; (3) máximos benefícios econômicos para as comunidades de base do país anfitrião; e (4) satisfação "recreacional" máxima para os turistas participantes (HETZER *apud* FENNELL, 2002; HETZER *apud* HIGHAM, 2007).

Desde então, outros autores também contribuíram para a construção e consolidação desses princípios. Wallace e Pierce (1996) publicaram um artigo científico relevante, listando uma série de princípios que consideravam imprescindíveis para orientar práticas de ecoturismo que fossem “verdadeiras”: (1) minimização de impactos negativos ao meio ambiente e à população local; (2) aumento da consciência e compreensão dos visitantes sobre sistemas naturais e culturais e envolvimento subsequente; (3) contribuição para a conservação e gestão de áreas protegidas e outras áreas naturais; (4) maximização da participação da população local na gestão do turismo; (5) direcionamento de benefícios econômicos e outros tipos de benefícios às populações locais, que possam complementar suas práticas tradicionais; (6) oferecimento de oportunidades especiais para as

pessoas, que vivem nas localidades que são atrativas para os turistas, visitarem, aprenderem e desfrutarem as áreas naturais protegidas (WALLACE; PIERCE, 1996).

Honey, em seu livro *Ecotourism and Sustainable Development* (2001) sugeriu uma lista de princípios a serem seguidos para que uma experiência genuinamente ecoturística aconteça de fato: (1) envolver viagens para destinos naturais; (2) minimizar os impactos; (3) estimular a consciência ambiental; (4) proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação; (5) proporcionar benefícios financeiros e empoderamento para a população local; (6) respeitar a cultura local; e (7) apoiar os direitos humanos e os movimentos democráticos (HONEY, 2001).

David A. Fennell, em uma análise do conteúdo de 85 definições de ecoturismo, encontrou cinco variáveis mais frequentemente citadas: (1) áreas naturais; (2) conservação; (3) cultura; (4) benefícios para comunidades locais; e (5) educação (FENNELL, 2010).

Toda essa construção histórica de princípios corrobora a afirmação de que nem toda viagem para áreas naturais pode ser considerada ecoturismo. Ou seja, para além do debate sobre os princípios, há uma nítida intenção, desde os pensadores mais pioneiros, de distinguir o turismo baseado na natureza do ecoturismo (WEARING; NEIL, 2001). A relação da humanidade com os ambientes naturais remonta às bases éticas e filosóficas que fundamentam a reflexão sobre esses princípios. Aliás, para Wearing e Schweinsberg (2019, pg. 20, tradução nossa), “não é possível separar a atividade do Ecoturismo da filosofia do Ecoturismo.”

Também não é mera coincidência que o ecoturismo tenha surgido quando já havia um entendimento científico de que a conservação da natureza é essencial para o bem estar e para a sobrevivência humana, mas também de que a natureza possui valor intrínseco, está cada vez mais ameaçada, e que todas as espécies e a natureza como um todo têm o direito de existir, independentemente da sua utilidade para os humanos (FRANCO, 2015; NASH, 1989; WEARING; NEIL, 2001).

Essa reflexão mais ampla sobre a relação humanos-natureza compõe o campo da ética ambiental (NASH, 1989), que será brevemente exposta a seguir, com o objetivo de ilustrar os princípios que podem inspirar e orientar as relações de parceria entre grupos e/ou indivíduos representantes da sociedade civil e representantes do Estado, especialmente os gestores de áreas naturais protegidas.

A ética ambiental do ecoturismo

O estudo da ética ambiental pode ser analisada, a partir da perspectiva da Ética Ambiental Humanística, ou antropocêntrica, onde a humanidade é considerada o centro do universo e toda a natureza está à sua disposição, mas também da perspectiva da Ética Ambiental Naturalista, ou ecocêntrica, onde a espécie humana é compreendida como uma espécie em meio às demais espécies e sua relação com a natureza deve respeitar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e os processos que caracterizam a evolução biológica (ROLSTON, 1988).

O entendimento sobre a valoração dos elementos da natureza é uma questão balizadora para situar as diversas perspectivas no âmbito do panorama ético ambiental. A valoração da natureza, apenas de forma utilitária, está em um dos extremos do espectro, o antropocêntrico. Já a valoração da natureza a partir de seus valores intrínsecos, está situada no outro extremo deste espectro, o ecocêntrico (ROLSTON, 1988; WEARING; NEIL, 2001).

A valoração da natureza selvagem (*wilderness*), espaços com pouca ou nenhuma presença humana, por seus valores intrínsecos é relativamente recente em nossa história, estando associada ao florescimento do pensamento romântico, a partir do século XVIII (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021). A positivação do conceito de *wilderness*, nos Estados Unidos da América (EUA), foi realizada por pensadores como Henry David Thoreau e John Muir. Tratava-se de uma quebra de paradigma na percepção da *wilderness* como algo negativo, para um novo sentimento de que ela deveria ser admirada e respeitada por sua beleza e sublimidade, e também por

seu caráter transcendente. Thoreau e Muir representam a emergência de uma tradição na qual a natureza adquire valor intrínseco, para além dos valores de contemplação e lazer para os humanos. Esses dois pensadores estão fortemente associados ao movimento para a criação de áreas protegidas, a partir do século XIX, especialmente os parques nacionais (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Dando continuidade a essa tradição, Aldo Leopold consolida o ponto de vista ecocêntrico, ao defender que a humanidade respeite o mundo natural e o direito que os seres da natureza têm de “florescer”. Para ele, a humanidade deveria compreender que cada organismo individual está inter-relacionado com uma comunidade maior, inserido em ecossistemas com seus elementos bióticos e abióticos. A atribuição de um valor intrínseco aos seres e aos processos que preservam a integridade, conectividade, e beleza desses sistemas se constitui, desse modo, como um imperativo da ética ambiental de Leopold (FRANCO, 2015; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; WEARING; NEIL, 2001).

Por outro lado, o antropocentrismo, é o paradigma mais difundido na história da humanidade, onde a perspectiva, mais instrumental, é de que a natureza se configura basicamente como um conjunto de recursos disponíveis para o uso dos humanos. Esta visão utilitarista entende que as considerações econômicas devem estar em primeiro plano, independente das suas consequências e impactos sobre a natureza (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; WEARING; NEIL, 2001). Embora alguns autores entendam que algum tipo de motivação utilitária seja inevitável, ou quiçá até benéfica para a natureza, outros chamam a atenção para o fato de que seria a base filosófica do antropocentrismo o que impede o estabelecimento de soluções ecologicamente sustentáveis na relação humanidade-natureza. Eles defendem a necessidade de uma perspectiva ética mais ampla, uma perspectiva baseada no ecocentrismo (KOPNINA et al., 2018).

Ainda assim, para além dessa dicotomia, há autores que entendem que, dentro do espectro entre esses dois extremos, também há oportunidade para diferentes pontos de vista ainda pouco explorados. E o ecoturismo, por se tratar de um fenômeno complexo, não deveria ser limitado pelo escopo das ideologias de um extremo ou de outro (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019), mas sim incentivado em suas boas práticas. Ademais, desde o surgimento do paradigma da sustentabilidade, no qual há um entendimento de que os recursos naturais são limitados e de que deve haver preceitos éticos regulatórios para que o seu uso não esgote as possibilidades de uso pelas gerações futuras (MEADOWS; RANDERS; MEADOWS, 2004), o conceito ou preceito ético da sustentabilidade tem sido utilizado como um “termo mediador”, apesar de, por vezes, camaleônico. Configurando-se, como um posicionamento mais ao centro do espectro entre o ecocentrismo e o antropocentrismo (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019).

A partir de um entendimento que o ecoturismo está mais ao centro do espectro, pode-se vislumbrar que alguns dos seus princípios, como p.e., proporcionar benefícios às populações locais, teria um viés mais utilitarista e antropocêntrico. Por outro lado, com base no princípio de contribuir para a conservação, o ecoturismo traz também um viés mais ecocêntrico. Nesse sentido, Franco, M., Franco, J., e Cunha (2021), refletem que a prática do ecoturismo deve ser permeada por valores de uma ética ecocêntrica, a partir da utilização de ferramentas de interpretação e educação ambiental para valoração da natureza por seu valor intrínseco e da contribuição direta para conservação da natureza.

Dessa forma, para a reflexão proposta neste estudo, destacamos essas duas variáveis que são frequentemente citadas nos conjuntos de princípios e definições do ecoturismo: (i) a educação ambiental; e (ii) a contribuição para a conservação da natureza (FENNELL, 2010; HONEY, 2001; WALLACE; PIERCE, 1996).

A partir do destaque desses dois princípios do ecoturismo dentro arcabouço teórico e filosófico apresentado, tratamos, a seguir, da identificação desses princípios na atuação dos *grupos de amigos* em parcerias com áreas protegidas no âmbito internacional e um breve levantamento sobre a atuação desses *grupos de amigos* no Brasil.

Os grupos de amigos como modalidade de parceria em áreas protegidas

Atualmente, um tema frequente na gestão do turismo em áreas protegidas são as parcerias com a iniciativa privada. Principalmente em parques (nacionais, estaduais ou municipais), a prestação de serviços de apoio ao turismo tem sido incentivada por meio de diferentes arranjos com organizações com e/ou sem fins lucrativos (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019). Os estudos sobre as estratégias e análises de resultados dessas parcerias ainda são incipientes e inovadores (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019). No Brasil, um dos modelos pouco praticados no campo das parcerias são os chamados *Grupos de Amigos* (GA).

Os GA são organizações que proporcionam o envolvimento de visitantes na gestão das áreas protegidas (SPENCELEY; SNYMAN; EAGLES, 2017). As principais funções dos GA são o engajamento social, a educação ambiental, e a arrecadação de recursos (por meio de projetos socioambientais, prestações de serviços, comércio e doações) para apoiar os objetivos e a gestão das áreas protegidas (BAKER et al., 2010; EAGLES, 2009).

Cenário internacional dos grupos de amigos

O modelo dos GA já é bem estabelecido e consolidado em diversos países. No Reino Unido, o movimento de GA conta inclusive com uma “Federação Nacional de Parques e Espaços Verdes” (tradução livre), organização estabelecida em 2010 com o objetivo de representar e dar suporte para os mais de 6.000 GA locais, incluindo desde áreas mais remotas até parques urbanos (NATIONAL FEDERATION OF PARKS AND GREEN SPACES, 2023).

Na Austrália, os GA também são tão abundantes ao ponto de haver uma organização maior para representá-las. A “Amigos dos Parques” (tradução livre) se define como uma organização estabelecida para proteger e representar os interesses de diversos GA nos estados do Sul da Austrália, representando mais de 5.000 voluntários com a missão de apoiar a proteção da flora, fauna e patrimônio cultural dos parques daquela região (FRIENDS OF PARKS SOUTH AUSTRALIA, 2023).

Nos EUA, os GA também desempenham papel importante na conservação da natureza e já foram contabilizados mais de 150 GA, com a missão específica de colaborar com a proteção e gestão dos parques nacionais (BAKER et al., 2010). Merecem destaque a *Yosemite Conservancy*, fundada em 1923, sendo a primeira parceira oficial do *National Park Service*, e considerada o GA mais antigo do mundo. E a *Yellowstone Forever*, fundada em 1933, atualmente com mais de 35.000 membros associados e um histórico de arrecadação de mais de US\$ 100 milhões dedicados a mais de 325 projetos nas áreas de educação ambiental, pesquisa científica, restauração de ecossistemas, manutenção de trilhas, entre outros (YELLOWSTONE FOREVER, 2023; YOSEMITE CONSERVANCY, 2023). Segundo Baker et al. (2010), os GA nos EUA tiveram um reconhecimento inicial por sua importante contribuição financeira e técnica na gestão de áreas protegidas, mas agora também já são reconhecidos como atores-chave na construção do relacionamento dos órgãos gestores com as comunidades e cidadãos engajados em participar da gestão dos recursos naturais. Além disso, também são vistos como peças fundamentais nas interações entre órgãos gestores, comunidades locais e os visitantes.

No Canadá, os órgãos gestores de Parques também adotaram a modalidade e incentivaram a criação dos GA para apoiar a provisão de programas de educação, e, eventualmente, assumir um papel mais significativo na gestão, incluindo contratos de operação de atividades de turismo e recreação (EAGLES, 2009). No caso canadense, merecem destaque a *Friends of Ontario Parks* (2023), organização que representa 27 GA da província de *Ontario*, e a *Friends of Algonquin Park* (2023), primeiro GA estabelecido no Canadá, em 1983. A *Friends of Algonquin Park*, conta com mais de 2.000 membros, aloca mais de 70% dos seus recursos em educação e se define como uma organização

que “dedica seus recursos para promover programas educacionais e interpretativos para desenvolver atuais e futuros cuidadores” do parque (FRIENDS OF ALGONQUIN PARK, 2023).

Pelos exemplos de atuação dos GA na América do Norte, podemos perceber a presença de elementos dos princípios do ecoturismo relacionados à educação ambiental e à contribuição direta para a conservação da natureza das áreas protegidas destacados na seção anterior como mais relacionados à ética ecocêntrica. No Brasil, os exemplos de GA são mais escassos. A seguir apresentamos os principais casos de GA encontrados no país e suas respectivas relações com esses princípios.

Cenário nacional dos *grupos de amigos*

No Brasil, uma das diretrizes expressas (Art. 5º, inciso IV) do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é buscar:

“o apoio e cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000)”.

Ou seja, embora tenhamos poucos casos de GA proporcionalmente ao número de áreas protegidas, há uma determinação da política pública nacional para o fomento de parcerias com organizações com as características dos GA.

Um dos GA mais antigos do Brasil é a Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB), no Rio de Janeiro. Embora não seja uma unidade de conservação, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) é considerado uma área protegida (BRASIL, 2003). A associação, fundada em 1986, hoje conta com mais de 2 mil associados ativos e tem como missão “contribuir para a preservação, ampliação e desenvolvimento do JBRJ, através da interação com a sociedade e da mobilização de seus associados” (AAJB, 2022). De acordo com seu relatório anual de diretoria sobre o ano de 2021, suas principais atividades foram a realização de capacitações que promovem a educação ambiental, execução de projetos em prol do JBRJ e o programa de benefícios para os associados. As principais fontes de receita da AAJB foram as contribuições das anuidades dos associados, captação por projetos, cursos e a operação de uma loja. As receitas totais da AAJB em 2021 foram de quase um (1) milhão de reais, e após a dedução das despesas anuais, que incluíram a execução de diversos projetos e uma aplicação direta de aproximadamente 200 mil reais no JBRJ, o superávit anual foi de mais de 150 mil reais (AAJB, 2022).

Outro GA brasileiro da década de 1980 é a Associação dos Frequentadores e Amigos da Água Mineral (AFAM), em Brasília. O Parque Nacional de Brasília (PNB) é conhecido como “Água Mineral”, em razão das piscinas de água corrente localizadas em seu interior. Fundada em 1989, a AFAM conta com cerca de 500 membros e compõe, atualmente, o Conselho Consultivo do PNB. Atualmente, não existem informações públicas de fácil acesso (e.g. *website* e/ou redes sociais) sobre a AFAM. Entretanto, há um mural com informações de suas atividades em uma das portarias do PNB. Nesse mural é possível se informar sobre o programa de benefícios para associados, que envolve horários diferenciados de acesso ao PNB, e ver o calendário de atividades da associação. Além disso, a AFAM é reconhecida pela atuação na representação dos interesses dos visitantes junto aos órgãos gestores (BRASIL, 2014; ITACARAMBY, obs. pessoal; TV UNIÃO BRASÍLIA, 2022).

Um dos casos de GA relevantes no cenário nacional foi da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Tijuca (AAPNT). Fundada em 1999, foi extinta em 2019, por uma decisão de dissolução da Assembleia Geral. Durante seus vinte anos de atuação, integrou o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, contribuiu para implementar um programa de voluntariado, realizou diversas capacitações sobre educação ambiental, elaborou publicações como guias de bolso e guias de aves, e foi responsável por diversos projetos socioambientais e de conservação e aprimoramento do

patrimônio físico, natural e cultural do parque (AAPNT, 2022; BRASIL, 2002). O relatório financeiro publicado pela diretoria, referente ao exercício financeiro de 2018, indicou que suas receitas chegaram a superar um (1) milhão de reais, sendo que o superávit daquele ano foi acima de 50 mil reais, e totalizou um Patrimônio Líquido da Associação de mais de 100 mil reais, naquele que foi o ano anterior à sua dissolução (AAPNT, 2022).

Um dos exemplos nacionais de GA mais recentes é a Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (AVE). Foi fundada em 2018 por um grupo de amigos dispostos a contribuir para a conservação da sociogeobiodiversidade da região do parque. Atualmente conta com cerca de 140 associados e integra o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As principais realizações, ao longo de seus quatro anos, foram capacitações sobre educação ambiental, mutirões, campanhas, fomento ao turismo de observação de fauna e flora, apoio à pesquisa e conservação de espécies ameaçadas, execução de um projeto para apoio ao ordenamento e minimização dos impactos ambientais de um dos atrativos do parque e celebração de um acordo de cooperação com o órgão gestor. De acordo com seu último relatório financeiro, as principais fontes de receita foram cursos, doações e prestação de serviços, sendo o Patrimônio Líquido da Associação em 2021 de aproximadamente 10 mil reais (AVE, 2022; BRASIL, 2015).

Cabe ainda registrar o caso dos Amigos do Parque Estadual Intervalles (APEI), que ainda não se formalizaram como pessoa jurídica, mas já estão mobilizados desde 2019 e possuem *website* com informações públicas de seus objetivos e atividades, que incluem ações de educação ambiental, passeios guiados e de avistamento de aves (APEI, 2022). Assim como a APEI, também vale ressaltar que existem outros GA não formalizados e de menor porte no país, sendo muitos deles ligados também a parques urbanos.

Os cinco casos apresentados representam os GA mais conhecidos da experiência brasileira. Com exceção da AFAM, que não possui registros públicos de suas atividades de fácil acesso para averiguação do histórico de atuação com mais detalhes, os registros disponíveis dos demais casos de GA no Brasil indicam que também atendem aos princípios do ecoturismo relacionados à educação ambiental e à contribuição direta para a conservação da natureza das respectivas áreas protegidas que se dedicam. Além disso, a AFAM, AAPNT e AVE também demonstraram uma participação nos conselhos consultivos dos parques, realizando uma contribuição para governança participativa dessas áreas.

A partir da identificação dessas práticas relacionadas à educação ambiental e à contribuição direta para conservação na atuação dos GA no Brasil, discutiremos, a seguir, quais as potencialidades da presença do modelo de grupos de amigos no contexto das parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas no Brasil, conforme preconizado pelo próprio SNUC e com base nos princípios do ecoturismo e da ética ambiental.

Potencialidades da modalidade dos *grupos de amigos* no Brasil

Como vimos na introdução do presente artigo, o seu objetivo é trazer uma reflexão sobre as potenciais relações dos GA com os princípios do ecoturismo que identificamos ser mais alinhados com uma ética ambiental ecocêntrica: o estímulo a consciência ambiental por meio da educação e sensibilização ambiental; e a contribuição direta para a conservação da natureza, por meio de doações e a execução de projetos socioambientais em prol das áreas protegidas. Além disso, essa reflexão se estende as potenciais melhorias da governança em áreas protegidas a partir da atuação dos GA.

Em relação ao princípio do estímulo à consciência ambiental, estudos realizados na América do Norte apontam que os GA têm significativa influência na entrega de programas ambientais (BAKER et al., 2010; EAGLES et al., 2013). É válido acrescentar que as atividades educacionais sobre questões ambientais, dentro e no entorno de áreas protegidas, envolvendo visitantes e residentes, podem aumentar seu apoio à conservação (BEAUMONT, 2010; LEUNG et al., 2018). As atividades de educação ambiental realizadas em parceria com órgãos gestores também podem

contribuir para que os visitantes tenham uma experiência de qualidade e um cuidado maior com os recursos naturais locais (LEUNG et al., 2018). E o envolvimento dos visitantes em atividades de recreação na natureza podem aumentar a conscientização e a atuação em soluções em prol da conservação (HILL; CABLE; SCOTT, 2010; LEUNG et al., 2018). Os GA podem trazer contribuições significativas também para educação e capacitação de funcionários, moradores do entorno e outras categorias de usuários das áreas protegidas.

No que tange ao princípio da contribuição direta para a conservação, os visitantes de áreas protegidas são um grupo de atores com potencial para se tornarem doadores para a conservação dessas (LEUNG et al., 2018). E, para facilitar esse potencial, é fundamental que hajam projetos para uma causa ou um objetivo específico, em que os visitantes possam se identificar e, eventualmente, acompanhar o impacto de sua contribuição (BAKER et al., 2010; LEUNG et al., 2018). Os casos de GA nacionais e internacionais citados demonstraram um potencial para desempenhar o papel de facilitador na captação de doações e recursos para projetos direcionados para a conservação. Vale ressaltar que, mesmo estruturados como organizações sem fins lucrativos, os GA se mostraram financeiramente viáveis, ao cumprir seus objetivos de apoiar e ser parceiros de suas respectivas áreas protegidas e ao mesmo tempo apresentarem superávit no balanço financeiro anual. Isso nos permite supor que os GA têm potencial para serem também, economicamente viáveis.

Sobre o aspecto da governança, embora o tema não tenha sido abordado nos tópicos anteriores, os estudos realizados para essa pesquisa indicaram que a participação ampla na governança das áreas protegidas por parte dos diversos atores envolvidos em sua gestão é um fator-chave para a efetividade e sucesso de alcance de seus objetivos (EAGLES et al., 2013; MORO et al., 2022). A partir do estudo de modelos de parcerias em parques no Canadá, Eagles et al. (2013) entenderam que os parques que detêm parcerias com organizações sem fins lucrativos tiveram uma melhor avaliação de governança. Além disso, constataram que proporcionar um envolvimento direto dos visitantes na gestão dos parques, por meio do envolvimento com os GA, proporciona uma percepção mais positiva de governança aos usuários. Os exemplos de GA citados registraram envolvimento com a governança de suas áreas, sendo que no caso nacional, os GA participam dos respectivos conselhos consultivos de seus parques, representando, inclusive, o setor de usuários de parques.

O estímulo à consciência ambiental e a contribuição direta para a conservação da natureza são princípios do ecoturismo que destacam a atribuição de um valor intrínseco à natureza (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021). E o atendimento aos princípios do ecoturismo mencionados pode proporcionar aos visitantes, e aos diferentes usuários, a oportunidade de conhecer, admirar e aprender sobre os espaços naturais e, sobretudo, alavancar impactos positivos para as espécies e ecossistemas, tendo como referência, a natureza selvagem - *wilderness* (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Rolston (1988) argumenta sobre a importância para a humanidade de uma maior imersão na natureza, para que haja uma expansão na consciência, que se expresse em uma ética ambiental ampliada, ecocêntrica. A condição da maior parte da população mundial viver, cada vez mais, em cidades, dominadas por ambientes artificiais, carecendo de oportunidades de contato com a natureza, reforça o papel do ecoturismo na busca da reconciliação dos humanos com o mundo natural (CUNHA et al., 2022; FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

Desse modo, esses princípios do ecoturismo se inserem em uma corrente de pensamento que entende que a conservação da natureza depende de uma ética predominantemente ecocêntrica. Essa característica é ainda mais destacada na temática de gestão das áreas protegidas, considerando que o propósito essencial dessas áreas é a efetiva conservação da biodiversidade (KOPNINA et al., 2018). Ainda assim, essa perspectiva se mostra distante da prática majoritária do que é tratado como ecoturismo. Por isso, se torna cada vez mais importante avaliar criticamente as práticas que fazem uso das parcerias em áreas protegidas para os fins puramente utilitários de geração de renda e/ou desenvolvimento econômico (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; SOULÉ, 2013;

WEARING; NEIL, 2001). Existe, portanto, uma urgência em refletir sobre os parâmetros para o estabelecimento de parcerias para a gestão das atividades de lazer e turismo em áreas protegidas, sobretudo em países em desenvolvimento (FENNEL, 2002).

As áreas protegidas, quando bem geridas, tem grande potencial do ponto de vista econômico. No entanto, os órgãos gestores dessas áreas devem levar em conta fatores que não se restringem apenas aos seus valores econômicos e recreativos (LINDBERG; HAWKINS, 2005). O objetivo principal das áreas protegidas é a proteção do patrimônio natural, entendido atualmente sobretudo como conservação da biodiversidade (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021).

A ocorrência dos GA no Brasil pode ser considerada extremamente baixa, se pensarmos no total de 2659 unidades de conservação registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), e particularmente das 520 da categoria *parque* (CNUC, 2022). Os apontamentos desse estudo destacam os GA como uma perspectiva inovadora e complementar ao cenário de parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas. Isso se estende à potenciais oportunidades para parcerias com organizações sem fins lucrativos no cenário nacional. A ampliação dos tipos de parcerias, como os GA, é positiva, particularmente no atendimento dos princípios do ecoturismo baseados em premissas ecocêntricas, no ganho da melhoria da governança, e também pela viabilidade econômica demonstrada pelos casos apresentados.

Considerações finais

A comunidade científica tem uma importante função em questionar o pensamento dominante sobre as relações da humanidade com a natureza, como é no caso específico do ecoturismo e das parcerias para a gestão de áreas protegidas (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019). No cerne dos debates sobre a gestão do ecoturismo estão as questões de como lidar com os recursos naturais. O ecocentrismo e outras filosofias ambientais trouxeram, ao longo do tempo, diferentes interpretações de como utilizar de forma mais equilibrada os recursos naturais (WEARING; SCHWEINSBERG, 2019). Trata-se, portanto, de fortalecer a percepção de que as áreas protegidas devem ser criadas, sobretudo, para preservar a natureza selvagem, em razão de seus valores intrínsecos, e não apenas para mantê-las a serviço da humanidade e/ou a mercê de seus interesses econômicos (FRANCO, M.; FRANCO, J.; CUNHA, 2021; HONEY, 2001; WEARING; NEIL, 2001), mesmo que vestidos de “ecoturismo”, no sentido amplo.

Segundo Eagles:

“a operação de serviços de recreação e turismo realizada por uma organização não governamental no âmbito de parques e áreas protegidas é uma alternativa direta para a operação de serviços de recreação e turismo realizada por uma corporação com fins lucrativos (EAGLES, 2009, p. 240)”.

Ou seja, há referências que indicam ser estratégico identificar e estimular a complementariedade e importância relativa de cada modalidade de parceria para a gestão das áreas protegidas.

O presente estudo reforça a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre as alternativas, complementariedades e novas perspectivas para o cenário nacional de parcerias para o turismo e lazer em áreas protegidas. A construção do conjunto de princípios do ecoturismo é calçada por diretrizes éticas que norteiam o turismo e lazer nessas áreas onde o objetivo principal é a conservação da natureza selvagem, da *wilderness*. É possível perceber indícios de práticas relacionadas aos princípios do ecoturismo mais ecocêntricos pelos GA, portanto, alinhados ao objetivo central das áreas protegidas. A modalidade dos GA, já consolidada em diversos países, e ainda incipiente no Brasil, apresenta um promissor potencial de contribuição à gestão e conservação de áreas protegidas nacionais a partir de uma premissa mais ecocêntrica, a qual deve ser fomentada e investigada em profundidade por estudos futuros.

Referências

AAJB – Associação de Amigos do Jardim Botânico. *Relatório da Diretoria: gestão 2021*. Disponível em: <https://www.amigosjb.org.br/financeiro/> Acesso em: 8 out. 2022.

AAPNT – Associação de Amigos do Parque Nacional da Tijuca. Disponível em: <https://www.facebook.com/amigosdoparque.org/> Acesso em: 8 out. 2022.

ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. do V. S. B.; CUNHA, A. de A. A Estruturação do Rol de Oportunidades de Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 13, n. 2, p. 365–392, 2020.

APEI – Amigos do Parque Estadual Intervalles. Disponível em: <https://aapeintervals.wixsite.com/amigospeintervals> Acesso em: 8 out. 2022.

APPLETON, M. R. et al. Protected area personnel and ranger numbers are insufficient to deliver global expectations. *Nature Sustainability*, 2022.

AVE – Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Disponível em: <https://www.ave.org.br> Acesso em: 8 out. 2022.

BAKER, M. L. et al. An Exploratory Investigation of the Roles Friends Groups Play in National Park Management. *Journal of Outdoor Recreation, Education, and Leadership*, v. 2, n. 3, 2010.

BALMFORD, A. et al. A global perspective on trends in nature-based tourism. *PLoS Biology*, v. 7, n. 6, p. 1–6, 2009.

BALMFORD, A. et al. Walk on the Wild Side: Estimating the Global Magnitude of Visits to Protected Areas. *PLoS Biology*, v. 13, n. 2, p. 1–6, 2015.

BEAUMONT, N. Ecotourism and the conservation ethic: Recruiting the uninitiated or preaching to the converted? *Journal of Sustainable Tourism*, v. 9, n. 4, p. 317–341, 2010

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1o, incisos, I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília 19 Jul. 2000.

BRASIL. Portaria n. 98, de 6 de agosto de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília 07 Ago. 2002.

BRASIL. Resolução CONAMA n. 339, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento de jardins botânicos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília 03 Nov. 2003.

BRASIL. Portaria n. 106, de 9 de outubro de 2014. Renova a Portaria e modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Brasília, no Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília 10 Out. 2014.

BRASIL. Portaria n. 8, de 7 de outubro de 2015. Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás. *Diário Oficial da União*, Brasília 8 Out. 2015.

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1> Acesso em: 10 out. 2022

CUNHA, A. de A.; MAGRO-LINDENKAMP, T. C.; MCCOOL, S. F. (ed.). *Tourism and Protected Areas in Brazil: challenges and perspectives*. New York: Nova Science, 2018.

CUNHA, A. de A. et al. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. *Sociedade & Natureza*, v. 34, 2022

DENNIS, S.; ZUBE, E. H. Voluntary association membership of outdoor recreationists: An exploratory study. *Leisure Sciences*, v. 10, n. 4, p. 229–245, 1988

DONOHUE, H. M.; NEEDHAM, R. D. Ecotourism: The evolving contemporary definition. *Journal of Ecotourism*, v. 5, n. 3, p. 192–210, 2006

EAGLES, P. F. J. Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 17, n. 2, p. 231–248, 2009.

EAGLES, P. F. J. et al. Good governance in protected areas: An evaluation of stakeholders' perceptions in British Columbia and Ontario Provincial Parks. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 1, p. 60–79, 2013.

EAGLES, P. F. J. Fiscal implications of moving to tourism finance for parks: Ontario Provincial Parks. *Managing Leisure*, v. 19, n. 1, p. 1–17, 2014.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F. *Tourism in National Parks and Protected Areas: planning and management*. [s.l.] CABI, 2002.

FENNELL, D. A. *Ecoturismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002.

FENNELL, D. A. A Content Analysis of Ecotourism Definitions. *Current Issues in Tourism*, n. December 2011, p. 37–41, 2010.

FRANCO, J. L. de A. Patrimônio Cultural e Natural, Direitos Humanos e Direitos da Natureza. In: Soares, Inês Virgínia Prado; Cureau, Sandra. (Ed.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. [s.l.: s.n.]p. 155–184, 2015.

FRANCO, M. B. de A.; FRANCO, J. L. de A.; CUNHA, A. de A. Ecoturismo, conservação da natureza e Deep Ecology: Uma reflexão sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência. *Fronteiras*, v. 10, n. 2, p. 97–115, 2021

FRIENDS OF ALGONQUIN PARK. Disponível em: <https://www.algonquinpark.on.ca/foap/> Acesso em: 15 jan. 2023.

FRIENDS OF ONTARIO PARKS. Disponível em: <https://www.ontarioparks.com/friends> Acesso em: 15 jan. 2023.

FRIENDS OF PARKS SOUTH AUSTRALIA. Disponível em: <https://friendsofparkssa.org.au> Acesso em: 15 jan. 2023.

- GODFREY-SMITH, W. The Value of Wilderness. *Environmental Ethics*, v. 1, n. 4, p. 309–319, 1979
- HIGHAM, J. Ecotourism: competing and conflicting schools of thought. In: HIGHAM, J. (ed.) *Critical Issues in Ecotourism*. Oxford: Elsevier, 2007. p. 1-20
- HILL, S. G.; CABLE, T. T.; SCOTT, D. Wildlife-based recreation as economic windfall: A rhetorical analysis of public discourse on birding. *Applied Environmental Education and Communication*, v. 9, n. 4, p. 224–232, 2010.
- HONEY, M. *Ecotourism and Sustainable Development: who owns paradise?* 2nd ed. Washington: Island Press, 2001.
- ICMBIO. *Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: resultados de 2019 e breve panorama histórico*. [s.n.]. Brasília, 2020.
- KINKER, S. *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. 2a. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- KOPNINA, H. et al. “The ‘future of conservation’ debate: Defending ecocentrism and the Nature Needs Half movement”. *Biological Conservation*, v. 217, n. June 2017, p. 140–148, 2018.
- LEUNG, Y. F. et al. *Tourism and visitor management in protected areas: guidelines for sustainability*. IUCN. [s.l.]. 2018.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 5a. ed. São Paulo: Senac, 2005.
- MARION, J. L. et al. A review and synthesis of recreation ecology research findings on visitor impacts to wilderness and protected natural areas. *Journal of Forestry*, v. 114, n. 3, p. 352–362, 2016.
- MAXWELL, S. L. et al. Area-based conservation in the twenty-first century. *Nature*, v. 586, n. 7828, p. 217–227, 2020.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. *Limits to Growth: The 30-Year Update*. [s.l.] Chelsea Green Publishing Company, 2004.
- MORO, C. C. et al. *Relatório técnico: Controle social em parcerias para apoio ao uso público em unidades de conservação*. São Paulo: Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas : Instituto Linha D’Água : Rotta Moro Sociedade de Advogados, 2022.
- NATIONAL FEDERATION OF GREEN SPACES. Disponível em: <https://natfedparks.org.uk>
Acesso em: 15 jan. 2023
- NASH, R. F. *The Rights Of Nature: a history of environmental ethics*. [s.l.] University of Wisconsin Press, 1989.
- PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. 2a. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- RIBEIRO, E. M.; NASCIMENTO, E. P. do. *O Futuro do Ecoturismo: cenários para 2025*. Curitiba: Appris, 2016.

RODRIGUES, C. G. de O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 13, n. 3, p. 105–120, 2019.

ROLSTON, H. *Environmental Ethics: Duties to and Values in the Natural World*. [s.l.] Temple University Press, 1988.

SINGH, R.; SIBI, P. S.; SHARMA, P. Journal of ecotourism: a bibliometric analysis. *Journal of Ecotourism*, v. 21, n. 1, p. 37–53, 2022.

SOULÉ, M. The “new conservation”. *Conservation Biology*, v. 27, n. 5, p. 895–897, 2013.

SPENCELEY, A.; SNYMAN, S.; EAGLES, P. F. J. Diretrizes para parcerias e concessões para o turismo em áreas protegidas: Gerando receitas sustentáveis para a conservação e o desenvolvimento. IUCN [s.l.]. 2017.

TV União Brasília. *Fechamento de piscina e das lanchonetes deixam frequentadores da Água Mineral descontentes*. Disponível em: <https://tvuniaobrasilia.com.br/fechamento-de-piscina-e-das-lanchonetes-deixam-frequentadores-da-agua-mineral-descontentes/> Acesso em: 8 out. 2022.

WALLACE, G. N.; PIERCE, S. M. An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, v. 23, n. 4, p. 843–873, 1996.

WATSON, J. E. M. et al. The performance and potential of protected areas. *Nature*, v. 515, n. 7525, p. 67–73, 2014.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades, e possibilidades*. Barueri: Manole, 2001.

WEARING, S.; SCHWEINSBERG, S. *Ecotourism: transitioning to the 22nd century*. 3rd. ed. [s.l.] Routledge, 2019.

WEAVER, D. B.; LAWTON, L. J. A new visitation paradigm for protected areas. *Tourism Management*, v. 60, p. 140–146, 2017.

YELLOWSTONE FOREVER. Disponível em: <https://www.yellowstone.org> Acesso em: 15 jan. 2023.

YOSEMITE CONSERVANCY. Disponível em: <https://yosemite.org> Acesso em: 15 jan. 2023.

Nota

O presente artigo é derivado do referencial teórico do projeto de pesquisa do autor J. C. S. Itacaramby no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG CDS/UnB).

Agradecimentos

Ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, pela inspiração dos estudos nessa temática. Aos amigos fundadores e à própria AVE – Associação de Amigos do Parque Nacional da Chapada

dos Veadeiros, dos quais os autores J. C. S. Itacaramby e A. A. Cunha contribuem voluntariamente. Ao Instituto Semeia pela bolsa que permitiu a participação do autor J. C. S. Itacaramby no *Seminar on Planning and Managing Tourism in Protected Areas* realizado pela *Colorado State University* e *United States Forest Service*, no qual os demais autores também participaram em edições anteriores, e conheceram diversas experiências de grupos de amigos. À CAPES pela bolsa do autor J. C. S. Itacaramby no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG CDS/UnB).

Julio Cesar Spindola Itacaramby: Mestrando em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG/CDS – UnB), Brasília, DF, Brasil.

Email: julio.itacaramby@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4265631047167925>

André de Almeida Cunha: Professor da Universidade de Brasília (UnB) / Coordenador do Lab. Biodiversidade e Áreas Protegidas (LABAP), Dept. Ecologia, IB; Centro de Excelência em Turismo; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPG/CDS – UnB), Brasília, DF, Brasil.

Email: cunha.andre@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4652288314258859>

José Luiz de Andrade Franco: Professor da Universidade de Brasília (UnB) / Programa de Pós-Graduação em História (PPG/HIS – UnB) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPG/CDS – UnB), Brasília, DF, Brasil.

Email: jldafranco@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0168114829646424>